



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

M MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 729 - DE 8 A 21 DE DEZEMBRO DE 2024 - R\$ 5,00

Abaixo o pacote antioperário e antipopular de Lula!



Não pagar a dívida pública, e proteger os trabalhadores! Que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta!

MANIFESTAÇÕES DA CRISE MUNDIAL

Fracassado o golpe de Estado na Coreia do Sul

Retomada da guerra civil na Síria

Recrudescer a luta de classes no mundo

Toda força à campanha pelo fim do genocídio do povo palestino!



Pelo fim da matança na Faixa de Gaza!
Fora os Estados Unidos do Oriente Médio!
Por uma frente única anti-imperialista em defesa da autodeterminação do povo palestino!



Manifestações da crise mundial

O capitalismo em decomposição abriga em suas entranhas as tendências bélicas, as crises políticas e o agravamento da luta de classes. Nas últimas semanas, destacam-se os seguintes acontecimentos: 1) a fracassada tentativa de golpe de Estado na Coreia do Sul; 2) a retomada da guerra civil na Síria; 3) a falácia do acordo de cessar-fogo entre Israel e Líbano; 4) o agravamento dos conflitos na Geórgia; 5) a queda do primeiro Ministro da França. Nesse marco, recrudesceram as guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza.

No dia 3 de dezembro, presidente da Coreia do Sul, Yoon Suk Yeol, decretou a lei marcial e enviou tropas do Exército para fechar a Assembleia Nacional. O partido de oposição, Partido Democrata (PD), imediatamente, convocou a população a se dirigir ao parlamento. O partido governamental, Partido Poder Popular (PPP), pelo visto, foi tomado de surpresa. Estabelecido o choque dos parlamentares e da manifestação massiva contra a lei marcial, os militares tiveram de ceder à abertura e ao funcionamento da Assembleia Nacional. Em uma rápida movimentação, aprovou-se a derrubada da lei marcial. O presidente e o general Park An-su, chefe do Estado-Maior do Exército, se viram obrigados a recuarem.

O golpe frustrou, mas não eliminou a crise política, que tende a se agravar com a posição de Yoon Suk Yeol de não renunciar ao cargo. Está posto um processo de impeachment. Chamou a atenção a forma abrupta e improvisada da decisão do presidente e da cúpula militar de fechar o parlamento e estabelecer uma ditadura civil ou militar. Segundo a declaração presidencial que ampara o decreto da lei marcial, tratava-se de “proteger a livre república da Coreia da ameaça das forças comunistas da Coreia do Norte, para erradicar as desprezíveis forças antiestatais pró-Coreia do Norte que estão pilhando a liberdade e a felicidade do nosso povo, e para proteger a ordem constitucional”. Na realidade, a tentativa de golpe não se deve ao conflito com a Coreia do Norte.

O país se encontra mergulhado nas dificuldades econômicas. Outras explicações para o golpe como a de que assumiu posições conservadoras ao extremo de abolir o Ministério de Igualdade de Gênero são secundárias. A oposição que se tornou majoritária na Assembleia Nacional vinha obstaculizando o controle orçamentário pelo Executivo. O corte de recursos atingiu a governabilidade do presidente, que foi eleito por uma pequena margem de 0,73% dos votos em uma eleição polarizada, e é rejeitado pela maioria da população.

Os capitalistas da Coreia do Sul têm sido obrigados a atacar a classe operária e os demais trabalhadores. Um sintoma de resistência foi a greve e as manifestações dos operários da Samsung em maio. A Confederação dos Sindicatos da Coreia planejava uma greve geral, quando ocorreu a tentativa de golpe. Agora, os sindicatos assumiram a bandeira de remoção de Yoon Suk Yeol. O sindicato operário, como o da Hyundai, se colocou pela greve política. São sinais de que a crise de governabilidade tende a se potencializar com os setores da classe operária caminhando no sentido de reivindicações econômicas, que certamente se chocarão com qualquer governo que substitua o atual golpista.

As tendências da luta de classes se entrelaçam com os problemas trazidos pela política norte-americana de manter a Coreia do Sul alinhada por detrás da guerra comercial com a China e da intervenção na guerra da Ucrânia.

A guerra civil na Síria reascende no momento em que fracassa a tentativa de um acordo do Líbano com Israel para cessar as hostilidades agravadas desde outubro. Enquanto persistir a ligação entre a resistência do Hezbollah libanês com a da Faixa de Gaza pelo Hamas palestino dificilmente o Estado sionista deixará de atacar em ambas as frentes de sua guerra de dominação. Os acontecimentos na Síria fazem parte da confrontação militar na Faixa de Gaza e Líbano. Está aí por que Israel atacou várias vezes alvos na Síria, sendo um deles o Consulado do Irã. Trata-se de uma intrincada relação contraditória nos marcos do Oriente Médio.

Em 2020, a Rússia e a Turquia negociaram um cessar fogo. E os Estados Unidos se acomodaram. Nesses quatro anos, as forças opositoras jihadistas contrárias ao governo de Bashar al Assad se reorganizaram depois de sofrerem duros revezes, com a desintegração da Al-Qaeda sob golpes mortais do imperialismo norte-americano, bem como a quebra do movimento Estado Islâmico. De um lado, os curdos da Força Democrática da Síria e, de outro, a organização jihadista islâmica Organização para a Libertação do Levante retomaram a guerra civil, ocupando território antes perdido para o governo Bashar al Assad. A Rússia jogou um papel decisivo na manutenção do governo sírio, em detrimento da influência dos Estados Unidos, que se aproveitaram das divisões étnicas e da guerra civil, para justificar o intervencionismo, valendo-se dos curdos. O acordo de 2020 serviu apenas para estabelecer um interregno na guerra mortífera. É bem possível que com essa retomada, nas condições de guerra na Faixa de Gaza, Líbano e Ucrânia, avancem as tendências bélicas no Oriente Médio.

As manifestações oposicionistas na ex-república soviética Geórgia contestam as eleições para o Parlamento, que deram vitória ao partido Sonho Georgiano, contrário à adesão do país à União Europeia e, portanto, à OTAN. A oposição fragmentada em vários partidos recebeu no total 37,18% dos votos. A influência do imperialismo sobre a oposição se faz por meio das ONGs. Eis por que os protestos também se voltaram contra sua regulamentação. A presidente, Salome Zurbishvili, eleita por um Colégio Eleitoral, contestou a lisura das eleições e motivou a nova onda de protestos pró-União Europeia. Junto à Ucrânia, a Geórgia se apresenta como um elo fraco do poder da Rússia restauracionista no território antes controlado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Por último, a queda do Primeiro-Ministro francês, Michel Barnier, não deve ser tomado como um acontecimento isolado. Na Alemanha, a coalizão que sustentava o governo de Olaf Scholz, do Partido SPD, se espatifou. E ocorrerão eleições antecipadas para o Parlamento em fevereiro. A questão orçamentária pesa na Alemanha tanto quanto na França. É reconhecido um franco avanço da ultradireita na União Europeia. O fato de a coligação de esquerda na França ter conseguido bons resultados eleitorais tão somente revela sua incapacidade e impotência diante do avanço da crise econômica e de responder à guerra na Ucrânia. As greves e protestos têm sido recorrentes, principalmente na França e Alemanha.

De conjunto, esses acontecimentos expõem a desintegração em marcha da ordem internacional constituída após a Segunda Guerra Mundial. Aguarda-se com expectativa o que fará Donald Trump, que tomará posse em janeiro. Os sinais mais evidentes são de que tomará medidas típicas da guerra comercial.

CONTINUA →

É do interesse de uma fração do capital monopolista norte-americano concentrar forças no sentido de cercear o impulso econômico da China e exigir que rompa com a política de proteção ao seu mercado interno. É bem possível que pressione a Rússia para um acordo com a Ucrânia. O mesmo pode ocorrer em relação à guerra na Faixa de Gaza. Mas nada disso é seguro, uma vez que a crise mundial vem se desenvolvendo em um ritmo mais rápido que nas crises anteriores.

O fator que tem se distinguindo nesse terreno insólito é o da

crescente necessidade e disposição de luta das massas, e, entre elas, a do proletariado fabril. É o que se tem observado em várias manifestações na Europa, Ásia e, inclusive, nos Estados Unidos. O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional vem demonstrando que objetivamente emerge das tendências desintegradoras do capitalismo o programa da revolução social. Trata-se da vanguarda com consciência de classe encarná-lo e traduzi-lo no interior das lutas, vinculando as reivindicações mais elementares à estratégia da revolução socialista. ■

Declaração do Partido Operário Revolucionário (POR)

Abaixo a contrarreforma de Lula!

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários e direitos!

As medidas fiscais apresentadas pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), e pela ministra do Planejamento, Simone Tebet (MDB), aprovadas por Lula, seguem a linha das contrarreformas impostas nos governos de Temer e Bolsonaro. Lula não só manteve as reformas trabalhista e previdenciária, como passou a promover as suas. Certamente, os ataques a direitos dos trabalhadores, no caso presente, não têm um alcance tão fulminante quanto foram e são as contrarreformas de Temer e Bolsonaro. No entanto, é preciso considerá-las como parte das alterações estruturais montadas pelas reformas trabalhista e previdenciária. Contrainformações essas que impulsionaram a terceirização, os contratos temporários e a informalidade nas relações trabalhistas.

É nesse marco que o “pacote” de Lula atinge o salário mínimo, o abono salarial e o Programa de Prestação Continuada (BPC). Constam também os cortes de recursos à saúde e educação. No fundamental, o ataque recai sobre a maioria assalariada, aposentados, pensionistas, doentes e deficientes que sobrevivem com um ganho de um a dois salários mínimos.

O motivo de Lula recorrer a essas ações de política econômica está em que tem o compromisso de garantir a funcionalidade do “arcabouço fiscal”, que sucedeu o “teto de gastos”, criado pela ditadura civil de Temer. Esse mecanismo serve de camisa de força ao orçamento da União, que deve ser equilibrado de acordo com a dívida pública, o pagamento de juros e de amortizações. Eis por que Lula, que fez carreira política no Sindicato Metalúrgico do ABC à presidência da República prometendo demagogicamente defender os mais pobres e miseráveis, se vê obrigado a rever e renunciar ao seu próprio programa de “valorização do salário mínimo”. Sabemos que concorreu pela terceira vez às eleições presidenciais modificando sua política de aumento real do salário mínimo, ainda que tal aumento em seus dois mandatos anteriores não tenha passado de quirelas diante das necessidades reais de milhões que sobrevivem com um ganho tão baixo diante de um custo de vida exorbitantemente elevado.

A nova regra para o cálculo do salário mínimo limita à reposição à média inflacionária. Para não deixar claro a negativa em conceder pequenos ganhos reais, Lula pediu aos bruxos dos ministérios da Fazenda e Planejamento que inventassem um critério enganador de “valorização” do salário mínimo. Assim, vincularam o diminuto “aumento” ao desempenho do arcabouço fiscal. De agora em diante, uma vez o pacote sendo aprovado no Congresso Nacional, o “aumento” lulista segue a escala de 0,6% a no máximo 2,5%. Essa manobra dos petistas mancomunados com os



emedebistas do governo não tem como esconder que Lula sacrifica a maioria oprimida em favor da minoria burguesa opressora.

Lula aceitou restringir o número de assalariados que recebiam o abono salarial. A regra consistia em pagar o abono salarial para quem ganhasse até dois salários mínimo. Os bruxos montaram uma escala de redução gradativa até chegar a um salário mínimo e meio. No caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), alterou-se a regra que vinculava o salário mínimo recebido pelos incapacitados à renda mensal por pessoa da família, de forma que se limita o direito e, portanto, o número de pessoas assistidas. Negociou com os militares uma forma de amenizar seus privilégios, indicando um critério previdenciário, para dar a ideia de que não atacava apenas os assalariados. Omitiu-se quanto aos salários de marajás das altas patentes, bem como da burocracia do Judiciário e do Legislativo. A casta parasitária continua protegida, enquanto milhões que recebem um salário mínimo são sacrificados.

Calcula-se uma economia de R\$ 72 bilhões entre 2025 e 2026. Até 2030, prevê economizar R\$ 327,1 bilhões. Com esse montante, milhões de trabalhadores dependentes do salário mínimo contribuirão para a manutenção da gigantesca dívida pública e pagamentos de juros e amortizações. Os pobres e miseráveis arcam com uma dívida contraída pelo Estado burguês e voltada aos interesses dos grandes capitalistas.

O denominado “mercado” reagiu negativamente com a crítica de que as medidas deveriam ser mais amplas e mais duras. Pretendia a desvinculação do salário mínimo como base de reajuste das



aposentadorias, dos direitos e dos programas sociais. O volume de R\$72 bilhões pareceu ao “mercado” insuficiente diante do déficit público. Mais ainda, não aceitou a sua progressão temporal. Em outras palavras, os credores da dívida pública e toda sorte de especuladores pretendiam medidas de choque, à semelhança do que tem feito Milei na Argentina.

Os porta-vozes dos banqueiros ficaram irados com o adendo de Lula ao pacote, que estabelece a isenção de imposto de renda a faixa de assalariados que recebem até R\$ 5.000,00 e a elevação da taxa de camada aristocrática que ganha acima de R\$ 50.000,00. A previsão de uma “alíquota mínima de 10%” sobre os altos salários e rendimentos se encarregou de condenar aos olhos dos grandes capitalistas o pacote de Lula como um todo. O ministro Haddad, acanhado, procurou justificar que se trata de um primeiro passo para cumprir as metas do arcabouço fiscal. Indicou que logo mais poderia rever as medidas caso fosse necessário ao equilíbrio fiscal.

O crescimento da dívida pública nesses dois anos de governo Lula e a possibilidade de o arcabouço fiscal naufragar vêm sendo atacado pelo capital financeiro que, em última instância, condiciona a política econômica de quaisquer governos.

Assistimos a uma campanha constante de que a reforma da previdência de Bolsonaro já não é suficiente e que novos apertos devem ser feitos pelo governo. Uma reforma administrativa que elimine a estabilidade, reduza os salários dos baixos escalões, acabe com direitos e dê sustentação aos contratos temporários dos servidores públicos está em andamento. O regime estatutário do funcionalismo está sendo desfigurado com medidas pontuais como a de contratação pela CLT e pela terceirização.

O pacote Haddad/Tebet se encaixa nesse processo mais geral de redução de despesas e de direcionamento de mais recursos para a manutenção da dívida pública. Na medida em que avança o endividamento do Tesouro Nacional, aumenta o peso dos juros e amortizações no Orçamento da União, que 2023 correspondiam a R\$ 1,89 trilhão, ou seja, 43,23% de todos os gastos do governo. Em 2023, a União despendeu R\$ 649 bilhões somente em juros. Essa fábula fortalece o parasitismo financeiro em detrimento da produção, dos empregos e dos salários. A taxa Selic, que serve de base aos juros, se encontra muito acima da inflação, conferindo extraordinários ganhos parasitários.

Nos governos de Temer e Bolsonaro, o Banco Central ganhou uma autonomia que serve como instrumento de intervenção do capital financeiro. Lula não só foi incapaz de reverter essa descentralização e fragmentação da política econômica como se curvou às pressões da oligarquia burguesa. Acreditou poder colocar o Banco Central em sintonia com os ministérios da Fazenda e Planejamento mudando a composição de sua diretoria. Recebeu um primeiro golpe de seu indicado para presidência do Banco Central, Gabriel Galípolo, logo mais substituirá o desafeto Roberto Campos, que garantiu ao “mercado” manter a diretoria de controle inflacionário por meio de uma política monetária restritiva e assentada nas altas taxas de juros. No momento em que Lula decidia sobre o pacote, Roberto Campos elevava a taxa de 10,75% para 11,25%. Galípolo se mostrou de acordo. Em resposta às medidas que serão enviadas ao Congresso Nacional, o capital especulativo interveio no mercado elevando o dólar a R\$ 6,00.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, reclamou da falta de intervenção do Banco Central para coibir a especulação. Desde a confecção das medidas por Haddad e Tebet, se manifestaram divergências no interior do governo. Os ministros do Trabalho, Luiz Marinho, e da Previdência, Carlos Luppi, expressaram descontentamento, mas logo se conformaram como bons servidores da burguesia. A introdução da isenção do imposto de renda foi jogo para comprar os sindicalistas e dar-lhes uma justificativa ao apoio a um

ataque tão direto e claro aos assalariados. De um lado, Haddad usou esse jogo para dizer que o governo Lula não havia aberto mão de suas promessas eleitorais; de outro, acalmou o “mercado”, dizendo que não haveria adoção imediata da taxa de camadas que ganham altos salários.

Há ainda um caminho a percorrer no Congresso Nacional, onde se negociará a isenção e a taxa. O resultado assegurado, até o presente momento, é aquele que atinge a maioria que recebe o salário mínimo, os que dependem do BPC e os que contavam com o abono salarial.

As direções sindicais reclamaram do fato de não terem tomado parte das negociações. Os protestos verbais da Força Sindical e UGT caíram na mesma vala comum da CUT. Elogiam a medida de isenção do imposto de renda e taxa de camadas dos altos salários e pedem revisão na correção do salário mínimo e no abono salarial. A Força Sindical e UGT dizem que é um ato de coragem de Lula taxar os ricos. A CUT em sua nota diz que o pacote atende reivindicações históricas dos trabalhadores, mas que é preciso modificar as medidas que atingem a “valorização do salário mínimo” e o abono salarial. Pede taxas menores de juros. Certamente, não se poderia esperar outra resposta da burocracia sindical estatizante, governista e agente do empresariado. É importante, no entanto, denunciar à classe operária e aos demais trabalhadores a posição traidora dos burocratas.

Os capitalistas, não só no Brasil, vêm arrancando antigas conquistas da classe operária por meio das contrarreformas. O endividamento público é generalizado, envolvendo inclusive as potências. Esse fenômeno evidencia o agigantamento do capital parasitário. A tendência da economia mundial é de declínio, estagnação e recessão. O avanço das novas tecnologias intensifica a contradição entre as forças produtivas altamente desenvolvidas e as relações de produção. A forma de os Estados burgueses enfrentá-la é a de impor as contrarreformas trabalhista e previdenciária, bem como precarização dos serviços essenciais como a saúde e educação. No caso do Brasil, atacar o salário mínimo, o abono, o BPC e cortar recursos da saúde e educação significam esmagar ainda mais os pobres e miseráveis.

Está colocada a continuidade da campanha do Partido Operário Revolucionário, que combateu o pacote do governo Lula junto às fábricas e outros locais de trabalho. A burocracia da CUT, Força Sindical e outras disseram que vão agir “fora e dentro do Congresso Nacional”. O certo é que já se sujeitaram ao governo Lula e, agora, concluirão a traição aos interesses da classe operária submetendo-se ao parlamento. A CSP-Conlutas aprovou na reunião da Coordenação Nacional a convocação de plenárias para decidir sobre um plano de ação em defesa das reivindicações dos trabalhadores. No entanto, em sua declaração contra o pacote de Lula diz apenas que é preciso lutar. Não diz como irá mobilizar seus sindicatos e exigir das centrais que rompam com o governo.

A questão, agora, está em organizar um movimento para derrubar o pacote de Lula. A bandeira que pode guiar a luta operária e popular é: Abaixo a contrarreforma de Lula! Pela defesa do programa de reivindicações dos explorados! Pelo salário mínimo vital que atenda às necessidades da família trabalhadora! Por empregos a todos, reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários! Pela manutenção dos direitos trabalhistas! Faz parte dessa luta as bandeiras: Pelo não pagamento da dívida pública! Pela revogação das contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro! Sobre essa base, convocar as assembleias e organizar os comitês de frente única. Exigir que a campanha se inicie com a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações de rua. O caminho é o da preparação de uma greve geral para pôr abaixo as contrarreformas e defender o programa de reivindicações da maioria explorada.



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Dezembro/202

(11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Campanhas do POR contra o pacote de Lula - Boletim Nossa Classe

Os militantes fazem a distribuição e agitação nas portas de fábricas com o Boletim Nossa Classe, que traz como política operária o rechaço às duras medidas de Lula/Haddad contra a maioria trabalhadora, aposentados, pensionistas e doentes. Reproduzimos abaixo:

Governo Lula envia ao Congresso pacote de medidas contra a maioria trabalhadora

Nenhum direito a menos!

Que as centrais e sindicatos organizem um Dia Nacional de Luta contra os ataques aos explorados!

O governo Lula entregou ao Congresso mais uma contrarreforma que atinge a maioria trabalhadora. Para economizar R\$ 70 bilhões em gastos entre 2025 e 2026, Lula impõe um pacote de medidas: 1) o salário mínimo terá um limite de reajuste. Será a inflação e no máximo 2,5%. Atualmente, não há esse limite. A nova regra que limita o aumento do salário mínimo pode tirar R\$ 110 bilhões de pensões e aposentadorias, um terço dos R\$ 321,1 bilhões que pretende economizar o governo até 2030; 2) o valor do abono salarial deixa de ser para quem recebe até dois salários mínimos para regredir a um salário mínimo e meio; 3) a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Era uma promessa eleitoral, que, na realidade, dificilmente o Congresso aprovará; 4) algumas alterações nas aposentadorias dos militares; 5) mudanças nas regras do direito ao BPC. Os portadores de deficiência serão submetidos a novos critérios, que incluem prova de vida anual, reconhecimento facial etc. A renda de cônjuge, irmãos e filhos passam a contar para acesso ao benefício. Com tal medida, Lula pretende retirar o benefício de mais de milhão de portadores dos que dependem do BPC.

Tudo já está negociado entre o governo e os presidentes da Câmara e do Senado. Serão aprovadas apenas as medidas contra os trabalhadores. Trata-se, como vimos, de mais um brutal ataque às condições de vida dos trabalhadores, aposentados, doentes e das famílias que dependem do Bolsa Família. Tudo isso para garantir

o pagamento da gigantesca dívida pública, que chegou a 76,8% do PIB. A contrarreforma de Lula é a continuidade das contrarreformas trabalhista e previdenciárias impostas por Temer e Bolsonaro.

Qual deve ser a conduta das direções sindicais? Certamente, organizar a luta para pôr abaixo a contrarreforma do governo Lula. Para isso, os trabalhadores vêm mostrando disposição de luta. As manifestações em todo o país e a greve dos trabalhadores da Pepsico, que já está no 7º dia, contra a escala 6X1 atestam essa disposição de enfrentar nas ruas mais um ataque do governo.

Mas, qual tem sido o grande obstáculo para derrotar as contrarreformas? São as direções sindicais, que rejeitam os métodos próprios dos trabalhadores e alimentam ilusões de que é possível derrotar as medidas antioperárias por meio da conciliação, da colaboração e do chamado "diálogo" com o governo Lula. FALSO! Esse caminho já foi provado, e só trouxe derrotas para as massas trabalhadoras.

O Boletim Nossa Classe chama os operários e demais trabalhadores a exigirem que as direções sindicais e populares convoquem as assembleias democráticas, para pôr abaixo as contrarreformas de Lula, Temer e Bolsonaro. Que defendam a convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, como ponto de partida para a preparação da greve geral em defesa de um programa próprio dos explorados, pelo emprego, salário, direitos trabalhistas e fim das contrarreformas.



São Paulo - Boletim da Corrente Proletária na Educação

Os militantes da Corrente Proletária fazem campanha nas escolas e nos atos contra o fechamento de salas de aula e demissões de professores com o Boletim que denuncia o pacote de Lula contra a maioria explorada. Reproduzimos abaixo:

Baixar a cabeça diante dos ataques dos governos, ou responder com luta

Tarcísio não dá trégua. Segue firme no desmonte da escola pública

Lula avança com as contrarreformas implementadas por Temer e Bolsonaro

Esse final de novembro tem sido doloroso para os trabalhadores da educação e estudantes. Tarcísio, depois de privatizar 33 escolas integralmente e, parcialmente, 126 escolas, lançou seu plano de fechamento do período noturno, com o fechamento de salas.

São milhares de salas que estão sendo fechadas em todo o estado. Serão milhares de professores que terão seus contratos encerrados e outros milhares que estarão na condição de professores efetivos subempregados, tendo de trabalhar em várias escolas para com-

plementar a jornada. E serão milhares de estudantes expulsos das escolas com o fechamento dos cursos noturnos. Se não bastasse tamanha desgraça, Tarcísio fez aprovar na Assembleia Legislativa o corte de R\$ 10 bilhões de recursos da educação, à custa de pagamento de emendas aos deputados. Para completar, o Supremo Tribunal Federal (STF) deu carta branca para o governador impor as escolas cívico-militares.

O governo Lula, por sua vez, não ficou atrás. Apresentou mais uma contrarreforma que atinge a maioria trabalhadora. Colocou um doce na boca dos dirigentes sindicais com a inclusão da isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5000,00 em nome de taxar os superrricos, para, na realidade, golpear milhões de assalariados, aposentados e pensionistas por meio da proposta de não repor o poder de compra do salário mínimo. Ou seja, aparentemente cumpre a promessa eleitoral de isenção do desconto do Imposto de Renda e joga na lata do lixo sua promessa de “valorização do salário mínimo”. Da mesma forma que Tarcísio, corta recursos à educação, incluindo o Fundeb ao Arcabouço Fiscal. Pior ainda: Lula manobra com um aceno aos explorados sabendo que o Congresso Nacional não aprovará. Isso para continuar dizendo que o problema está no controle do Congresso Nacional pelos partidos de direita e ultradireita. Esse é o velho truque dos governos nacional-reformistas submetidos às diretrizes do capital financeiro.

Ambos os governos, de Tarcísio e Lula, estão obrigados a impor os ajustes exigidos pelos credores da dívida pública. Para cumprir as metas determinadas pelo capital financeiro, cortam na carne os poucos direitos trabalhistas e previdenciários, bem como, sangram os recursos destinados à saúde e à educação.

O que fazer?

A direção da CUT já deu sua resposta: “Reconhecemos como medidas importantes apresentadas na proposta que atendem reivindicações históricas do movimento sindical e popular”. Cita como exemplo a isenção do Imposto de Renda, a taxação dos ricos e as mudanças nos benefícios dos militares. E completa “é importante que seja revisto o estabelecimento do teto ao aumento real do salário mínimo”.

Como não discorda das contrarreformas de Lula, assinala que “a nossa luta será dentro e fora do Congresso Nacional”. Ou seja, a direção da CUT retomará a farsa da pressão aos parlamentares. Foi assim com as contrarreformas trabalhista e previdenciária de Temer e Bolsonaro. E o resultado está aí: a maioria dos trabalhadores arca com a eliminação de direitos e com os critérios draconianos para se alcançar uma aposentadoria.

A Corrente Proletária/POR denuncia esses traidores que controlam a central e os sindicatos. Defende que a CSP-Conlutas tome a iniciativa de organizar a luta para pôr abaixo integralmente as contrarreformas. Que coloque em prática o que foi decidido em sua última reunião da Coordenação Nacional de convocar os sindicatos e movimentos para uma plenária, visando a aprovação do plano de ação para enfrentar os governos, seja de direita, ultradireita e centro-esquerda. Que aprove um Dia Nacional de Luta, com paralisação e manifestações de rua, contra mais essa contrarreforma de Lula e o plano privatizante do governo Tarcísio. Em defesa de um programa próprio de reivindicações dos explorados.

Nota da Corrente Proletária contra o pacote de Lula/Haddad que corta recursos da Educação

Novo ataque do governo Lula/Alckmin favorece fechamento do período noturno das escolas e prejudica estudante trabalhador

Conforme anunciado pelo Ministro da Fazenda Fernando Haddad, o governo federal apresentou projetos com uma sequência de golpes ao proletariado brasileiro. Um deles é a retirada de verbas da educação. De acordo com o que já se conseguiu levantar sobre o projeto, ainda não divulgado até o momento em que este texto é escrito, haverá corte de R\$ 42,3 bilhões no orçamento da educação dos próximos cinco anos. De acordo com o governo, tal verba atingiria sobretudo aquela destinada à manutenção e expansão do ensino integral no país. Por outro lado, afirma o governo que tal verba seria garantida por meio do FUNDEB, que passaria a ser destinado, sobretudo, ao ensino integral.

Caso a medida seja aprovada, será o segundo maior corte de verbas dentre aqueles propostos pelo governo, que chegam na casa dos R\$ 327 bilhões. Trata-se de um ataque gigante não só financeiro, mas político à educação e aos estudantes e trabalhadores da educação e ao conjunto do proletariado.

Sobre o FUNDEB

Aqui, não se trata de defender o FUNDEB, mas de denunciar mais um ataque do governo Lula aos trabalhadores.

A criação do FUNDEB (O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) esteve estreitamente conectada ao FUNDEF (Fundo de

Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), oriundo do governo Fernando Henrique Cardoso. Seu objetivo, desde o princípio, foi melhorar o primeiro, problemático em sua raiz. Enquanto o primeiro era destinado, sobretudo, ao Ensino Fundamental, o segundo diluía os poucos recursos em toda a Educação Básica, culminando em carência orçamentária. Apesar disso, sob pressão dos trabalhadores da educação, conseguiram-se conquistas, como o Piso Nacional do Magistério e aumento dos recursos à educação. Por outro lado, justamente por ser um fundo e não uma política permanente de valorização da educação pública, tal política permite manobras, como o ataque que estamos vendo.

Verbas ao ensino integral?

A discussão não é ser contra o ensino integral por princípio, mas ser contra um formato autoritário e excluyente. Seguindo a diretriz do Banco Mundial aos países latino-americanos, o PNE do governo Dilma já previa que pelo menos 50% das escolas deveriam funcionar em período integral. Como parte desta política, em 2023, o governo Lula/Alckmin lançou o Programa Escola em Tempo Integral, que aprovou aporte financeiro de R\$ 4 bilhões para expansão dessa modalidade de ensino, porém, ele não abordava qual o modelo para sua implementação. Assim, favorece todo tipo de manobra dos governos estaduais e municipais.

Considerando o exemplo do estado de SP, a nova proposta do governo Lula/Alckmin ampliará o regime de exceção constitucional vivido na rede estadual paulista de ensino. Nesse caso, nas escolas do PEI (Programa Ensino Integral), os professores, mesmo efetivos, estão em cargos designados, podendo ser cessados a qualquer momento. Trata-se de um modelo excludente e autoritário. Nela, escolhem-se os docentes e estudantes a critério da gestão escolar, favorecendo todo tipo de arbitrariedade. A chamada “avaliação 360” faz parte dessa arbitrariedade. Há um controle político muito maior e os casos de assédio moral (perseguições) não param de ocorrer. Além disso, trata-se de um modelo excludente. Sob o capitalismo, nossos estudantes têm de vender sua força de trabalho para ajudar com os custos em casa. Precisam trabalhar. Em função disso, tais estudantes não conseguem efetivar seu direito à educação nesse modelo educacional, que também serve ao fechamento do período noturno e exclusão ainda maior da juventude proletária.

Caso a proposta do governo federal seja aprovada, é esse modelo que irá receber o financiamento do FUNDEB. Enquanto isso, como ficará a verba destinada à valorização dos profissionais da educação antes provida pelo fundo? Ou seja, coloca-se em questão, inclusive, o financiamento do Piso Nacional do Magistério. Não nos surpreenderia se o governo Tarcísio utilizasse essa verba para aumentar a gratificação dos professores do PEI, ou mesmo intensificar a expansão desse programa que já ocupa quase 50%

das escolas paulistas. Em contrapartida, arrocharia ainda mais os salários dos professores nas escolas regulares.

Nenhum centavo a menos! Que a burguesia pague pela crise!

O ataque do governo burguês Lula/Alckmin reflete sua política de frente ampla e seu compromisso com as classes dominantes. Ao invés de avançar contra a famigerada dívida pública, que consumiu mais de 43% do orçamento da União em 2023, novamente repassam os custos aos miseráveis e ao conjunto dos trabalhadores. Além disso, essa política irá fortalecer programas de ensino integral como os implementados no estado de SP.

É preciso intensificar a denúncia contra o modelo de ensino integral paulista, com suas arbitrariedades e política excludente junto aos estudantes. Além disso, continuar com a campanha contra o fechamento de salas de aula e do período noturno e pelo número máximo de 25 alunos por turma.

Por fim, é preciso que as direções sindicais organizem um Dia Nacional de Luta, com greves e bloqueios contra o conjunto dos ataques do governo Lula/Alckmin e do Congresso Nacional. A resposta que precisamos somente poderá vir da organização independente do proletariado e de todos os oprimidos.

São Paulo

Reproduzimos uma das notas do Boletim da Corrente Proletária distribuído no ato de 26 de novembro em frente à Secretaria da Educação. Quando foi escrito o Boletim, só existiam rumores do pacote de Lula.

Não há o que esperar, o governo do ultradireitista Tarcísio está em plena ofensiva contra a Educação e contra os trabalhadores!

Não há o que esperar, o governo Lula anuncia uma nova contrarreforma, que corta recursos da educação

É preciso erguer uma poderosa greve para enfrentar os ataques e defender os empregos, salários e direitos, contra a privatização e a militarização das escolas!

Todo final de ano vem recheado de ataques aos trabalhadores da educação e aos estudantes. Mas este ano, Tarcísio foi longe demais. Depois de leiloar 33 escolas, de anunciar a privatização da gestão de mais de cem escolas, o governador lançou seu plano de fechar o período noturno e eliminar as PEIs de 7 horas. Assim, milhares de salas de aulas estão sendo fechadas por todo o estado de São Paulo. Fazem parte desses duros ataques, o corte de R\$ 10 bilhões da educação, já aprovado em 1º turno na Assembleia Legislativa, a imposição das escolas cívico-militar (temporariamente suspensa), a municipalização de dezenas de escolas, a retomada das provas de mérito, o não reajuste salarial, o pagamento do Piso Nacional na forma de complemento, a obrigatoriedade do uso das plataformas digitais, as perseguições e as punições, que têm resultado em cancelamento dos contratos e exonerações.

Na outra ponta, estamos diante do governo Lula, que vem financiando o plano de privatização das escolas por meio do BNDES. Que acabou sancionando o Novo Ensino Médio, uma reforma que amplia a privatização na educação básica, amparada pela BNCC, mudanças curriculares que eliminam ou reduzem a quantidade de disciplinas fundamentais.

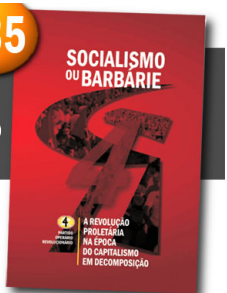
Como se vê, os governos - sejam de direita como o de Tarcísio, ou de centro-esquerda como o de Lula - estão com a faca e o queijo nas mãos para impor uma avalanche de medidas contra a educação pública. Não têm encontrado resistência por parte dos trabalhadores da educação e dos estudantes. Há uma enorme indignação no interior das escolas, mas que ainda não se materializou em luta coletiva contra os ataques governamentais. Esse é nosso principal problema. Essa é a principal tarefa de uma direção sindical classista e de luta. Ou seja, como superar esse atraso em responder tamanha ofensiva dos governantes.

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.

São Paulo - Boletim da Corrente Proletária – Sinpeem

O Boletim está sendo dirigido aos trabalhadores de educação do município. Trouxe a campanha do POR contra as duras medidas de Lula, Tarcísio e Nunes. Reproduzimos parte desse instrumento de luta.

A EDUCAÇÃO ESTÁ SOB ATAQUE

Abaixo o pacote de cortes orçamentários do governo

Lula/Haddad!

Os governos têm ampliado a privatização, o sucateamento e a militarização. É preciso organizar a resistência em defesa da Educação e dos serviços públicos, em defesa dos empregos, salários e direitos

Sucateamento e corte de verbas

A conjuntura é de recrudescimento dos ataques dos governos sobre os trabalhadores, a juventude oprimida e os serviços públicos. O fechamento de salas e turnos comparece ao lado da privatização e da terceirização, e tem a ver com o enxugamento de gastos do Estado, uma medida ditada pelo capital financeiro, tendo como objetivo assegurar o pagamento da dívida pública – a qual representa uma imensa drenagem de riquezas das semicolônias às nações imperialistas. Nunes/MDB, nesse sentido, é só um fantoche do grande capital. Tarcísio e Lula, com os recentes cortes orçamentários anunciados, cumprem o mesmo papel. O governador ultradireitista acaba de aprovar a PEC 9 na Alesp (Assembleia Legislativa), confiscando cerca de 11 bilhões da Educação, com a redução do aporte de 30 para 25% para o setor.

O ataque mais grave vem do governo federal. Haddad e Lula também anunciaram um conjunto de medidas (PEC 45/2024) que faz parte do Arcabouço Fiscal, que não passa de uma continuidade do Teto de Gastos aplicado pela ditadura civil de Michel Temer. Impôs um teto ao mecanismo de reajuste do salário mínimo, que já é miserável; endureceu os critérios para o acesso ao BPC (Benefício de Prestação Continuada), entre outras medidas. Para passar um verniz “de esquerda” no pacote antipopular, Lula e Haddad anunciaram a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem

recebe até R\$5 mil, mas esse ponto ainda pode ser revertido no Congresso. O mesmo vale para as mudanças na aposentadoria dos militares. Lula teve de se reunir com o alto comando das Forças Armadas para debater o tema, e provavelmente terá de ceder. O Programa Pé de Meia, por exemplo, que hoje é custeado com o Fundo de Garantia de Operações (que não é abarcado pelas regras do Arcabouço Fiscal), passará em 2026 a ser financiado pela Educação – na prática, isso implica desviar dinheiro da Educação para fins assistenciais.

Neste momento, quando os governos despejam uma poderosa onda de ataques sobre a Educação e sobre a vida das massas, ganha uma concretude ainda maior a defesa de que as centrais, sindicatos e movimentos sociais convoquem um Dia Nacional de Lula, com paralisações e atos de rua. O obstáculo se encontra na política governista e imobilista das direções sindicais. O enfrentamento à privatização, precarização, militarização, plataformização e a todos os outros problemas que recaem sobre os trabalhadores depende da superação da política de conciliação de classes das direções. E não há o que esperar: se é necessário reconhecer, por um lado, que é mais difícil mobilizar os trabalhadores no final do ano letivo, também é verdade que a gravidade da situação exige medidas excepcionais. A Corrente Proletária defende que a direção do SINPEEM convoque com urgência uma assembleia da categoria, de modo a permitir aos professores e funcionários organizarem a resistência coletiva.

Ato contra a violência policial

Marcha contra a violência policial: contradição entre o ódio instintivo da base e o rebaixamento da direção do movimento

Aconteceu, no dia 5, uma manifestação em frente ao Teatro Municipal contra a violência policial, convocada pelo movimento negro. O ato reuniu algumas centenas de pessoas, que mesmo debaixo de chuva denunciaram as atrocidades da polícia do governador Tarcísio e do seu Secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite.

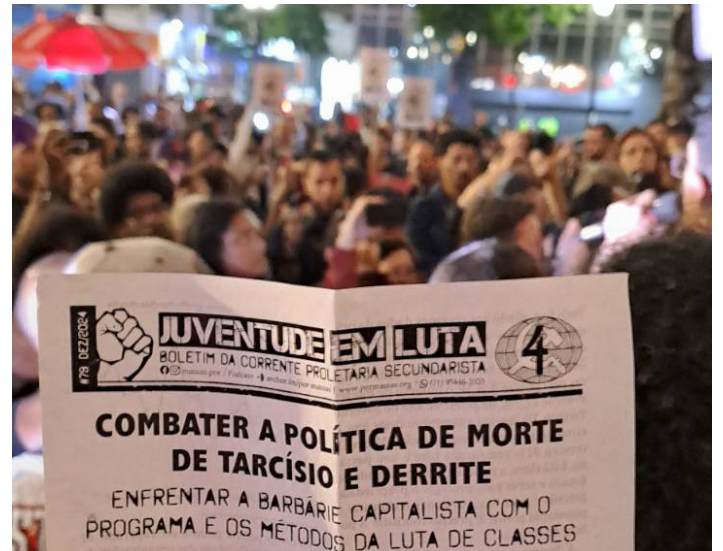
Apesar do conteúdo de denúncia, a manifestação expressou uma contradição. De um lado, a maioria dos participantes expressou profundo ódio à instituição da PM, com gritos insistentes de fim da polícia militar, e palavras de ordem que defendiam a queda de Derrite e Tarcísio. De outro, a direção do movimento, especialmente o Movimento Negro Unificado (MNU), tomava constantemente a palavra para reforçar a defesa da queda de Derrite unicamente, e em relação a polícia, a direção enfatizou que deveria haver um controle social, além de defender a reforma da polícia através das câmeras corporais. O conjunto dos manifestantes estava mais

avanzados que a direção. Esse problema ainda se manifestou em mais uma situação. A marcha saiu do Teatro Municipal, atravessou o Viaduto do Chá e chegou até a Secretaria de Segurança Pública, onde um amplo contingente policial estava montado. O ódio ficou ainda mais aflorado e os manifestantes gritaram pelo fim da polícia militar por vários minutos ininterruptamente. Nesse interim, a direção do ato desapareceu. O carro de som desapareceu. Quando se deram conta, os manifestantes perceberam que foram abandonados por sua direção. A marcha então seguiu instintivamente pelas ruas do centro até a Praça da Sé. Esses fatos mostraram mais uma vez a crise de direção e o atraso político do MNU, que não soube dar vazão aos instintos de luta dos explorados.

O POR compareceu ao ato com suas bandeiras e com o boletim Juventude em Luta, que defendia entre outras coisas, a necessidade de romper o corporativismo, convocar as assembleias e formar

os comitês de luta e autodefesa. Um militante do POR estava inscrito para fazer sua intervenção no carro de som, mas foi impedido por conta dos parlamentares que a direção passou na frente dos inscritos, além do sumiço do carro de som durante a marcha. Assim, fizemos apenas a intervenção para a divulgação nas redes sociais.

Está colocada a necessidade de dar continuidade à luta contra a violência e matança policial. Porém, essa luta não terá sucesso pelas mãos das atuais direções rebaixadas do movimento negro, que já buscam desviar a luta para as disputas parlamentares: a vereadora Luana Alves, uma das que tiveram o benefício de passar na frente dos inscritos, anunciou que já entraram com um pedido de impeachment de Derrite. A luta contra a polícia, pelo fim da polícia, só poderá ganhar a luz do dia e o apoio massivo se fizer parte de um amplo movimento pelas necessidades mais sentidas dos explorados, como parte de um programa próprio de reivindicações dos trabalhadores, que deverão se utilizar dos seus métodos próprios de luta, as greves, os bloqueios, as ocupações etc.



Manifesto do Partido Operário Revolucionário, distribuído no ato do dia 5 de dezembro em São Paulo contra a violência policial

Combater a política de morte de Tarcísio e Derrite

Enfrentar a barbárie capitalista com o programa e os métodos da luta de classes

Mais uma vez, um conjunto de casos de violência policial estampam os jornais. Mais uma vez, o governador Tarcísio de Freitas e outras figuras políticas emitem notas hipócritas sobre as apurações que serão feitas. Mais uma vez, nos reunimos em manifestação contra a política de assassinatos do governo de SP executada pela Polícia Militar. É preciso combater. É preciso organizar os trabalhadores para lutar por suas necessidades, o que inclui o fim da polícia assassina!

Há pouco mais de um mês, o jovem Gabriel Soares foi brutalmente assassinado por um PM de folga na frente do mercado Oxxo, na Zona Sul. Agora, com os vídeos das câmeras de segurança, o caso voltou à tona. A ação fria do PM que disparou 11 vezes pelas costas de Gabriel mostram até que ponto chegou a barbárie sobre as massas empobrecidas, principalmente os negros. No mesmo dia em que esse vídeo ganhou circulação, outro chamou atenção: um policial atirou um rapaz de uma ponte, sem mais nem menos, enquanto era detido em uma blitz. No dia 20 de novembro, um estudante de medicina foi morto numa abordagem policial na Zona Oeste da capital depois de ter batido no retrovisor da viatura. No dia 5 de novembro, um menino de 4 anos foi morto por uma bala perdida em Santos. No fim de outubro, depois de matar dois jovens na cidade de Bauru, que estavam em um suposto confronto com a polícia, os PM invadiram o velório, prenderam o irmão de um deles e arrastaram a mãe dos jovens pelo chão. As operações Escudo e Verão, no início do ano, deixaram um rastro de sangue e 84 mortes. Vale lembrar que no dia 1º de dezembro, completaram 5 anos do massacre de Paraisópolis, de responsabilidade da polícia do então governador João Dória, que vitimou 9 jovens.

Cenas como essas e outras piores acontecem o tempo todo, mas o fato de serem filmadas e divulgadas cumprem a função de denúncia. Ainda nesta semana, outro caso explodiu nas redes, um PM de Pernambuco matou um mototáxi a queima-roupa por se

recusar a pagar uma corrida de R\$ 6,98. Tudo isso, aliado aos recentes dados da pesquisa “Pele Alvo: a cor da violência policial”, que mostram, entre outras coisas, que, em 2023, 7 pessoas foram mortas a cada 24 horas pela polícia. Em SP, o número de mortes avançou 21,7%, no primeiro ano do governo Tarcísio. De janeiro a setembro deste ano, o número de pessoas mortas pela PM em SP cresceu 82% comparado com o ano passado. Está claro, a polícia é o braço armado do Estado e serve para proteger a propriedade privada e para isso, vai matar e violentar a população pobre. É preciso combater a polícia de Tarcísio.

A bandeira dessa manifestação: “Tarcísio e Derrite, parem de nos matar! Ato pelo fim da violência policial contra os corpos negros e periféricos”, expressa a necessidade urgente de parar a matança e denuncia que as balas da polícia não são ao acaso, são disparadas contra os pretos e pobres. É preciso, então, organizar a luta, para que as denúncias não caiam no esquecimento ou nas manobras da justiça burguesa. O papo furado de Tarcísio e Derrite já ganhou os jornais, dizendo que vão investigar os casos pontuais de violência e que esses casos não podem manchar a honra da polícia. É preciso rechaçar as maquinacões burguesas e pequeno-burguesas e seguir um caminho de classe próprio, um caminho proletário para responder aos crimes de classe da burguesia e de seus governos.

A maioria da população de SP e do país vive sob as condições mais precárias de existência, milhões estão desempregados, subempregados ou profundamente explorados em trabalhos massacrantes. O medo da polícia é consequência dessa condição de exploração. A tarefa de levantar um movimento contra a violência policial passa por colocar as massas em movimento por suas necessidades mais sentidas, só assim o medo da polícia poderá ser superado. Aí está a responsabilidade das organizações da juventude e dos trabalhadores em convocar as manifestações e organizar a

luta. Os estudantes devem se apoiar nas experiências passadas de ocupação e greves, e convocar as assembleias nas escolas e universidades. Os sindicatos têm responsabilidade em organizar a luta dos trabalhadores que sofrem da dupla opressão, a exploração do trabalho e a violência policial.

Que esta manifestação seja o ponto de partida para um amplo movimento de luta, organizada desde as bases estudantis e operárias, contra Tarcísio e Derrite e sua política de morte sobre a juventude preta e pobre.

Convocar as assembleias para formar os comitês de luta e autodefesa!

Que as organizações estudantis e os sindicatos convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, por um programa próprio de reivindicações, incluindo o fim da polícia, da violência e a responsabilização total de Tarcísio e Derrite!

Constituir um Tribunal Popular para julgar e punir os crimes de classe da burguesia!



NOSSA CLASSE

*Pela organização independente dos trabalhadores!
Sob o programa da revolução proletária!*

Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Dezembro/2020

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Política Operária

Greve dos trabalhadores da PepsiCo mostrou mais uma vez que somente com a luta é possível combater a superexploração patronal, colocar fim a escala 6x1 e defender a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários

Depois de uma semana de greve, com os operários e operárias demonstrando grande disposição de luta, a burocracia do sindicato da alimentação de São Paulo, no dia 02 de dezembro, colocou fim à greve na PepsiCo. Pelo acordo assinado os trabalhadores terão um sábado de descanso por mês (que será compensado com 17 minutos diários), não serão descontados os dias parados e estabilidade de 45 dias.

Dizemos que houve uma conquista. Primeiro, porque atualmente os trabalhadores fazem jornada 6x1, ou seja, trabalham todos os sábados, descansando apenas o domingo, sem tempo nenhum para desfrutar com sua família. Segundo, porque a PepsiCo para aumentar a produção e seus lucros queria implantar a jornada 6x2, desta forma, manteria a fábrica produzindo todos os dias, superexplorando e destruindo ainda mais física e mentalmente os trabalhadores, sem pagar horas-extras aos domingos. Se não tivessem feito a greve, seguramente, a fábrica teria implantado a escala 6x2.

Burocracia sindical é o principal obstáculo para colocar fim à escala 6x1

Frente à ofensiva da PepsiCo que queria implantar a jornada 6x2 e a revolta dos operários no chão da fábrica, já esgotados com a escala 6x1, a direção sindical foi obrigada a convocar assembleia e também, fazer o discurso pelo fim da escala 6x1 e 6x2. Porém, era apenas discurso. Para ser consequente a direção sindical deveria ter apresentado e votado na assembleia que iniciou a luta, uma proposta de redução da jornada, sem redução de salário para se contrapor a proposta de 6x2 da patronal. Por exemplo, ter apresentado a proposta de 4x3 (quatro dias de trabalho, três de descanso, sem redução de salário). Desta forma, a greve não seria apenas contra a proposta de 6x1 e 6x2 da fábrica. Os trabalhadores sairiam da luta defensiva e passariam a ofensiva lutando por uma reivindicação própria.

Aprovada a greve a direção sindical deveria fazer um chamado a todos os sindicatos e centrais para que convocassem assembleias em todos os setores da classe operária e demais trabalhadores para aprovar a greve, pelo fim da escala 6x1. A direção do sindicato da alimentação se realmente quisesse lutar pelo fim da escala 6x1, teria, logo após a aprovação da greve na PepsiCo, ter exigido que os demais sindicatos e centrais convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, ocupações de fábricas, bloqueios, como preparação da greve geral, em defesa da divisão das horas necessárias para produzir, entre todos os trabalhadores, empregados e desempregados, aptos ao trabalho, sem redução de salários. Ligando a luta pelo fim da escala 6x1 à luta pela efetivação dos trabalhadores terceirizados, pela defesa de um salário mínimo vital, pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e a lei da terceirização. Desta forma, a greve na PepsiCo não ficaria isolada, como ficou.

Nenhuma ilusão no parlamento burguês! Somente por meio da greve, da ação direta, coletiva e nacional vamos impor aos patrões e ao governo o fim da escala 6x1 e a implantação da escala móvel das horas de trabalho

A burocracia do sindicato da alimentação, como as demais correntes políticas e partidos de “esquerda”, que estiveram nas assembleias declarando apoio a greve, não convocaram assembleias em suas bases para aprovar a greve pelo fim da escala 6x1. O apoio dessas direções pelegas, se limitou as declarações e fotos publicadas em suas redes sociais. Canalizaram toda a luta para a via parlamentar. Está aí por que nas assembleias realizadas durante a greve, a direção sindical priorizou as falas de parlamentares do PSOL e de lideranças sindicais ligados à burocracia, canalizando a luta para a via democrático-burguesa do parlamento. Utilizando a luta dos operários para projetar seus candidatos.

O Boletim Nossa Classe/POR esteve presente na greve defendendo a realização de assembleia unificada com os três turnos, a constituição do comando de greve, para percorrer a fábrica e impedir o trabalho dos fura-greve e qualquer repressão por parte da patronal, estender a greve para os demais setores e que os sindicatos e centrais convocassem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios; que aproveem a greve geral pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, pela divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho (escala móvel das horas de trabalho). Ligar a luta pelo fim da escala 6x1 à luta por um salário mínimo vital, suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias e pela efetivação dos trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização.

Está colocado a constituição de uma frente de oposição revolucionária ao governo burguês de frente ampla de Lula, para colocar abaixo a escala 6x1 e o pacote de ataques enviado ao Congresso Nacional pelo governo.

Reproduzimos abaixo o Boletim Nossa Classe distribuído durante a greve na PepsiCo.

GREVE dos trabalhadores da PepsiCo pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários e pelo fim da escala 6x1 e 6x2, continua firme!

A greve dos operários/as da PepsiCo Itaquera e Sorocaba/SP, que iniciou domingo (24), continua firme, demonstrando grande disposição de luta dos trabalhadores para acabar com a escala 6x1 e 6x2. A greve iniciou porque a multinacional, com o objetivo de aumentar seu lucro, está querendo implantar a jornada 6x2, que significa maior exploração, ou seja, enquanto os trabalhadores e a juventude em todo o país estão organizando a luta para acabar com a jornada 6x1 e reduzir a jornada, sem redução de salários, a PepsiCo quer aumentar a jornada. Está aí por que os operários da PepsiCo aprovaram a greve e estão firmes na luta.

PepsiCo utiliza a polícia e toda forma de pressão para tentar acabar a greve

Percebendo a firmeza dos operários em continuar a greve, a gerência e chefia, que não trabalham 6x1 e ganham muito mais que os operários da produção, estão enviando mensagens, dizendo que os companheiros podem ir para a fábrica, que a polícia vai garantir a entrada deles, e que se não forem trabalhar será descontado o dia etc. Mentindo e desconhecendo, assim, totalmente o direito de greve dos trabalhadores. Mesmo com toda essa pressão da gerência e chefia, poucos companheiros tem entrado na fábrica. A produção está parada, nada foi produzido desde domingo.

Propostas do Nossa Classe para que a greve seja vitoriosa Chega de divisão: realizar assembleia unificada com os três turnos e constituir o comando de greve com os operários para combater a repressão da fábrica e impedir a entrada dos fura-greves

A direção do sindicato erra ao fazer assembleias separadas com cada turno. Isso só enfraquece, divide e cria confusão entre os trabalhadores. Se foi aprovado a greve, o correto é realizar uma só assembleia com os trabalhadores dos três turnos. Isso fortalece e unifica. Outro erro grave da direção do sindicato foi mandar os trabalhadores para casa logo depois de aprovar a greve. Os operários são quem coletivamente podem defender e manter a con-

tinuidade da greve, contra toda forma de ataque dos patrões e do aparato repressivo do Estado.

Os trabalhadores devem exigir que a direção do sindicato organize o comando de greve, para impedir a entrada dos fura-greves e qualquer ataque da patronal. O comando de greve deve organizar as manifestações e bloqueios de rua; recorrer as outras fábricas chamando os operários e demais sindicatos a apoiarem a luta, aprovando também a greve pelo fim da jornada 6x1, e a luta pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

Chega de corporativismo! Ligar a luta pelo fim da jornada 6x1 à efetivação dos trabalhadores terceirizados e ao fim da terceirização!

Na PepsiCo, existem vários trabalhadores de empresas terceirizadas. Deixando claro que não querem fazer uma luta consequente contra a jornada 6x1, a direção do sindicato da alimentação orientou os trabalhadores terceirizados, que também trabalham na jornada 6x1, a entrarem para trabalhar, porque os terceiros, segundo eles, não faziam parte da luta, não seriam beneficiados pela pauta de reivindicações. Os operários da manutenção predial e solda, pertencem ao sindicato da construção civil de São Paulo, que cobra a contribuição assistencial e nunca aparecem na fábrica.

Está aí por que devemos construir as comissões de luta, classista e revolucionária para unificar a luta dos trabalhadores terceirizados, efetivos e contratados pelo fim da jornada 6x1, pela redução da jornada, sem redução de salários, pela efetivação dos trabalhadores terceirizados, e por um salário mínimo vital, que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias.

Basta de apoio em palavras e fotos nas redes sociais!

O apoio dos sindicatos e centrais à greve dos trabalhadores da PepsiCo deve ser concreto, convocando assembleias em todos os setores e aprovando a greve pelo fim da jornada 6x1 e pela redução da jornada, sem redução de salários!

Vários sindicatos, correntes e partidos políticos de “esquerda” têm participado das assembleias e declarado apoio à greve dos trabalhadores na PepsiCo. Porém, o apoio tem se limitado as palavras e fotos que publicam em suas redes sociais. 2/3 dos trabalhadores registrados no país trabalham em jornada 6x1 e recebem entre 1 e dois salários mínimos. A CUT, a Força Sindical, a Conlutas/PSTU, a UGT e demais centrais têm na sua base vários sindicatos e milhares de trabalhadores fazendo jornada 6x1 e 6x2. Porque esses sindicatos e centrais, que dizem apoiar a luta pelo fim da jornada 6x1, não convocam assembleias imediatamente para aprovar a greve em todos os setores, pelo fim da jornada 6x1 e pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salários. Nos metroviários, nos metalúrgicos do ABC, metalúrgicos de São José dos Campos, de São Paulo, têm milhares de trabalhadores em jornada 6x1. Porque esses sindicatos não aprovaram a greve pelo fim da jornada 6x1? A resposta. Todas essas direções pelegas estão pensando em seus próprios interesses. Essa burocracia traidora passou a negociar acordos de terceirização, jornada 6x1, 6x2, Banco de Horas etc. Não querem se chocar com os patrões e com o governo burguês de Lula.

O Boletim Nossa Classe chama os operários da PepsiCo e demais trabalhadores do país a exigirem que os sindicatos e centrais rompam com o governo burguês de Lula e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Aprovar a greve geral para colocar abaixo a jornada 6x1, as contrarreformas trabalhista e previdenciária e a lei da terceirização. Defender a redução da jornada de trabalho, sem redução de salários, a escala móvel das de trabalho e um salário mínimo vital, suficiente para manter a família trabalhadora.

Notas do Boletim Nossa Classe

Volkswagen da Alemanha e General Motors no Brasil anunciam mais demissões e redução de salários e direitos!

Responder com greve e ocupação das fábricas!

A General Motors (GM) de São José dos Campos iniciou no dia 2 de dezembro mais um Plano de Demissão Voluntária, que tem como objetivo a destruição de 100 postos de trabalho. Trata-se de mais um ataque levado a cabo pela burguesia contra as condições de vida dos trabalhadores.

A proposta prevê a concessão de míseras contrapartidas para os trabalhadores que aderirem à proposta de demissão, como um carro 0 km, cinco salários extras, pagamento e convênio médico por seis meses e R\$12 mil, o pagamento dos dias trabalhados no mês, 13º salário proporcional, férias indenizadas, aviso prévio de até três salários, multa de 40% sobre o FGTS e 2ª parcela da Participação nos Resultados.

Esse é o segundo plano de PDV anunciado pela empresa em menos de um ano. Em dezembro do ano passado, a empresa demitiu 630 funcionários que aderiram ao programa. As migalhas miseráveis oferecidas pela empresa devem ser rejeitadas pelos metalúrgicos da GM, porque o dinheiro e o carro oferecido pela empresa são bens materiais efêmeros, que não garantem a manutenção das condições de vida dos operários, porque impõe o desemprego, a miséria e a degradação das condições de vida.

Não se trata de um caso isolado. Faz parte do quadro internacional de ataques que a burguesia vem descarregando sobre as massas exploradas. Na Alemanha, no dia 2 de dezembro, os trabalhadores da Volkswagen entraram em greve de advertência por todo o país, em uma nova escalada na luta de classes no país, diante de demissões em massa, cortes salariais e possíveis fechamentos de fábricas. O argumento da empresa é de que essas medidas são necessárias para fazer frente à concorrência chinesa e à redução do consumo de automóveis na Europa. Como resposta a essa situação

o sindicato dos trabalhadores da montadora alemã propôs que a classe operária renuncie ao bônus para 2025 e 2026, demonstrando sua sujeição à patronal.

É nítido o interesse da burguesia de descarregar, internacionalmente, a crise de superprodução e a consequente decomposição do capitalismo sobre as massas trabalhadoras até o osso.

Tanto a situação de PDV proposta pela General Motors (GM) de São José dos campos, quanto a situação da Volkswagen na Alemanha deve ser rejeitada duramente pelos trabalhadores que têm a tarefa de organizar a luta em defesa dos empregos através dos métodos da luta de classes. É dever das centrais sindicais organizar a luta em defesa de um salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores e que seja suficiente para sustentar uma família de 4 pessoas, com escala móvel de reajuste automático de acordo com a alta do custo de vida, além da escala móvel das horas de trabalho nacionais divididas entre todos os trabalhadores aptos ao trabalho, sem redução de salário, bem como a defesa da estabilidade do emprego.

Emprego não se negocia! Se defende com a greve, com a ocupação das fábricas e implantando o controle operário da produção. Lutando pela estatização, sem indenização e sob o controle operário de toda fábrica que ameaçar fechar ou demitir. Devemos rechaçar as negociações compostas por burocratas sindicais e elementos da burguesia carniceira, que mata trabalhadores e trabalhadoras com jornadas exaustivas e mal pagas. Por um Dia Nacional de Luta, organização dos comitês de fábrica e comandos de greve dirigidos pelos operários! Abaixo aos PDV's e ataques aos salários, que significam o aprofundamento da miséria e destruição das condições de vida da maioria explorada.

Alemanha

Metalúrgicos continuam o combate

Há uma crescente radicalização na greve dos metalúrgicos da Alemanha. Neste começo de semana o IG Metall, sindicato dirigido pelos reformistas, foi obrigado pela segunda vez a realizar greves parciais nas fábricas da Volks. A parcialidade das greves não impediu que elas tenham se radicalizado a ponto de impor mais uma rodada de negociações para a semana vindoura.

Os burocratas manipularam novamente com a chamadas greves parciais e por tempo determinado. Anunciaram alguns pequenos ganhos aos estagiários (jovens contratados) e reduzidos ajustes para o ano de 2025. No entanto a questão do fechamento de plantas de produção e demissões permaneceram como exigências da patronal. Frente a isso, os trabalhadores responderam com a palavra de ordem: “se eles querem guerra, estamos preparados”. Esse grito ecoou nas caminhadas ocorridas em frente as fábricas envolvendo mais de 60 mil operários e só não atingiu sua totalidade graças ao nefasto papel das direções sindicais, as quais jogam o jogo de cansar e desgastar os trabalhadores com suas greves de pressão sobre as negociações. Os trabalhadores seguem firmes na não aceitação de demissões e fechamento de plantas. A burocracia adianta um plano milagroso aos patrões: fazer um caixa com recursos doados pelos trabalhadores (parte de seus salários) e assim

salvar os megas acionistas temerosos da crise que se avoluma sob a batuta da OTAN, pressão do mercado chinês, guerra Rússia x Ucrânia.

No Brasil segue colocada a exigência de que a CUT convoque assembleias de base, encontros contra os ataques de Haddad e Lula, pelo fim da escala 6x1, unidade com os trabalhadores alemães, na luta pelo socialismo, fim das guerras!



Notas do Boletim Nossa Classe

Burocracia sindical dos químicos de São José dos Campos/Conlutas coloca fim à greve dos trabalhadores da Johnson

No dia 26 de novembro, os trabalhadores da Johnson & Johnson de São José dos Campos, fábrica essa com cerca de 3500 trabalhadores efetivos e 500 terceirizados, iniciaram uma greve, reivindicando a ampliação do valor do ticket alimentação para R\$ 500,00, além da equiparação de cargos e salários, já que há trabalhadores que ocupam cargos iguais têm salários distintos. Segundo a direção sindical, essa reivindicação gira em torno da necessidade de que os trabalhadores tenham esse aumento para comprar alimentos, porque têm amargado uma situação de fome.

A CSP-Conlutas, que dirige o Sindicato dos Químicos de São José dos Campos, erra ao colocar a reivindicação dessa forma. A multinacional que registrou um lucro líquido de US\$ 10,59 bilhões até setembro de 2024 paga aos trabalhadores um salário de US\$ 2,82/h, o que dá cerca de R\$ 1.440,00 mensais, arrancando o couro do trabalhador. Se esse salário miserável é insuficiente para que o trabalhador possa manter sua família, a reivindicação deve ser pela defesa de um salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores de acordo com as necessidades de uma família de 4 pessoas que hoje, segundo o DIEESE, equivale a R\$ 6.528,93.

Reivindicar através da greve a ampliação do valor do ticket alimentação e omitir o fato de que o salário rebaixado é que mantém o trabalhador na miséria, expressa a submissão das direções sindicais aos capitalistas, que estão lucrando às custas do trabalho da classe operária.

Diante desse quadro, realizou-se no dia 28/11 uma audiência pública de conciliação com TRT (Tribunal Regional do Trabalho) e o MPT (Ministério Público do Trabalho) em que a empresa apresentou uma proposta miserável de ampliação do ticket alimenta-

ção para o valor de R\$ 221,00, com uma cesta de natal de R\$ 375,00 e de não desconto dos dias parados pela greve. A CSP-Conlutas, divulgou em nota, em um primeiro momento, que rejeitaria a proposta, por ela ser rebaixada, argumentando que seria necessário o atendimento da proposta apresentada pelos trabalhadores diante da carestia da vida. Porém, após as duas últimas assembleias dos dias 29 e 30 de novembro, a greve foi encerrada com a aceitação da proposta rebaixada de ajuste de 30% de ampliação do valor do ticket, que passou de R\$170,00 para R\$ 221,00, a ser pago a partir de janeiro de 2025.

A tarefa colocada é a de mobilizar a classe operária com independência, rechaçar a política de conciliação e expulsar a burocracia sindical, que trai descaradamente a classe operária. É tarefa também, unificar e estender a luta pelo fim da escala 6x1, como fez os trabalhadores das plantas da PepsiCo em Itaquera e Sorocaba, defendendo a bandeira da redução da jornada de trabalho, sem redução de salário e a escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão das horas necessárias para produzir nacionalmente, entre todos os trabalhadores, aptos ao trabalho. Constituir as comissões de fábrica de luta, classistas e revolucionárias, para fazer frente a ofensiva da burguesia imperialista contra os direitos e as condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

O Partido Operário Revolucionário chama a classe operária a defender a bandeira de um salário mínimo vital, calculado de acordo com as necessidades de uma família de quatro pessoas que hoje é, segundo o DIEESE, R\$ 6.528,93. Por um Dia Nacional de Luta, com manifestações e paralisações da produção, em defesa dos empregos, salários e direitos.

São Paulo

Distribuição do Boletim Nossa Classe na Brasken

O Boletim Nossa Classe propõe unidade dos operários efetivos e terceirizados para enfrentar a política patronal de arrocho salarial. Durante a distribuição do Boletim, a direção do Sindicato dos Químicos estava fazendo uma reunião a parte com vários operários da Brasken sobre a proposta patronal de reajuste salarial. A direção explicava que foi oferecido: 1) 5,12% de reajuste sobre todos os salários. Que o piso de R\$ 2.079,79 (pago por empresas com até 49 empregados) passaria para R\$ 2.186,28 ao mês. E que os empresas com mais de 49 empregados iriam pagar o piso de R\$ 2.242,62. No caso da Brasken, que tem mais de 49 empregados, ocorreria um aumento no piso salarial de R\$109, 23. 2) Foi estipulado um PLR fixo de R\$ 1.412,50; 3) Por último, um vale alimentação de R\$170,00 a partir de maio de 2025 para quem ganha até 2,5 pisos, ou seja, para quem ganha até R\$ 5.606,55.

Apesar da proposta do vale alimentação ter sido bem vista pela direção do Sindiquim, os operários da fábrica perceberam a enganação, afinal R\$ 109,23 de reajuste significava uma miséria, diante

do alto preço dos produtos básicos de alimentação.

Diante da presença da direção do sindicato e de militantes que distribuam o Boletim Nossa Classe, um operário terceirizado perguntou sobre o Boletim. Foi quando o militante respondeu que se trata de um Boletim operário, que denuncia a exploração patronal e as irregularidades de várias fábricas, que pagam em geral menos de 2 salários mínimos aos operários. Que defende a unidade dos trabalhadores efetivos e terceirizados e a efetivação de todos os terceirizados. Que combate a divisão que o sindicato faz ao separar os operários de uma fábrica em efetivos e terceirizados e não convocar a assembleia de todos para discutir a proposta patronal e aprovar a luta pelas reivindicações unitárias.

Os patrões dividem os operários e as direções sindicais acabam reforçando essa divisão no interior das fábricas. O boletim Nossa Classe tem como reivindicação a unidade, que só pode ser dar por meio da luta pelo fim da terceirização e a efetivação dos terceirizados.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Rio Grande do Norte

Continuidade da luta pelo fim da Jornada 6x1

No dia 30 de novembro, na praça Gentil Ferreira (centro comercial de Natal) ocorreu o segundo ato pelo fim da escala 6x1. O ato convocado pelas centrais sindicais, CUT, Intersindical, CSP-Conlutas e CTB objetivava dar continuidade ao debate e à mobilização das massas. No entanto, o sábado foi marcado pela ausência da classe operária e demais explorados, o que evidencia a incapacidade das centrais em mobilizar suas bases para a construção do ato.

Como o ato foi pequeno, os manifestantes não puderam realizar caminhada nas ruas do comércio. Além da presença do POR, algumas correntes como PCBR, UP, PSTU e PSOL também estiveram no ato. É necessário, porém, assinalar a ausência das outras correntes que estavam presentes no ato nacional na Av. Roberto

Freire, realizado no dia 15 de novembro. O que mostrou o pouco empenho das correntes em construir a luta local, se apoiando basicamente nos chamados nacionais.

Os manifestantes realizaram panfletagem e intervenções no carro de som, a fim de divulgar a reivindicação. Em sua intervenção, o POR reafirmou a necessidade das massas aderirem à luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, o fim do banco de horas e emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho). Defendeu que as centrais e sindicais convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, da redução da jornada e fim da escala 6x1.

Os caminhos da luta pela redução da jornada de trabalho

A partir das redes sociais, um jovem trabalhador do comércio lançou a necessidade de dar fim à escravizante escala de trabalho 6x1. Criou-se o movimento Vida Além do Trabalho (VAT), que elaborou um abaixo-assinado que recolheu um grande número de assinaturas devido a viralização da campanha nas redes. No 1º de Maio deste ano, o VAT organizou, em São Paulo, um pequeno protesto separado do tradicional ato do Dia do Trabalho. O jovem que deu esse primeiro impulso, Rick Azevedo, ganhou projeção, ingressou no PSOL e foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro. Outros parlamentares aderiram ao movimento, como Erika Hilton, também do PSOL, que protocolou uma PEC que propõe o fim da escala 6x1, jornada semanal máxima de 36 horas e 4 dias de trabalho e 3 dias de folga.

No dia 15 de novembro, foram realizados atos em diversas cidades do país contra essa escala. A adesão foi massiva. No momento, estão sendo feitas audiências públicas, que segundo os organizadores do movimento, servem para convencer mais parlamentares a aderirem a PEC. Nas últimas semanas, um fato importante aconteceu de forma independente desse percurso, a greve

dos trabalhadores da PepsiCo, em Sorocaba e Itaquera, pelo fim da escala 6x1 e 6x2 (nova proposta de escala da empresa).

Esse pequeno resumo dos caminhos que o movimento tem tomado serve para que se possa compreender em profundidade o problema, além de desenvolver uma resposta proletária, classista e revolucionária para uma reivindicação tão justa como essa. Marca um novo ascenso na luta a classe operária e demais trabalhadores pela redução da jornada de trabalho.

No jornal Massas nº 718, o POR apresentou uma nota com o título: “O conteúdo de classe do movimento VAT”, onde mostramos que uma reivindicação justa pode ser desviada para os métodos alheios aos trabalhadores, como as disputas interburguesas que se processam nas câmaras parlamentares. A conclusão do texto dizia o seguinte: “A decomposição dos direitos trabalhistas é fruto da ação da burguesia internacional e só pode ser respondida pelos meios e métodos da luta de classes. No centro dessa luta deve estar a revogação da reforma trabalhista, aprovada pela ditadura civil de Temer e mantida nos governos Bolsonaro e Lula. A recusa das centrais sindicais, dos grandes sindicatos e partidos em construir uma luta pela revogação da reforma trabalhista, bem como pelo fim da terceirização, faz com que surjam movimentos como este, que apesar de correto em sua reivindicação geral, é incapaz de resolver o problema das massas por prescindir da ação direta e da luta de classes. Certamente o VAT se fortaleceria se ampliasse a reivindicação de fim da escala 6x1 para a revogação da reforma trabalhista, mas ainda mais importante seria convocar as grandes centrais sindicais, sindicatos e movimentos a fazer uma ampla campanha pela recomposição dos direitos. Os métodos dessa campanha deveriam ser as mobilizações massivas, as greves etc. Sem isso, apesar da reivindicação geral ser estritamente proletária, seu conteúdo de classe permanece pequeno-burguês, tentando conciliar os interesses das classes antagônicas (redução da jornada com aumento da produtividade e desenvolvimento sustentável).”

Na edição nº 728 do Massas, apresentamos o manifesto distribuído nas manifestações do dia 15 de novembro. Nele mantivemos a defesa dos métodos próprios dos explorados e a necessidade de não ter nenhuma ilusão com o parlamento: “É preciso cultivar a consciência de classe. A compreensão profunda de que os interesses dos trabalhadores e dos patrões são inconciliáveis. A partir desse entendimento, é possível desmascarar a armadilha do eleitoralismo. A conquista da redução da jornada, sem redução dos salários, só poderá ser fruto dos métodos da classe operária, das paralisações, greves, ocupações, bloqueios de ruas e avenidas

e grandes marchas.” E concluiu com o chamado: “Que os atos de 15 de novembro sejam o ponto de partida para um poderoso movimento de massas pela revogação das contrarreformas trabalhista, previdenciária e lei da terceirização; garantia do salário mínimo vital de R\$ 6.769,87 (calculado pelo DIEESE); fim das privatizações e reestatização do que foi privatizado; e contra os cortes no orçamento da saúde, educação e outras áreas sociais.”

De lá para cá, o movimento de rua foi arrefecido. As direções estão à espera dos trâmites na Câmara de Deputados e Congresso Nacional. Já se fala abertamente em possíveis compensações para os capitalistas. A própria Erika Hilton, quando foi entrevistada por um grande jornal, falou que a PEC não está fechada e que pretende “dialogar” com o setor patronal e com os partidos de direita. A PEC agora passará pelos ritos parlamentares tradicionais, CCJ, Comissões etc., que vão modificar o texto. Caso aprovado na Câmara, vai para o Senado onde passará por novos ajustes. Certamente, se seguir esses trâmites, o texto final estará desfigurado. Para o PSOL as manifestações do dia 15 tiveram o objetivo de pressionar o parlamento. Na ocasião, o POR defendeu: “é o parlamento que deve se subordinar aos trabalhadores e não o contrário.”

Na Câmara, PT, PCdoB e PSOL defendem a PEC, as demais correntes de esquerda como PSTU, PCB, UP etc., defendem o fim da escala 6x1, com diferenças de grau em suas defesas. Alguns enfatizam a redução da jornada sem redução salarial, outros se limitam ao problema da jornada sem entrar na questão do salário. PSOL e PT falam de redução para 36 horas semanais, como diz a PEC, mas suas declarações giram em torno dos trâmites legislativos. Para os partidos que dirigem as maiores centrais sindicais do país (CUT, Força Sindical e CTB), com grande número de sindicatos filiados, o apoio passivo a essa reivindicação operária configura uma traição. É comum seus textos e declarações também remeterem ao aumento da produtividade com a redução da jornada, uma forma de ganhar a simpatia de uma fração de parlamentares de direita.

O PCB levanta também a bandeira das 30 horas semanais, mas pouco fala dos métodos para conquistar essas reivindicações. Já a fração do PCB, o PCB-RR, acerta em apontar que o movimento VAT deve ser ampliado para todos os trabalhadores e demais explorados, tornando o movimento mais democrático com a intenção de impulsionar ainda mais os movimentos de massa e acerta na denúncia que a luta pelas reivindicações dos explorados não conquistará nenhuma vitória no parlamento burguês. Entretanto, podemos encontrar o erro de defender a redução da jornada de 6x1 para 4x3, sem defender a não redução salarial. Um problema semelhante pode ser encontrado nas elaborações da Unidade Po-

pular (UP), também de origem filo-estalinista, que, à exceção de textos nas redes sociais, não fazem uma ampla campanha pela manutenção dos salários, mesmo com a redução da jornada.

Já o PSTU, no editorial do jornal Opinião Socialista, de 12 de novembro, com o título: “Não à escravidão moderna: abaixo a escala 6x1, o Arcabouço Fiscal e todos demais ataques”, defende corretamente a unificação desse movimento com a luta contra o arcabouço e cortes de recursos e direitos do governo Lula. É preciso dizer que para os marxistas a escravidão moderna é o próprio trabalho assalariado e que, portanto, reduzir a jornada é sim lutar contra o capital em favor dos trabalhadores, mas não põe fim a essa escravidão. O essencial, no entanto, é que o PSTU esbarra no método. Apesar de apontarem, em um texto de apoio aos trabalhadores da PepsiCo e não no editorial, a greve como o caminho para a vitória da redução da jornada, não têm levantado o setor da classe operária que dirige, através da CSP-Conlutas, para lutar contra a escala 6x1. É preciso ir até o fim na defesa e chamar as assembleias nas fábricas para organizar o movimento nacional. Por fim, o MRT faz a defesa da manutenção dos salários diante a redução da jornada e reivindica o fim da paralisia das centrais sindicais para impulsionar esse movimento.

A atual luta pelo fim da escala 6x1, que não pode ser outra coisa que não a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários, ainda tem um longo caminho pela frente. É tempo de defender junto aos trabalhadores a escala móvel de trabalho, com divisão das horas necessárias entre todos aptos ao trabalho, respondendo assim o problema crônico do desemprego e do subemprego. É tempo de defender o salário mínimo vital, suficiente para sustentar uma família trabalhadora, ajustado de acordo com o aumento do custo de vida. As bandeiras históricas da classe operária, que expressam a luta de morte entre o capital e o trabalho, devem ser amplamente propagadas entre as massas, especialmente no momento em que discutem o problema da exploração. A tendência, no entanto, é que se oriente para as disputas parlamentares e desfigure a proposta inicial já limitada.

A tarefa da classe operária e demais explorados é fortalecer a ação direta coletiva, a exemplo dos trabalhadores da PepsiCo, para impor a reivindicações ao parlamento burguês corrompido. Faz parte desse movimento a unificação das lutas contra o pacote de cortes de recursos e direitos do governo Lula e pela revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro, mantidas no atual governo, bem como a reivindicação de fim das terceirizações e privatizações.

São Paulo – Francisco Morato

Demissões dos cobradores de ônibus e imposição do chamado “Catracão”

No transporte público do município de Francisco Morato, os trabalhadores enfrentam o desemprego e a superexploração do trabalho. Os motoristas têm dupla função (dirigir e cobrar). E os cobradores estão sendo demitidos.

Há muito tempo, a empresa de ônibus Moratense vem aos poucos colocando em prática a destruição da função de cobrador. Segundo os motoristas, somente as linhas com mais passageiros que continuarão com cobrador. Mas a maioria será o “Catracão”, ou seja, ônibus sem cobrador.

E o sindicato da categoria? Nas conversas, os motoristas mais antigos fazem críticas à direção do sindicato, que não organiza a luta em defesa dos empregos e dizem que são correias dos interesses dos empresários. É preciso exigir que o sindicato convoque a assembleia para responder às medidas do patrão.

A empresa de ônibus Moratense, que monopoliza o transporte público no município, cobra R\$ 4,90 a passagem, instituiu intervalos de tempo muito longo e reduziu o número de ônibus nos bairros. Portanto, ganha rios de dinheiro.

Os trabalhadores, por sua vez, sabem que o desemprego os joga para a desgraça. A demissão de cobradores tem causado revolta, mas não encontram no sindicato uma direção classista capaz de organizar a luta.

A maioria da população de Francisco Morato é pobre e muitos dependem do assistencialismo dos governantes. Está aí por que é urgente a constituição dos comitês de luta nos bairros, para combater em favor da estatização das empresas de ônibus, sob o controle dos trabalhadores, pela defesa dos empregos dos cobradores, pelo fim da superexploração dos motoristas e pela luta pelo emprego a todos.

Rio de Janeiro

Responder com luta a questão da água no município do Rio

O município do Rio de Janeiro vem sofrendo recorrentemente com a falta de água. No final de novembro, o Sistema do Guandu (rio que abastece o município) passou por manutenção e a demora para restabelecer a distribuição de água afetou diretamente a capital fluminense. Empresas, escolas, hospitais e centros culturais tiveram de interromper suas atividades. A população mais pobre, como sempre, foi a mais afetada. Muitas pessoas estão sem água para consumo próprio, limpeza e preparação de alimentos, tendo de comprar galões de água ou recorrer a poços e cisternas.

No dia 3 de dezembro, a concessionária Águas do Rio foi notificada pelo PROCON-RJ, pois atualmente onze regiões estão com o abastecimento interrompido, sendo elas: Andaraí, Botafogo, Centro, Flamengo, Gamboa, Grajaú, maracanã, Tijuca, Santa Teresa, Irajá, Ilha do governador e Cidade Universitária (Zona Norte, Zona Sul e centro). Essa falta de água não é exclusivamente dessas regiões mencionadas acima, na Zona Oeste, os moradores da comunidade Vila Kennedy atearam fogo na Avenida Brasil e bloquearam o trânsito como forma de protesto. Paciência, Santa Cruz, Cosmos e outras regiões também sofrem com a situação. Vale destacar que o Rio tem registrado altas temperaturas, em Guaratiba os

termômetros chegaram a registrar 40,4 °C, sem contar a sensação térmica na casa dos 50 graus.

No dia 30 de abril de 2021, a estatal CEDAE foi privatizada pelo governador Cláudio Castro, com promessas de melhorias. O estado arrecadou R\$ 22,69 bilhões, dos quais R\$ 14,4 bilhões foram repassados ao município e, certamente, esse valor não será investido para a melhoria de vida da camada mais pobre. É nítido que o Estado burguês aniquila o setor público para fortalecer o setor privado. É explícito o plano diabólico da classe dominante que visa lucrar em cima das massas trabalhadoras, comercializando serviços essenciais e fazendo o setor privado parecer maravilhoso diante de um serviço público propositalmente sucateado e abandonado a própria sorte.

A resposta classista para essas questões passa pela organização da classe operária com a maioria oprimida do Rio de Janeiro. É preciso romper com as ilusões de que o poder público burguês será capaz de garantir as necessidades imediatas dos trabalhadores, dentre elas, o acesso gratuito e irrestrito à água. Que se construam comitês de bairros, aliados aos sindicatos e movimentos sociais para dar vazão ao instinto de revolta do proletariado carioca.

Rio Grande do Norte

Ministério do Trabalho do governo Lula intervém no Sinte-RN e direção sindical do PT capitula à ação ditatorial

No dia 22 de novembro, a categoria dos trabalhadores em educação do RN foi surpreendida com a convocação para o dia 26 de novembro de um "Congresso Extraordinário" pela direção do Sinte-RN, com a pauta de "Alteração Estatutária". Um "Congresso" convocado às pressas, sem eleição de delegados nas escolas, e sem detalhar, por escrito, quais as propostas de alteração do Estatuto.

No dia 25 de novembro, a Corrente Proletária na Educação acompanhou uma assembleia do núcleo municipal do Sinte-RN em Extremoz. Assim, tomou conhecimento de que a discussão do "Congresso Extraordinário" seria em torno à exclusão desta base municipal do Estatuto do Sinte-RN.

O que estava por trás dessa ação liquidacionista da direção do Sinte-RN era uma decisão ditatorial do governo Lula e seu Ministro Luiz Marinho (ex-presidente da CUT), por meio do Ministério do Trabalho e Emprego, de suspender a Carta Sindical do SINTe-RN, em 05 de novembro de 2024.

Com essa decisão, o Ministério do Trabalho buscou pressionar o Sinte-RN a alterar seu estatuto para se adequar às suas decisões arbitrárias e intervencionistas quanto à representação sindical. Isso implicaria, na prática, em o Sinte-RN ter de excluir do seu Estatuto os trabalhadores da base municipal das cidades de Extremoz, Caicó, Luís Gomes, Major Sales e Paraná, que passariam, de acordo com o Ministério do Trabalho, a serem representados por sindicatos locais de servidores municipais.

No "Congresso Extraordinário" (26/11), com cerca de 150 pessoas, a direção do Sinte-RN conseguiu finalmente aprovar a capitulação à decisão ditatorial do Ministério do Trabalho. Mesmo que a direção do Sinte-RN soubesse há semanas dessa investida

do governo, resolveu divulgar o "Congresso" somente de última hora, para evitar maior mobilização das bases.

Ao iniciar o "Congresso", abriu-se apenas para algumas perguntas ao advogado e somente duas intervenções de 5 minutos (uma a favor e outra contra). Dessa forma, a maioria do "Congresso" deliberou a favor de excluir de seu Estatuto os trabalhadores das respectivas cidades.

A oposição do Muda Sinte (PSTU), que dirige a regional de Ceará-Mirim e os núcleos de Extremoz e São Gonçalo do Amarante, não foi capaz de ter uma linha independente da posição da direção petista. Nas assembleias do Núcleo de Extremoz, diante da ameaça do Ministério do Trabalho e da posição subserviente da direção do Sinte-RN (PT), o Muda Sinte propôs e foi aprovada a proposta equivocada da fundação de um novo sindicato municipal dos trabalhadores em educação de Extremoz, o que chamou de "construir uma alternativa". Dessa forma, desarmou a base de Extremoz em resistir à sua exclusão do Estatuto. Caso houvesse organizado as bases de Extremoz, Ceará-Mirim e São Gonçalo do A. para votar contra a alteração estatutária no "Congresso Extraordinário", por meio de caravana de ônibus, seria possível barrar a manobra burocrática.

A tutela do Ministério do Trabalho na organização sindical dos trabalhadores é antiga, desde o governo Getúlio Vargas, e permanece mesmo após a "redemocratização". O PT, que tem sido a direção de importantes sindicatos, como o dos Metalúrgicos do ABC, assim como a CUT, manteve a subordinação do movimento sindical à tutela do Ministério do Trabalho e à Justiça do Trabalho, cuja autoridade, para os dirigentes sindicais conciliadores, é inquestionável.

A atual posição da direção do Sinte-RN (PT) de se adequar à imposição ditatorial do Ministério do Trabalho é parte da política da burocracia petista de subserviência aos órgãos do Estado burguês criados para impedir a luta de classes em favor dos patrões e governos.

O direito de decidir sobre como deve se organizar os sindicatos pertence aos trabalhadores. A posição política da direção do Sinte-RN, no entanto, permitiu a intromissão que um órgão burguês no estatuto da entidade. As propostas de alteração votadas no "Congresso Extraordinário" foram escritas diretamente pelo Departamento de Relações de Trabalho do Ministério do Trabalho de Lula, e apresentadas pela direção do Sinte-RN para a categoria.

Tamanha capitulação e subserviência, capaz de excluir do estatuto uma parte da base de trabalhadores em educação municipais para obedecer à tutela do Ministério do Trabalho é um

Geará

Campanhas salariais do magistério têm início com pautas rebaixadas

As campanhas salariais do magistério estadual e municipal de Fortaleza tiveram início em dezembro. Na rede estadual, a direção da Apeoc (PCdoB/PT/PSOL) convocou 36 assembleias regionais para aprovar a pauta de reivindicações. O objetivo de substituir a assembleia geral única, em Fortaleza, por pequenas assembleias pelo interior é impor sem debates a pauta da direção sindical. Na rede municipal, por sua vez, a direção do Sindiute (PT) resolveu cancelar unilateralmente a assembleia presencial, agendada para o dia 05/12 na EMTI Filgueiras Lima, e substituí-la por uma virtual, alegando a necessidade evitar concentrações e evitar contaminações em razão dos novos casos de covid-19. A decisão da direção é de uma hipocrisia sem tamanho. Rejeitar a aglomeração de professores em assembleia quando já estão todos aglomerados nas escolas com centenas de estudantes em salas superlotadas não passa de uma manobra grosseira para não debater democraticamente a pauta da campanha salarial.

Outro aspecto que tem se destacado são os pontos de pauta rebaixados. Tanto Apeoc como Sindiute vem defendendo a aplicação

perigoso precedente, pois leva a fragmentação e enfraquecimento do sindicato.

É sintomático que estejamos falando da decisão de um Ministério do Trabalho que hoje tem como ministro o ex-presidente da CUT, Luiz Marinho, que, por sua vez, está subordinado ao presidente Lula, ex-dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC. A conivência de Lula e Luiz Marinho à arbitrariedade de suspender da Carta Sindical do Sinte-RN, uma entidade histórica dos trabalhadores e dirigida pelo seu próprio partido, mostra o quando o PT está corrompido pela política burguesa.

A Corrente Proletária na Educação denunciou mais essa postura derrotista da direção do Sinte-RN, e tem feito um chamado aos trabalhadores na educação a construírem uma fração revolucionária no sindicato, que defenda a independência política frente aos governos e à Justiça, a liberdade sindical e os métodos próprios de luta para defender os direitos e conquistar as reivindicações.

do rebaixado piso salarial, inferior à inflação, em toda a carreira. E ambos têm aplicado descaradamente uma política de colaboração com os governos municipal e estadual. A direção do Sindiute chegou ao cúmulo de iniciar a campanha salarial em agosto apenas para realizar sua campanha eleitoral nas plenárias para os candidatos Sarto/PDT e Evandro/PT.

A Corrente Proletária na Educação/POR tem intervindo nas campanhas salariais defendendo o pagamento de todas as perdas salariais, um piso que corresponda ao salário vital, a efetivação (estabilidade no emprego) dos professores temporários e substitutos, o retorno de todos os direitos retirados dos últimos concursados do município, eleição para diretores de escola, planejamento domiciliar, não fechamento de turmas e turnos nas escolas e revogação das contrarreformas previdenciária e do Novo Ensino Médio.

A tarefa dos professores conscientes é defender uma pauta que se choque com a destruição do ensino e das condições de trabalho da categoria. Para isso, está na ordem do dia impulsionar as oposições sindicais e lutar por uma direção classista para nossos sindicatos.

Rondônia

É preciso dar um basta à política conciliadora da direção do Sintero

No dia 25/11, o Sindicato dos Trabalhadores em educação do Estado de Rondônia (Sintero) convocou uma assembleia extraordinária para explicar o acordo que a direção do sindicato tinha feito com o prefeito no período das campanhas eleitorais do 2º turno. No dia 19/11, o prefeito anunciou o cancelamento do acordo no pagamento nos vencimentos de novembro. Essa situação revoltou os professores que imediatamente pressionaram o sindicato para que se retratassem quanto ao pagamento do piso conforme o acordo firmado.

No acordo, o prefeito Hildon Chaves se comprometia em aplicar o piso do magistério de 2023 e 2024 no vencimento de novembro conforme a lei federal. Coisa que nunca fez em seus dois mandatos consecutivos, portanto, oito anos no comando da prefeitura. O sindicato já tinha movido uma ação na justiça para fazer com que o prefeito cumprisse esse direito conforme a lei. Mesmo assim nada foi resolvido.

A assembleia foi por tumultuada. E a deliberação foi mais uma das enrolações de sempre. Ou seja, era preciso acompanhar os

trâmites do caso, que está nas mãos do juiz para que o prefeito cumpra a decisão já ganha. Diante de todo esse imbróglio, os professores instintivamente raivosos se organizaram e fizeram uma manifestação em um congresso de educação do município em que os burocratas da educação municipal chamaram a polícia para intimidar os manifestantes.

O prefeito desde que assumiu o executivo até o momento tem tratado os servidores públicos municipais com mãos de ferro. Tudo isso se materializou com seu primeiro feito, que foi o de tirar os quinquênios de todos os servidores do município, ato que fez com que todas as categorias se levantassem em greve para que retornasse esse direito adquirido.

A Corrente Proletária/POR interveio mostrando os erros de métodos de luta das direções do sindicato, que só têm levado a derrotas. Assinalou a importância da organização de uma oposição classista para organizar uma luta consequente contra a política da direção do sindicato.

São Paulo - Caiaras

Tarcísio/Feder ordena os diretores de escolas a fecharem o período noturno

No ano de 2024, o governo Tarcísio e seu secretário da educação Feder avançaram no desmonte da escola pública no estado. Contaram com os diretores subservientes, que estão na gestão das escolas. Muitas vezes são oriundos de outras regiões e pouco conhecem a realidade do município. São porta-vozes das diretorias de ensino e da secretaria da Educação. Assim, passam a impor ordens de fechamento de turnos e salas de aulas. Como foi o caso da escola estadual Vereador Luiz Alexandre dos Santos, onde os professores, pais e alunos foram comunicados de que em 2025 não haveria mais o curso noturno.

Essa decisão não foi pontual dessa escola. Ao contrário, fez parte do plano de Tarcísio/Feder para todo o estado de São Paulo. Trata-se de uma medida autoritária, que exclui o aluno-trabalhador do direito de estudar no período noturno.

E o que fazer? O caminho é a luta. A Corrente Proletária tem

defendido que a direção da Apeoesp convoque a assembleia para a organização de uma luta unitária, porque não se trata desta ou daquela escola. No entanto, a direção do sindicato tem rejeitado a proposta. Diante desse impasse, as escolas têm se organizado por meio de abaixo-assinado, ato nas diretorias de ensino e nas portas de escolas para combater o fechamento de turnos e salas. Disposição de luta tem sido demonstrada diariamente. Mas, a experiência já demonstrou que os movimentos por escola dificilmente podem barrar essa política centralizada do governador.

A Corrente Proletária tem atuado para que essa disposição de luta seja manifestada por meio de ações coletivas nas ruas. Tem defendido a redução do número de alunos por sala, no máximo 25 alunos e impulsionado o combate pela manutenção do período noturno em todas as escolas. E tem levantado a bandeira de “Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem fora do trabalho”.

São Paulo

Direção da Apeoesp faz reunião do Conselho pelo formato virtual e rejeita convocar a assembleia

O Conselho Estadual de Representantes da Apeoesp se reuniu extraordinariamente, pelo formato virtual, no dia 28/11. Na pauta, constavam os seguintes pontos: Análise de conjuntura; ratificação da filiação da Apeoesp à FETE-SP (Federação Estadual dos Trabalhadores na Educação Pública de São Paulo); 1ª Plenária Intercongressual da Apeoesp e, por último, campanhas.

A reunião foi aberta com poucos indicados pela direção sindical para abordar o tema da conjuntura. Prevaleceu nas falas a linha governista, de defesa das ações do governo burguês de frente ampla de Lula/Alckmin. No entanto, não foi possível à direção, que é ligada ao petismo, ignorar completamente o caráter antitrabalhador do ajuste fiscal ditado por Haddad. O máximo que pôde fazer foi apontar as “contradições” das medidas, repetindo a cantilena de que se trata de um governo “em disputa”, colocando como ponto “progressista”, por exemplo, a isenção do IR para a classe média – ignorando que nem esse item está garantido, tendo em vista que o Congresso ainda pode derrubá-lo. Na verdade, trata-se de um severo corte de gastos, que afetará a Educação e os serviços públicos, constituindo a continuidade do Teto de Gastos aprovado pela ditadura civil de Temer. Em última instância, responde ao interesse do capital financeiro em preservar o pagamento da dívida pública.

O ponto da FETE foi uma mera formalidade burocrática, ligada à necessidade de garantir o funcionamento da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), para atender às exigências legais impostas pelo governo. No fundo, o debate demonstrou mais uma vez que não passam de estruturas ocas, politicamente inertes, que servem tão somente como caixa de ressonância da política burocrática do reformismo petista.

O ponto principal da reunião do CER foi o da Plenária

Intercongressual. Acontecerá entre os dias 13 e 14/12. Será a primeira edição, cumprindo um dispositivo estatutário, tal como decidido no último Congresso do sindicato. Na prática, a direção da Apeoesp delegou todos os encaminhamentos da luta a esse encontro, tornando o ponto sobre campanhas inócuo. A proposta feita pela Corrente Proletária e outras correntes, de realizar uma assembleia estadual presencial ainda este ano para organizar a resistência aos ataques do governo ultradireitista de Tarcísio, foi colocada em contraposição à Plenária Intercongressual. O sentido concreto dessa votação foi o de adiar a resposta política para o ano que vem, o que é um erro gravíssimo. É sabido que é mais difícil mobilizar os trabalhadores no final do ano letivo, mas uma direção classista não pode se guiar por esses critérios, e sim preparar o combate, demonstrando a gravidade dos ataques e a necessidade do enfrentamento coletivo. A rejeição à assembleia e o adiamento da mobilização demonstram que o palavreado da “segunda presidenta”, Maria Izabel (PT), em torno à greve não passa de bravata. O resultado da política da direção é que Tarcísio e Feder se encontram de mãos livres para golpear os trabalhadores, a Educação e o funcionalismo público.

A Corrente Proletária defendeu a luta unitária contra a privatização, a militarização e a precarização da Educação, contra o fechamento de salas e turnos, em defesa dos empregos, salários e direitos. Para isso, era fundamental que a direção convocasse a assembleia estadual presencial. A situação do professorado, agravada pelos cortes do governador Tarcísio e do governo Lula, exige a mais ampla mobilização dos trabalhadores e da juventude oprimida. A proposta que a Corrente Proletária tem levantado é a de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e manifestações massivas nas ruas, em defesa das reivindicações elementares das massas.

São Paulo - ABC

Balanço do 6º Congresso do SinTUFABC

O Congresso

O 6º Congresso do SinTUFABC ocorreu entre os dias 12 e 14 de novembro de 2024. A programação, organizada pela direção burocrática e divulgada nos stories do instagram do sindicato, contou com apenas quatro atividades concentradas no período da tarde: credenciamento, painel de abertura, plenária sobre reforma estatutária e plenária de plano de lutas, sem apresentação de teses e sem GTs.

No credenciamento, a delegação sindical recebeu em mãos um caderno-referência contendo uma proposta de regimento, uma proposta de estatuto, e uma proposta de plano de ação sem qualquer menção a “proposta”, ou seja, a direção burocrática apresentou suas “propostas” como se já estivessem aprovadas e vigentes. As duas teses enviadas pela categoria, uma da Corrente Proletária/POR, e outra do Coletivo de Mulheres foram censuradas.

A abertura teve saudações da burocracia cutista e painelistas do MST, Bancada Feminista (Resistência/PSOL) e um acadêmico. Após as falas, houve denúncia do boicote às teses e cobrança para que fossem apresentadas, inclusive como previsto no regimento burocrático entregue aos delegados, mas a mesa ignorou. Contudo a CPE/POR organizou um encontro de apresentação da sua tese, que ocorreu na manhã do dia seguinte.

Na plenária de Reforma Estatutária a direção guiou a discussão com base no caderno-referência. Recorreu ao “regimento” para alegar que a metodologia já estava definida e ignorar questões de ordem e encaminhamento como a apresentação das teses e a delegação da reforma estatutária para uma assembleia. Coube à militante do PT fazer a relatoria da reforma estatutária defendida pela burocracia, na realidade um novo estatuto extremamente burocratizado.

Quase a totalidade das intervenções dos delegados denunciaram o método utilizado pela direção, atropelado, burocrático, desonesto, etc. A CPE/POR interveio na plenária denunciando o golpe promovido pela direção burocrática, que boicotou as teses e apresentou um novo estatuto para ser votado em bloco sem que os trabalhadores saibam claramente quais as alterações. Colocou que, sem uma discussão coletiva anterior ao congresso, não era possível saber de todas propostas de alteração estatutária, mas que o estatuto burocrático surpresa confirma a caracterização da CPE/POR, expressa no Boletim CPE-UFABC N.º 54 distribuído aos delegados, de que a direção burocrática quer transformar o SinTUFABC em um órgão de cúpula. Também denunciemos a hipocrisia de um ativista ligado à burocracia que, ao reivindicar o novo estatuto, apresentou um adendo de que as assembleias só devem ser deliberativas se tiverem participação equivalente a 20% dos associados, supostamente como algo democrático, quando estava se colocando pela supressão do CRS e de outras ferramentas democráticas e de luta.

Convém destacar três argumentos da burocracia favoráveis à aprovação da reforma estatutária. Um, o de que o “Estatuto atual abre brecha para autoritarismo”, querendo fazer crer que o controle do sindicato pela base, como ocorreu nas assembleias durante a greve, é autoritário. Dois, de que a fundação do SinTUFABC, tratou-se de um golpe, já que havia um sindicato e estatuto vigentes à época, um grande oportunismo da dirigente sindical petista que fez esta fala tendo participado da fundação do SinTUFABC. Três, de que quem quer se perpetuar na direção é quem já está desde o começo, portanto os lutadores independentes, e não a atual direção burocrática. Esses argumentos sintetizaram a intenção da direção de institucionalizar a burocratização do sindicato.

Em votação, com 20 votos favoráveis, 12 contrários e 1 abstenção, a burocracia sindical conseguiu os ⅔ necessários à aprovação da alteração estatutária, no caso do novo estatuto defendido pela direção majoritária. Concluída a Plenária, a CPE/POR chamou os presentes para participarem de uma reunião na manhã do dia seguinte para iniciar a construção de uma chapa da oposição. Na reunião, com participação da CPE/POR, Emancipação Socialista, MLC/UP, militante do PT e ativistas independentes, a oposição articulou uma campanha pela rejeição da reforma estatutária e começou a discutir a construção de uma chapa democrática e independente para a eleição da próxima Gestão do SinTUFABC.

Na Plenária do Plano de Lutas a mesa concedeu um tempo de cinco minutos para apresentação dos Plano de Lutas, o chamando de “Teses” e permitiu uma sequência de intervenções dos delegados de luta. Em suas intervenções, a CPE defendeu o Plano de Lutas divulgado em seu boletim explicando que se trata de um verdadeiro Plano de Lutas, unindo às reivindicações e os métodos, distintamente de uma Lista de Reivindicações ou Princípios. Nessa direção, expressou suas diferenças em relação ao “Plano de Lutas” da majoritária e do Coletivo de Mulheres. Defendeu, sobretudo, uma campanha em defesa dos empregos, salários e direitos, contra a política de precarização, terceirização e privatização; um sistema único de educação, público, gratuito, voltado à produção social, com acesso universal em todos os níveis, financiado integralmente pelo Estado, e sob controle coletivo dos que estudam e trabalham; que as centrais sindicais convoquem um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios de rua, como preparação da Greve Geral; e organizar a frente única anti-imperialista.

No final a mesa considerou as propostas antagônicas e colocou em votação uma contra a outra, resultando na aprovação do seu “Plano de Lutas”. Foram 13 votos para Travessia/PT, 9 para o Coletivo de Mulheres (UP, PT, ES e PSTU), um à CPE/POR e uma abstenção.

Pós-Congresso

Uma semana após o Congresso, a oposição divulgou uma “Carta Aberta aos Técnico-Administrativos em Educação da UFABC. Em defesa de um SinTUFABC democrático, de base e de luta!” denunciando “o golpe na democracia sindical realizado no 6º Congresso do SinTUFABC” e considerando “fundamental (...) convocar uma assembleia democrática para que os/as trabalhadores/as possam opinar e decidir sobre os rumos do sindicato, nosso instrumento de luta e organização”. No mesmo dia, ocorreu a Reunião de Posse do CRS, que deliberou pela convocação de uma assembleia presencial para o dia 03 de dezembro para tratar da reforma estatutária.

Para manter o controle da assembleia, a direção majoritária convocou uma assembleia híbrida com a mesma pauta para o dia 28 de novembro, quando diversos servidores estariam envolvidos no evento UFABC Para Todos. A oposição denunciou este novo golpe e impulsionou a campanha em torno da Carta Aberta que passou de 26 assinaturas iniciais para 60 assinaturas, chamando a categoria a participar da assembleia de 28 de novembro.

Na assembleia participaram 128 trabalhadores, sendo 101 virtualmente. A mesa abriu para a relatora da proposta de reforma estatutária, que apresentou uma comparação do estatuto atual e do novo estatuto, com uma série de afirmações equivocadas, a exemplo de que o novo estatuto institui “paridade de gênero” (cotas para mulheres), Coordenação de Aposentados e assembleia híbrida, sendo que estes itens já existem no estatuto vigente. Em se-

guida abriu à Coordenadora Geral eleita pela minoria apresentar a comparação feita pela oposição, que destacou aspectos como fim do CRS, exclusão de normas sobre eleições virtuais e presenciais, fim do limite de mandatos, etc. Por fim, abriu para a inscrição de três intervenções favoráveis e três contrárias a referendar o novo estatuto aprovado no Congresso.

Em sua intervenção favorável a referendar a reforma, o dirigente burocrata conhecido como “ditadorzinho”, criticou as distorções do estatuto vigente, exemplificando que o CRS “com representantes sindicais que não tiveram nenhum voto” pode vetar decisões da CE, ressaltou que foi a primeira vez que o congresso teve eleição de delegados e que a reforma estatutária foi construída por delegados favoráveis à reforma, tentando fazer crer que foi uma construção coletiva e que a oposição era contra a reforma estatutária em geral. Eis o oportunismo da direção burocrática que suprimiu o CRS e a eleição de delegados do Congresso no novo estatuto.

Transcrevemos a intervenção da CPE: “Bom, é lamentável que diante de uma crise tão profunda, na qual a gente está se aproximando praticamente de uma terceira guerra mundial, e que o governo, vocês têm visto aí, [dando] continuidade nas contrarreformas, que ele tem aplicado e mantido inclusive o Novo Ensino Médio, reforma trabalhista, terceirização, agora a limitação do reajuste do salário mínimo. E para quê? Para manter os juros da dívida pública. E diante de uma perspectiva de aprofundamento da crise e da luta de classes, a gente vê o quê? Uma direção governista, entreguista, completamente corrompida, a ponto de chegar aqui e mentir na cara dura de falar que o Estatuto não prevê assembleia híbrida, sendo que essa assembleia aqui é híbrida, dentre vários outros absurdos que eu poderia fazer uma lista aqui, historicamente, quer fechar o sindicato, engessar o sindicato, tirando todo o aspecto minimamente democrático que o sindicato possui. Então, acho que sim, eu defendo a rejeição integral dessa proposta que foi colocada, e que foi colocada de uma forma completamente arbitrária no Congresso, com um regimento que não foi votado em assembleia, eu pergunto aqui, qual que foi o resultado da votação que aprovou esse regimento? Porque eu não votei a favor, então eu teria queria saber qual que foi esse resultado desse regimento. E que boicotou as teses que foram enviadas pela categoria, que foram duas teses, e fez um caderno de referência usando o dinheiro do sindicato, tá? O dinheiro do sindicato, com as propostas de um único grupo sindical, que é o coletivo aqui Travessia e o PT também, então, eu acho que a gente tem que rejeitar essa proposta sim, porque ela vai engessar muito o sindicato, e vai tornar o sindicato em um órgão de cúpula, que não é para mobilizar os trabalhadores para fazer a luta em defesa dos salários, dos empregos, dos direitos, pelo contrário, é um sindicato aí como foi colocado agora na lista, que vai fazer colônias, que vai fazer não sei o que, que também pode ter associações aí, mas que não tem nada a ver com a luta sindical, que é a luta de classes, é a luta dos trabalhadores contra a patronal, contra o governo, em defesa da força de trabalho. E aí, o que mais aqui que eu acho que tem que falar, que é importante, acho que tem a ver com essa questão de concepção de sindicato, sim, poderiam ter propostas aqui, como a questão da proporcionalidade, que existe uma discussão na categoria, mas não houve nenhuma, esse estatuto, ele não é expressão de uma discussão coletiva na base, não é? E essa questão da proporcionalidade existia, mas onde foi discutido acabar com o CRS? O próprio Congresso não vai ter mais eleição de delegados, não vai ter, se a reforma estatutária não vai ser no Congresso, não vai ter eleição de delegados, o Congresso vai seguir para quê? Perde toda a importância do sindicato. E, para finalizar, acho que independente de qual vai ser o resultado dessa assembleia aqui, eu acho que é fundamental a gente se reunir e construir aqui, se colocar como oposição a essa direção governista vendida, e construir uma nova direção, construir uma chapa para disputar a próxima eleição que vai acontecer aí, provavelmente até março, que é quando vai acabar a atual gestão.”

Em votação, com 71 votos contrários, 46 favoráveis e 6 abstenções, a categoria não referendou a reforma estatutária aprovada no Congresso, de maneira que permanece vigente o atual estatuto. A rejeição desse brutal ataque da burocracia cutista que tentou instituir a gestão centralizadora autoritária e transformar o SinTUFABC em um órgão de cúpula resultou do trabalho da oposição, que teve a Carta Aberta como elemento aglutinador.

Considerações sobre o 6º Congresso do SinTUFABC:

O 6º Congresso do SinTUFABC foi marcado pela disputa política após a traição da greve nacional pelas burocracias sindicais. Em grande medida, tal disputa foi responsabilidade da CPE/POR que propôs a constituição da CO, o regimento, as teses, a eleição de delegados, e a carta aberta. Não fosse a CPE possivelmente o 6º Congresso seria mais um congresso sem vida política. Em função da limitação numérica da CPE e da fraqueza político-programática da oposição, que rejeitou a proposta de boletins preparatórios para o Congresso, e não elegeu a maioria dos delegados, quando havia condições para eleger, prevaleceu a política governista, de maneira que o Congresso antidemocrático não serviu para organizar a luta.

Assim como a greve, o 6º Congresso do SinTUFABC mostrou a importância da assembleia como instância em que se efetiva a democracia sindical e que a categoria, de fato, decide. Nas assembleias que pautou o Congresso, a direção majoritária, que evitou ao máximo colocar as propostas em votação, não ganhou sequer uma votação. Enquanto vigorou o imobilismo, não se submeteu às decisões das assembleias e impôs sua política se apoiando no aparelhamento do sindicato.

Ao eleger a maioria dos delegados sindicais, a burocracia sindical viu a oportunidade de aprovar uma profunda reforma estatutária, criando um estatuto à sua imagem e semelhança que condensou seu autoritarismo na atual gestão do sindicato (decisões arbitrárias em nome da categoria, boicote às instâncias, impulso à virtualidade, etc). Ocorre que, a despeito do apoio organizado de uma fração burocrática, o novo estatuto foi amplamente rechaçado, demonstrando que a proposta não correspondia aos interesses da base.

Essa vitória defensiva contra o autoritarismo governista também demonstrou a disposição de luta da categoria. É preciso impulsionar essa tendência construindo uma fração classista no funcionalismo público, o que exige fortalecer a CPE/POR.

R\$5

Adquira com o distribuidor do jornal Massas:

110 dias de Greve de Técnicos Administrativos em Educação contra o governo burguês de frente ampla de Lula/Alekmin: percurso da luta na UFABC



Traição das burocracias colaboracionistas demonstra a necessidade de erguer oposições classistas e revolucionárias e constituir uma nova direção!



A Revolução Permanente: do marxismo ao pacifismo

No jornal Massas nº 728 apresentamos as principais conclusões dos estudos do livro A Revolução Permanente no que se refere ao capítulo 6 e 7. Agora apresentaremos as conclusões relativas ao último capítulo do livro, que traz o título “Do Marxismo ou Pacifismo”. No próximo jornal Massas concluiremos a exposição de nossos estudos com as teses conclusivas da Revolução Permanente.

Neste capítulo, Trotsky vai discutir o que inicialmente é um tema marginal na crítica que faz a Radek, mas que tem importância para compreender a unidade do pensamento de Radek. “Trata-se das concessões, ligeiramente veladas, que faz Radek à teoria do socialismo num só país. É necessário examinar esse lado acessório do seu erro, que pode, em seu desenvolvimento, absorver todas as outras divergências e demonstrar que a quantidade destas se transformou definitivamente em qualidade. Trata-se dos perigos externos que ameaçam a revolução. Escreve Radek que ‘Lenin percebia perfeitamente que, em virtude do nível do desenvolvimento econômico da Rússia em 1905, a ditadura proletária só se manteria se o proletariado ocidental viesse em seu auxílio’”. É na verdade um erro grosseiro, já que Lênin, em 1905, não tratava da ditadura proletária e sim da ditadura democrática, como discutimos nas edições anteriores do jornal Massas. Neste período, Lênin não considerava a possibilidade da revolução socialista na Rússia antes da revolução socialista na Europa.

Em seguida, Trotsky questiona: “Que quer dizer: ‘em virtude do nível do desenvolvimento econômico da Rússia em 1905’? E onde estamos no que concerne ao nível de 1917? A teoria do socialismo num só país baseia-se nessa diferença de níveis.” Apontando para o fato de que a III Internacional baseava justamente nisso sua divisão do mundo em países maduros e não maduros para o socialismo. “A diferença dos níveis econômicos pode ter, naturalmente, uma influência decisiva na força política da classe operária. Em 1905, não nos elevamos até a ditadura do proletariado, nem mesmo até a ditadura democrática. Em 1917, instauramos a ditadura do proletariado, que sepultou a ditadura democrática. Mas, quer com o nível econômico de 1917, quer com o de 1905, a ditadura só pode manter-se e chegar ao socialismo quando o proletariado ocidental vem em seu auxílio no momento preciso. É evidente que não se pode definir a priori esse ‘momento preciso’, pois isso depende do curso do desenvolvimento da luta. No que diz respeito a essa questão fundamental, determinada pela correlação das forças mundiais e decisiva, em última instância, para tudo, a diferença entre o nível de 1905 e o de 1917, na Rússia, por maior que seja sua importância, não passa de um fator secundário.”

Em seguida, o Grupo discutiu um problema de método, baseado na crítica de Trotsky a Radek. Numa passagem do seu artigo, Radek apresenta a seguinte colocação: “Lenin não acentuava a ideia dessa conexão entre a estabilidade da ditadura socialista na Rússia e o auxílio do proletariado da Europa ocidental por meio da exagerada fórmula de Trotsky, segundo a qual esse auxílio deveria ser um auxílio de Estado, isto é, de um proletariado já triunfante (Grifado por mim. – L. T.)” A resposta de Trotsky foi de desmontar a falsificação apresentando diversos trechos de Lênin sobre o problema do apoio revolucionário do proletariado ocidental para que a ditadura proletária se mantivesse na Rússia, isso em 1917, 1918 e 1919, não no “nível econômico de 1905”. A partir disso, discutiu-se no grupo o método correto da crítica, de buscar as referências originais dos autores, sem se utilizar de recortes pontuais para provar uma tese pré-estabelecida. A suposta

“exagerada fórmula” de Trotsky, de um apoio revolucionário do proletariado triunfante (e por isso de Estado), foi na verdade defendida por Lênin muitas vezes. Tratava-se da compreensão profunda do internacionalismo proletário por parte do dirigente da revolução de outubro de 1917. O triunfo do socialismo em um país isolado, de economia atrasada, não poderia se manter. Abaixo segue uma passagem discutida no grupo e que tem grande relevância para compreender a perspectiva de Lênin sobre o problema:

“Dezenas de vezes, Lênin explicou que só pudemos permanecer de pé ‘por força das condições especiais que nos defenderam, por um instante (por um instante! – L. T.), contra o imperialismo mundial’. E mais adiante: O imperialismo mundial não poderia, de modo algum e em nenhuma circunstância, viver ao lado da República Soviética... O conflito seria inevitável. E a conclusão? Será a esperança pacifista na ‘pressão’ do proletariado e na ‘neutralização’ da burguesia? Não; a conclusão é esta: A maior dificuldade para a revolução russa reside na necessidade de provocar a revolução mundial (Obras completas, vol. XV, p. 126). Quando foi isso dito e escrito? Não em 1905, quando Nicolau II e Guilherme II se entenderam para aniquilar a revolução e quando apresentei minha ‘exagerada fórmula’, mas em 1918-1919 e nos anos seguintes. Eis o que disse Lênin, ao fazer um retrospecto, no III Congresso da Internacional Comunista: Compreendíamos perfeitamente que a vitória da revolução era impossível (em nosso país – L. T.) sem o apoio da revolução internacional e mundial. Tanto antes quanto depois da revolução, pensávamos: ou a revolução irrompe, se não imediatamente, pelo menos muito breve, nos outros países mais desenvolvidos do ponto de vista capitalista, ou então estaremos condenados a perecer. Apesar dessa convicção, tudo fazíamos para conservar, a todo custo e em qualquer circunstância, o sistema soviético; com isso, estávamos certos de trabalhar não só para nós, mas também para a revolução mundial. Estávamos certos disso e nunca deixamos de exprimir essa convicção, tanto antes quanto imediatamente depois da Revolução de Outubro e durante a conclusão da paz de Brest-Litovsk. Em geral, estava certo. Na realidade, porém, o movimento não marchava tão correto como o supúnhamos (Atas do III Congresso da Internacional Comunista, p. 354 da edição russa).”

O capítulo concluirá com a discussão sobre os erros de Radek, que se apoiava nas ideias gerais desenvolvida pelos epígonos na III Internacional, em relação ao “apoio” das massas e a luta pela tomada do poder, ou seja, entre o pacifismo e o marxismo, frente ao problema da guerra. “Enquanto a experiência, erroneamente interpretada, do período pós-guerra, fazia nascer uma esperança factícia na possibilidade de se dispensar a revolução proletária na Europa substituindo-a pelo ‘apoio’ geral, a situação do mundo sofreu mudanças radicais. As derrotas do proletariado abriram caminho à estabilização capitalista. O descalabro econômico do capitalismo do pós-guerra foi vencido. Novas gerações, que não conheceram os horrores da carnificina imperialista, surgiram. O resultado é que a burguesia pode, agora, dispor de sua máquina militar com muito maior facilidade do que há cinco ou oito anos. As massas operárias se orientam cada vez mais para a esquerda, e o desenvolvimento ulterior desse fenômeno fará, decerto, com que aumente de novo a sua pressão sobre o Estado burguês. Mas é uma arma de dois gumes. A ameaça crescente das massas operárias poderá levar a burguesia, numa etapa ulterior, a tomar medidas enérgicas que provem que é ela quem manda, e a tentar

esmagar a República Soviética, como principal foco de contágio.” Demonstrando assim que a época em que escrevia o livro era uma época de retrocessos na luta do proletariado, mas um retrocesso condicional e provisório. Tratava-se de observar corretamente as tendências que se formariam a partir dali. E conclui com uma elaboração fundamental sobre como o marxismo entende o problema da guerra, “A luta contra a guerra não se faz por meio da pressão exercida sobre o governo, mas unicamente por meio da luta revolucionária pelo poder. A ação ‘pacifista’ da luta de classe do proletariado, do mesmo modo que a sua ação ‘reformista’, não representa mais do que um produto secundário da luta pelo poder, só tendo uma força relativa e podendo facilmente provocar

o efeito contrário, isto é, levar a burguesia ao caminho da guerra.” Essa concepção ganhou ainda mais destaque em nossa discussão por estarmos neste momento atravessando um período de guerras de dominação combinado com um retrocesso histórico da luta da classe operária pelo poder. A crise de direção, fundada na revisão programática e depois na dissolução da III Internacional, encontra aqui suas raízes: “O erro fundamental do VI Congresso da Internacional Comunista foi pretender elaborar receitas técnicas e revolucionárias contra as ameaças de guerra, depois de ter separado a luta contra a guerra da luta pelo poder. E o fez para salvar as concepções pacifistas e nacional-reformistas de Stalin e Bukharin.”

Nesta edição:

Palestina: Divisão interburguesa e ausência da classe operária organizada marcam a situação da guerra;

Rondônia: Participação do POR na Universidade Federal de Rondônia – debate sobre a crise mundial, palestra sobre educação, marxismo e movimentos sociais;

Chile: A profunda crise no governo pró-imperialista de Gabriel Boric;

Trotsky: Manifesto da IV Internacional sobre a guerra imperialista e a revolução proletária mundial; O Comintern e o GPU.

Artigos das Seções
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**



Palestina

Marcha em SP denuncia o genocídio



No dia 29 de novembro, foi feito um chamado para manifestações pelo mundo em defesa da Palestina. Em São Paulo, aconteceu no dia 30, por decisão da Frente Palestina São Paulo que considerou que o final de semana é mais propício para manifestações, já que teria maior participação da comunidade árabe local. Embora tenha sido uma manifestação relativamente grande em relação às últimas, contou com algumas poucas centenas de pessoas, a maioria militantes das correntes que compõem a Frente, poucos da própria comunidade. A marcha partiu do MASP, na Av. Paulista e foi até a Praça Roosevelt, no Centro.

A manifestação contou com intervenções artísticas, como um carro embalado com papelão para dar a forma de um tanque de guerra, tinta vermelha espalhada pelo chão, máscaras dos carni-

ceiros Biden e Netanyahu etc. As palavras de ordem e maioria das intervenções tiveram o caráter de denúncia da barbárie sobre os palestinos e libaneses. Em relação as respostas políticas que foram apresentadas, se concentraram na defesa da necessidade do rompimento do governo Lula com o Estado sionista de Israel e na defesa da Palestina Livre, uma fórmula bastante genérica, mas amplamente propagada, que não define o conteúdo de classe do Estado palestino.

O POR participou com um manifesto, banca de materiais, suas bandeiras e palavras de ordem. Em relação às palavras de ordem, chamaram a atenção e fizeram com que correntes políticas centristas, como o MES-PSOL e UP, tentassem se afastar do POR para que suas palavras não fossem confundidas com aquelas levantadas pelos poristas, como as que apontavam para a necessidade de destruir o sionismo e o Estado burguês de forma violenta ou as que defendem o armamento das massas, ou ainda, os gritos de “morte à burguesia, morte ao capitalismo e viva o socialismo!”. Já o manifesto do partido trazia no título o problema da divisão interburguesa, que ganhou relevo no último período com o mandado de prisão de Netanyahu, pelo TPI, e a necessidade de retomar o movimento de rua, que enfraqueceu no último período. Por fim, na intervenção do POR no carro de som, o partido destacou que o rompimento de relações do governo brasileiro com Israel é uma medida justa e necessária, mas que só encontrará materialidade nos métodos corretos de luta. Não será possível conquistar esse rompimento através de pedidos ao governo burguês de Lula, um governo submetido ao capital financeiro e ao imperialismo. O rompimento só ocorrerá com a classe operária e demais explorados mobilizados e em luta, com as greves e bloqueios, com as ocupações e manifestações massivas.

Reproduzimos abaixo o Manifesto do Partido Operário Revolucionário, distribuído no ato de 30 de novembro

Divisão interburguesa e ausência da classe operária organizada marcam a situação da guerra

Retomar o movimento massivo nas ruas! Constituir a Frente Única Anti-imperialista!

Estamos há um ano da única trégua na guerra que o imperialismo leva a cabo no Oriente Médio, em novembro do ano passado. As últimas semanas trouxeram à tona diversos acontecimentos relacionados com esta guerra de dominação. Desde os acontecimentos pontuais até aqueles mais gerais, podem levar a uma mudança da situação, mas, por ora, é a permanência do genocídio palestino que marca a situação. A eleição do republicano Donald Trump, nos EUA, certamente está entre os mais importantes, seguido pela reunião do G20, no Brasil, o mandado de prisão de Netanyahu, pelo Tribunal Penal Internacional (TPI), além do cessar-fogo de dois meses no Líbano. De conjunto, esses acontecimentos indicam a disposição do imperialismo manter o Oriente Médio sob fogo, especialmente a Faixa de Gaza.

O governo anterior de Trump esteve marcado por um protecionismo reforçado, puxado pela guerra comercial entre os EUA e a China. A abertura multilateral dos democratas que o suplantaram eleitoralmente em 2019 não modificou a tendência ao fortalecimento da guerra comercial. O fortalecimento militar das potências no último período, principalmente aquelas filiadas à OTAN, tem sido um reflexo da guerra comercial. Tanto democratas como republicanos estiveram irmanados no impulso às guerras de dominação no Oriente Médio e na Ucrânia. Suas diferenças são de grau. O retorno de Trump tende a fortalecer o protecionismo, impulsionando assim as dissensões entre os EUA e China, e fortalecendo o armamentismo.

O G20, com os democratas ainda na representação estadunidense, esteve direcionado a submeter as nações de capitalismo atrasado às diretrizes do G7. O problema do genocídio na Palestina esteve longe das preocupações das potências, que estão mais preocupadas com a manutenção da sua "ordem mundial", baseada na dominação de um punhado de nações opressoras sobre a maioria oprimida. Trata-se da necessidade do imperialismo em manter a partilha do mundo do pós-Segunda Guerra, contra as tendências centrífugas. No final do encontro, as nações assinaram um documento em conjunto. Houve divergências na sua redação. Optou-se por uma redação final genérica o suficiente para não responsabilizar ninguém pelo massacre: expressaram "profunda preocupação com a situação humanitária catastrófica na Faixa de Gaza e a escalada no Líbano" e falaram sobre "a necessidade urgente de expandir o fluxo de assistência humanitária e reforçar a proteção de civis e exigir a remoção de todas as barreiras à prestação de assistência humanitária em escala. Destacamos o sofrimento humano e os impactos negativos da guerra. Afirmamos o direito palestino à autodeterminação, reiteramos nosso compromisso inabalável com a visão da solução de dois Estados, onde Israel e um Estado palestino vivem lado a lado, em paz, dentro de fronteiras



ras seguras e reconhecidas, consistentes com o direito internacional e resoluções relevantes da ONU". Como se vê, um mar de hipocrisia. Israel não foi responsabilizado pelo massacre, os EUA e a França tampouco foram responsabilizados por seu apoio à Israel e pelo fornecimento de armas e recursos. O fundamental é que o encontro tratou da governabilidade burguesa diante da crise capitalista persistente do último período.

A burguesia, no entanto, não é coesa. Algumas de suas frações, incluindo algumas de suas representações no comando de instituições e nações oscilaram em relação a condenação do genocídio. As inúmeras discussões na ONU são provas dessas divergências, que embora sejam reais, não tiveram força para confrontar a posição dos EUA diante da guerra. Os vetos do governo Biden nas votações para um cessar-fogo em Gaza mostram isso. A divergência interburguesa mais recente foi o mandado de prisão para o primeiro-ministro israelense Benjamin Netanyahu e seu ex-ministro da Defesa Yoav Gallant por "crimes de guerra" e "crimes contra a humanidade" em Gaza. O Hamas comemorou a sentença como um "passo em direção à

justiça". Os EUA condenaram a decisão. A França declarou que Netanyahu tem imunidade em seu território. Tudo indica que não haverá prisão nenhuma, mas o fato serve, sem dúvida, para ampliar a denúncia do genocídio. Os grandes meios de comunicação tiveram que dar a notícia. O New York Times, uma espécie de editorial de jornais de diversos países, inclusive alguns brasileiros, estampou em sua capa o drama da sobrevivência em Gaza. As pressões sobre o governo sionista vêm crescendo no último período. Certamente pesaram na decisão do governo de Israel em aceitar um cessar-fogo no Líbano, que durará ao menos dois meses. Um fato progressivo na extrapolação da guerra no Oriente Médio, mas que indica um reforço na ação sobre Gaza, como o próprio governo israelense já afirmou.

O Exército israelense lançou no domingo (24), novas ordens para que os moradores de Shuja'iyya, periferia leste da cidade de Gaza, deixem a área. O Ministério da Saúde na Faixa de Gaza anunciou domingo um novo balanço 45 mil mortos no território palestino desde outubro de 2023. Ao menos 105 mil pessoas ficaram feridas desde o começo do conflito. Para a população de Gaza, a sensação é de desesperança. "Deixem eles continuarem sua guerra se quiserem. Eles podiam simplesmente parar de nos mandar de um lugar para outro. Perdi toda a esperança. Coloque-se no nosso lugar. Já não temos o suficiente nem para fazer pão." Disse um jovem habitante de Gaza.

Em contradição com o relativo aumento da pressão sobre o governo de Israel, está o refluxo do movimento de massas que marcou os primeiros meses do conflito. Naquele momento, as massas indicaram o caminho pelo qual a luta deveria passar: movimenta-

ção massiva nas ruas, ocupações, bloqueios de portos e aeroportos, greves etc. Um exemplo está na movimentação estudantil. Nos EUA, o movimento de juventude, através das universidades, foi marcante. No primeiro semestre do ano, registrou-se aproximadamente 3.100 manifestações, mas esse número caiu para 950 no segundo semestre. A queda nas movimentações em favor da Palestina no mundo todo é evidente. Trata-se de encontrar as causas desse fenômeno. Nesse caso particular, é possível encontrar nas regras de endurecimento das universidades uma explicação. Assim como no Brasil, estudantes estão sendo punidos na USP sob a acusação de antissemitismo por protestar em favor da Palestina. Mas essa explicação não é suficiente. As causas mais profundas do refluxo serão encontradas nos problemas gerais, não nas particularidades. Entre esses problemas certamente está a ação das direções sindicais e políticas que reforçaram suas crenças de que o problema teria uma solução progressiva através dos organismos internacionais da própria burguesia, como a ONU, o TPI etc., ou através dos rompimentos de relações das nações com Israel. Desgraçadamente, o que se viu foi o oposto. O genocídio permaneceu sobre as pilhas de resoluções e debates na ONU, o número de nações que romperam as relações com Israel é ínfimo, não contendo entre elas nenhuma nação de capitalismo avançado, o que não impactou Israel.

Os novos acontecimentos se limitam às disputas interburguesas. A ausência da classe operária e demais explorados, organizados e em luta contra o genocídio permitem que essas disputas flutuem sobre as cabeças dos palestinos, enquanto o massacre permanece. Apesar da distância, a luta no Brasil não é de menor importância. O governo Lula não fez mais do que declarar o óbvio,

que se trata de um genocídio, mas manteve suas relações políticas e econômicas com os genocidas. De abraços com Joe Biden, no G20, Lula mostrou o serviçal do imperialismo que é. O rompimento das relações do Brasil com Israel seria progressivo, mas não poderá ser conquistado através de petições e súplicas. Deverá ser imposto, através da força do movimento, com os métodos próprios dos explorados. O problema está em superar a política corporativista e conciliadora das direções sindicais, que insistem em manter os trabalhadores numa camisa de força em relação ao genocídio e mesmo em relação às suas necessidades mais elementares. Os comitês e frentes de luta que se formaram, bem como os poucos sindicatos e movimentos ativos na luta em favor da Palestina têm o dever de pressionar as direções políticas, especialmente a CUT e outras centrais, para que saiam da passividade e passem a ação em defesa da autodeterminação do povo palestino e pela constituição de uma Frente Única Anti-imperialista, que possa combater pelo fim das guerras de dominação impulsionadas pelo imperialismo.

Neste 30 de novembro, o Partido Operário Revolucionário, seção do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) continua trabalhando pela organização da luta do povo palestino por uma República Socialista da Palestina, sobre a base da unidade revolucionária dos trabalhadores judeus, palestinos, árabes etc., com o objetivo de conquistar os Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio.

Pela autodeterminação da Palestina!

Pela organização de uma frente única anti-imperialista para responder às guerras de dominação!

Reconstruir o Partido Mundial da Revolução Socialista, a IV Internacional!

Palestina

POR participa de debate sobre o genocídio palestino em Itapecerica da Serra

A Subsede Itapecerica da Serra da Apeosp e correntes de esquerda realizaram, no dia 1º/12, na Câmara Municipal de Itapecerica, um debate sobre o genocídio palestino. A atividade contou com a presença do presidente da Fepal (Federação Árabe-Palestina do Brasil), Ualid Rabah, Madeleine Hyutra, advogada ambientalista, e representantes do POR, GOI, PSOL e PT. Houve apresentações culturais, inclusive com a participação do poeta de alcunha Anti-herói vermelho, militante porista. A ação fez parte da campanha decidida pela Executiva da Subsede da Apeosp, que conta com participação da Corrente Proletária, eleita pela Chapa 2, de oposição.

Foi um importante debate, embora realizado tardiamente. Itapecerica, que fica na região metropolitana de SP, é uma cidade bastante conservadora. Na última eleição, por exemplo, venceu a disputa para prefeito o candidato Ramon, do União Brasil; em segundo lugar ficou Jones Donizette (Republicanos); em terceiro, Dr. Nakano (PL), ou seja, três políticos do campo da direita. Há grande influência dos evangélicos na cidade. Esses são só alguns elementos que demonstram a necessidade do combate político e ideológico em favor dos palestinos, denunciando o genocídio e trabalhando pela elevação da consciência classista dos trabalhadores e juventude oprimida.

O debate foi aberto com um vídeo contendo recortes sobre a história de opressão sofrida pelos palestinos nos séculos XX e XXI. Os membros da mesa fizeram uma ampla exposição dos fatos e dados do genocídio atual e de fatos passados. Ualid Rabah, por exemplo, fez uma extensa apresentação dos dados comparativos da matança no Oriente Médio.

Esteve ausente, no entanto, uma linha política, contendo a resposta ao problema da opressão e do conflito em curso. A exceção coube ao POR. O partido expôs sua linha para a questão palestina, que passa por erguer uma frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária, tendo como perspectiva estratégica a defesa de uma República Socialista, parte da luta pelos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Não se trata de cumprir o papel de mero cronista e ficar tão somente no campo da denúncia. Conhecer os fatos e denunciar a opressão devem ser tarefas integrantes do combate à opressão exercida pelo Estado sionista de Israel, que tem os Estados Unidos por trás de si.

Nesse sentido, foi importante a crítica realizada pelo POR, de que as direções sindicais e políticas deram um passo atrás em relação às manifestações de rua contra o genocídio. Um dos elementos que explicam esse refluxo, no caso do Brasil, está relacionado com a política eleitoral das correntes de esquerda, as quais, temendo perder votos dos setores conservadores (principalmente entre os evangélicos), silenciaram em relação ao que se passava em Gaza. Para o POR, diante da constatação desse refluxo, a tarefa política que se colocava e se coloca é a de retomar os movimentos de rua – o partido foi o único a apresentar essa proposta elementar. Não há como frear a barbárie sem o enfrentamento no campo da independência de classe.

Outro ponto de divergência apresentado pelo POR foi sobre a questão da violência. A representante do PSOL na mesa apontou em sua fala a posição de sua organização, de condenação do atentado dirigido pelo Hamas em 7 de outubro de 2023, condenação colocada ao lado da denúncia do genocídio palestino. O POR

demonstrou que toda forma de violência possui um conteúdo de classe. Não se pode colocar em pé de igualdade a violência do opressor e a do oprimido. Mesmo não reivindicando o método do terrorismo, os revolucionários não podem titubear, devem se posicionar incondicionalmente do lado dos oprimidos, contra os opressores. Ao mesmo tempo, os revolucionários devem impulsionar o combate com os métodos da luta de classes, com a ação direta das massas, o que passa por fazer a ligação entre as reivindicações elementares das massas e as bandeiras estratégicas de luta anticapitalista, em defesa do socialismo e da revolução.

Em que pese as diferenças, é inegável que o saldo da atividade foi positivo. Os presentes foram unânimes no que diz respeito à tarefa de continuar a campanha em defesa dos palestinos, realizando novas ações com o mesmo caráter. Não faltaram colocações sobre a necessidade de ir ao encontro dos trabalhadores e da juventude, realizando debates, panfletagens etc. nas escolas, bairros e locais de trabalho. O POR demonstrou que já está realizando a sua campanha, em âmbito nacional e até internacional, por meio

do CERQUI (Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional), o que não está em contradição com o trabalho frentista no âmbito sindical e popular, também de suma importância.



Rondônia

Participação do Partido Operário Revolucionário (POR) na Universidade Federal de Rondônia

O Grupo de Estudos e Pesquisas “Materialismo Histórico e Dialético na Educação” (GEPMHDE), por meio de um projeto permanente de extensão do curso de pedagogia de Rolim de Moura, em parceria com o curso de História, da Licenciatura em Educação do Campo e de Pedagogia, organizou um evento intitulado: “Capitalismo em crise: movimentos sociais e as guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza”.

O evento foi organizado em duas edições, uma aconteceu em Porto Velho no dia 27 de novembro, que debateu sobre “Os 107 anos da Revolução Russa e as guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza”. O palestrante foi Erson Martins de Oliveira, professor aposentado da PUC/SP e teve como mediador da mesa de debate o professor doutor Valdir Aparecido de Souza, do curso de História do Campus da Unir de Porto Velho.

A outra edição em atividade híbrida, aconteceu no dia 28, em Rolim de Moura. Ocorreu à tarde e à noite. À tarde, se deu o debate sobre a temática 1, “Educação, Marxismo e Movimentos Sociais”, que teve como palestrante Erson Martins de Oliveira e como mediadora da mesa de debate, a professora Maria das Graças de Araújo.

Na temática 2, ocorreu a palestra/debate sobre “A crise do capitalismo e a destruição da natureza”, que teve como palestrante o professor doutor Fernando Bilhalva Vitória, o professor do curso de Licenciatura de Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia/Unir, campus de Rolim de Moura”, e teve como mediadora da Mesa de debate a professora doutora Tatiane Rodrigues de Souza.

À noite aconteceu a palestra/debate com a temática 1 “Os 107 anos da Revolução Russa e as guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza. Palestrante, Erson Martins de Oliveira. E na temática 2, a palestra/debate “O povo palestino e a Guerra na Faixa de Gaza”, o palestrante professor doutor Ualiid Hussein Ali Mohd Rabah militante da “Frente de Defesa do Palestino” e teve como mediador da Mesa de debate, o professor doutor Leomar Rippel, do curso de História do campus de Rolim de Moura.

O que podemos tirar como lição desta atividade, pela Regional do POR de Rondônia, se resume:

1. Essa atividade foi muito positiva na medida em que tivemos a oportunidade de participar ativamente da organização e realização do evento sobre este momento de profunda crise do capitalismo em decomposição com a expressão das duas guerras em curso posta em palestra/debate. Essa atividade realizada na universidade foi de bastante relevância e importância para conquistar espaços, expondo e defendendo a política proletária dentro de uma universidade pública. Ademais, se trata de uma região e estado onde a política da direita e ultradireita tem uma predominância muita muito forte;
2. Foi um acerto proveitoso do partido ter realizado essa palestra para estudantes da universidade e simpatizantes em Porto Velho no dia 27/11 principalmente em final de semestre;
3. Também em Porto Velho houve um momento com os simpatizantes e contatos em que foi oportuno mostrar a importância da construção do partido na região e convidar os presentes para se empenharem na luta por sua construção;
4. Foi um momento impar para a militância avaliar o trabalho da Regional, objetivando a formação de militantes profissionais, no sentido leninista;
5. Também consideramos um acerto ter trazido um militante do POR de fora para as atividades dentro e forma das universidades;

LANÇAMENTO!

PALESTINA
GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO

Posição e
resposta do
internacionalismo
proletário

R\$ 40

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E
GENOCÍDIO DO POVO PALESTINO
POSIÇÃO E RESPOSTA DO
INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



Rondônia

Abaixo transcrevemos a exposição sobre a crise mundial, as guerras e os movimentos sociais

Certamente, este é um momento de protesto, é um momento de denúncia do massacre do povo palestino, é um momento de condenação do genocídio que está sendo praticado na faixa de Gaza e é um momento de entender a extensão dessa intervenção do Estado sionista, não apenas na faixa de Gaza, mas uma intervenção de conjunto no Oriente Médio. Uma intervenção que colocou a possibilidade de uma guerra com o Irã e a Síria, e chegou a uma guerra que se estendeu ao Líbano. Então este é um momento de protesto, por isso não vou dizer que estou alegre, apesar de estar alegre de estar aqui com os estudantes e professores em Rolim de Moura. É a primeira vez que estou aqui presente, cujo objetivo é de grande transcendência. Vejo a importância de uma universidade federal tratar de um tema de amplitude mundial como uma guerra no Oriente Médio, e uma guerra que está assombrando a Europa, que é a guerra na Ucrânia.

Gostaria então de agradecer esse convite. Estou do lado do professor Neomar, que também participou hoje à tarde de nossa atividade. Também pela primeira vez eu estou aqui com o Ualid, mas eu o conheço por nome e já vi também suas exposições. A exposição que o Ualid fez é toda ela registrada, toda ela documentada. Não se trata de um discurso de quem é um palestino contra o Estado sionista, mas é uma demonstração histórica. Vejo que essa noite é uma noite de conhecer mais a fundo os motivos dessa chacina, dessa matança e dessa destruição da cidade de Gaza e da destruição de parte do Líbano. Conhecer esses fatos históricos, para ter uma posição política, uma posição de luta.

Em São Paulo nós integramos o Comitê de Defesa do Povo Palestino e nunca faltamos em nenhuma manifestação e sempre nós tivemos um Manifesto do Partido Operário Revolucionário expondo a necessidade de uma grande unidade dos povos oprimidos, uma grande unidade dos explorados, uma grande unidade da classe operária para fazer um enfrentamento, que não é um enfrentamento tão somente ao Estado Israel, mas é um enfrentamento à maior potência, que são os Estados Unidos. Já foi demonstrado por Ualid as cifras em investimento financeiro. E, como não poderia de ser, em investimento militar. Os Estados Unidos têm seus motivos econômicos para apoiar a chacina dos palestinos.

Sabe-se que o Estado sionista, ao se constituir, principalmente a partir de 1948, colocou a questão da inviabilidade de na fase do capitalismo imperialista, ou seja, na fase última de desenvolvimento do capitalismo, constituir um Estado que solucionasse a questão judaica, uma vez que a questão judaica é ordem histórica. Não se pode desconhecer a questão judaica,

e ninguém em sã consciência pode desconhecer o que foi o antissemitismo hitlerista.

Ocorre que o Estado de Israel nasceu como uma imposição dos Estados Unidos e dos seus aliados na Segunda Guerra Mundial,

mais precisamente no fim da guerra. E não é casual que a ofensiva do sionismo para ocupar a Palestina à força, pela via material e militar, se deu já na Primeira Guerra e se concluiu na Segunda Guerra. Até então havia um projeto concebido por Theodor Herzl, no final do século XIX, que movimentava uma minoria de judeus sionistas. Era preciso ter uma força material para impor-se no território, que era um território de maioria palestina e árabe, habitada por outras nacionalidades, como os beduínos. Essa força material e militar se impôs na Primeira Guerra Mundial, encarnada pelo imperialismo britânico e francês. Dissolveu-se o Império Turco Otomano. Realizou a primeira partilha do Oriente Médio, e caminhou-se para uma segunda partilha na Segunda Guerra Mundial, desta vez sob a hegemonia dos Estados Unidos. É no processo de uma segunda partilha do mundo que o imperialismo viabilizou a constituição de um Estado artificial, de um Estado sionista, imposto de fora para dentro no território palestino.

Evidentemente, esse foi um ato de força e como ato de força não poderia ter outro resultado, a não ser travar uma guerra de uma organização com poder econômico, poder financeiro, inclusive, financiado pelo capital do banqueiro inglês Rothschild. Sem o apoio incondicional do imperialismo norte-americano como as armas e do capital financeiro europeu o simples processo migratório sionista não edificaria um Estado sionista à custa da autodeterminação do povo palestino. Então vejam que a viabilidade do Estado de Israel se deu pela imposição do capital financeiro e por meio da força das armas. O Estado sionista não poderia ser construído em terras palestina a não ser com as matanças, a não ser as três guerras, envolvendo os países árabes, aqui já citadas na exposição de Ualid. Essa via militar de constituir o Estado Sionista de Israel foi e é uma via do colonialismo tardio, quando já na Segunda Guerra Mundial se levantavam movimentos pela autodeterminação, pela independência nacional, marcadamente na África. Movimentos que foram impulsionados desde a Primeira Guerra com a vitória da Revolução Russa de Outubro de 1917, portando há 107 anos, e a movimentos revolucionários, cujo ápice foi a Revolução Chinesa, em 1949. Movimentos revolucionários porque se contrapõem à dominação imperialista e às tendências bélicas do capitalismo em decomposição.

É nesse contexto histórico que vemos hoje os números aterrorizantes. Mais de 55 mil mortos de palestinos. E que capacidade armada tem os palestinos para enfrentar o Estado de Israel? Quem é o Hamas armado para enfrentar o Estado de Israel? Nenhuma capacidade militar, digo militar, porque, sem dúvida, os palestinos resistem heroicamente ao massacre. O povo palestino continua unido na Faixa de Gaza, não renuncia à sua autodeterminação, mesmo nas condições de violência aterrorizante. Os acontecimentos diários durante tantos meses estão mostrando que se trata da intervenção de uma potência militar contra um povo desarmado.

E mesmo a intervenção no Líbano mostra que o Hezbollah não tem capacidade armada para uma guerra convencional contra um Estado potentemente armado, embora tenha imposto derrotas no passado, chegou a derrotar o Estado de Israel no passado, por meio da guerra irregular, ao custo de elevado número de libaneses mortos. É necessário assinalar, porém, que, do ponto de vista da capacidade militar e financeira, nenhuma dessas organizações tem essa capacidade. Então notem que se trata de forças completamente em desequilíbrio.

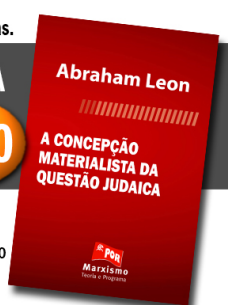
Quantas vezes, na ONU, se discutiu um cessar fogo e os Estados Unidos vetaram, quantas vezes se discutiu sobre os crimes

LANÇAMENTO! Adquirá já com o distribuidor do Massas.

A CONCEPÇÃO MATERIALISTA DA QUESTÃO JUDAICA

Abraham Leon

R\$ 30



Um estudo profundo da história de opressão sofrida pelos judeus. O caráter programático da obra do judeu Abraham se verifica no fracasso histórico do sionismo, da luta palestina, da decomposição capitalista e da necessidade dos explorados retomarem o curso das revoluções socialistas, proletárias e internacionais.

de guerra que estavam sendo praticado pelas Forças de Defesa de Israel. Em plenária da ONU, a maioria dos países condenou a matança impetrada pelo Estado de Israel, mas os Estados Unidos vetaram. O imperialismo age por cima da ONU sem nenhum disfarce. Como força dominante não iria permitir que a maioria dos países, alinhados contra a continuidade da guerra, pudesse impor sua vontade na ONU. A ONU virou um teatro de horror, onde se discutiu os massacres, sem que deixasse de imperar a decisão de Israel e Estados Unidos em ampliar dia a dia a chacina. Biden e Netanyahu com mão de ferro varreram o clamor da maioria dos países contra o evidente genocídio dos palestinos.

O que é que levou e leva o Estado de Israel a persistir na inflexibilidade da guerra? Essa é a pergunta que surge depois de tantos meses de destruição e matança. Diz Netanyahu e Biden que é o “direito de resposta ao ato terrorista

do Hamas”. Ocorre que esse ato do Hamas - que foi mais um ato, na minha compreensão, de desespero dos palestinos confinados na Faixa de Gaza, transformada em campo de concentração, do que de fato um ato de guerra, uma vez que o Hamas sabia que não tinha força para enfrentar o Estado de Israel - não poderia pôr em risco a segurança e muito menos a existência do Estado sionista. A perseverança em levar até as últimas consequências a guerra de intervenção, matando toda a direção do Hamas e a direção do Hezbollah, praticando atentados na Síria e realizando ataques no Irã e na Síria, é uma demonstração de prepotência, que se alimenta do apoio incondicional dos Estados Unidos. Mas, a prepotência em si não explica a carnificina de crianças, jovens, mulheres e velhos desarmados. A explicação se encontra na necessidade do Estado sionista anexar a parte do território que ainda abriga o povo palestino e lhe dá motivo e força para lutar contra o colonialismo sionista e por sua autodeterminação. Trata-se de uma guerra, portanto, voltada à anexação territorial.

Insisto mais em falar sobre a crise na Palestina e Oriente Médio devido à presença do Ualid e dada a urgência de retomar o movimento das massas. Distintamente do que se passou na Ucrânia, houve um movimento mundial contra o genocídio. Em São Paulo tivemos e temos inúmeras manifestações na Paulista. As ocupações que os estudantes fizeram nos Estados Unidos, na maioria das universidades, em vários estados, os estudantes, foram sinais de protesto pelo fim da intervenção militar sionista. Foram acusados de organizar um movimento antisemita. A farsa sionista não surpreendeu.

O que surpreendeu foi a emergência de um movimento antissionista e pró palestinos entre a juventude estudantil norte-americana, que recorreram ao método da ação direta própria da luta de classes, Ocupar as universidades e paralisar suas atividades significou abrir um choque com o Estado burguês e confrontar as posições majoritariamente pró-Israel da burguesia norte-americana. É bom assinalar que a base desse estudantado era democrata, que passou a contestar as posições de Biden. Nos países árabes, grandes manifestações ocorreram. Na Inglaterra. Na França, Inglaterra, Bélgica e Espanha, os protestos deram um caráter de movimento internacional pelo fim da guerra.

Mesmo com a intervenção das massas, com a vontade política demonstrada contra a opressão nacional, mesmo com todas as

discussões na ONU, nada disso demoveu Netanyahu, que poderia dizer aos israelenses: “olha, eu já fiz a vingança, e minha vingança chegou até aqui, ao final das contas a Faixa de Gaza já está em ruína, e, muitos palestinos pagaram com sua vida a ousadia do Hamas”. Mas, ao contrário, a burguesia sionista, o governo de Netanyahu e de Biden disseram, “ainda não foi suficiente para cumprir o direito de Israel de se defender (ou seja, do opressor a se defender contra o oprimido). Oculta-se com essa cínica justificativa que a continuidade da matança visa à limpeza étnica e o controle total da Palestina. Esse objetivo somente pode ser realizado com a anexação da Faixa de Gaza, o que inclui a Cisjordânia. A colonização da Cisjordânia avança a passos largos e rápidos.

Então nós temos uma expressão contundente da época do imperialismo, que é a época em que as potências anexam os países os países de economia atrasada, seja pela anexação econômica, pela subordinação econômica, seja pela anexação militar. Por isso é que aqui não estamos fazendo um debate acadêmico sobre a Palestina, estamos fazendo um ato político pelo fim imediato da guerra e pelo direito à autodeterminação do povo palestino. Esse é o sentido que espero dar à minha exposição. Espero que todos vocês sintam no sangue, na alma a necessidade urgente da luta contra o genocídio dos palestinos.

Passo, então, no pouco tempo que resta, a falar sobre a relação com a Ucrânia. No campus da Federal em Porto Velho, me dediquei mais à Ucrânia e, hoje aqui, devido à presença do presidente da Federação Árabe-Palestina, Ualid, resolvi falar mais sobre a Palestina.

Existe alguma relação entre a guerra na Ucrânia e a Palestina? É uma pergunta a se fazer. Há quem ache que são dois conflitos distintos, separados, e cada um com o seu curso, cada um com o seu desfecho. Considero que há uma íntima interligação, uma interdependência entre essas duas guerras. O que é que justifica essa tese da inter-relação entre a guerra na Ucrânia e Faixa de Gaza?

A explicação está em que ambas as guerras estão expressando a decomposição mundial do capitalismo e estão expressando a decadência norte-americana, o descenso de sua hegemonia, de uma hegemonia quase absoluta, imposta depois da Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos reconstituíram a Europa com o plano Marshall, armaram a Europa com a OTAN, que é um braço armado norte-americano, estabeleceram o funcionamento da Europa e constituíram uma estrutura de poder internacional sob seu controle. Todo esse edifício hoje está ruindo.

O que marca, portanto, essas duas guerras é que a ordem constituída na Segunda Guerra Mundial está em decomposição. Desmorona-se a ordem constituída no pós-guerra. Como se vê, não se trata apenas de duas guerras, uma que na Europa e outra no Oriente Médio. A guerra na Ucrânia suscitou o risco de se estender à Europa. Não foram poucas as vezes que se referiram ao perigo de uma terceira guerra mundial e à escalada militar que inclui as armas atômicas. É nesse marco que se colocou e se coloca a possibilidade de a guerra de Israel na Faixa de Gaza se estender ao Oriente Médio.

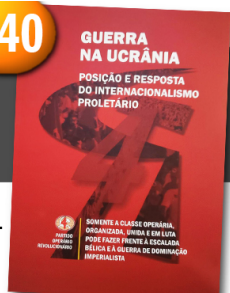
Existe um outro elemento de grande importância, que é a guerra comercial dos Estados Unidos contra a China. A guerra comercial, como expressão do funcionamento do capitalismo, já mostrou historicamente, traz em suas entranhas as tendências bélicas. Quando as guerras comerciais não conseguem solucionar o conflito entre as nações, a solução é a guerra. A história está cheia de exemplo. A Primeira e Segunda Guerra Mundial trazem lições inesquecíveis. A disputa entre os Estados Unidos e a China em torno ao mercado, às fontes de matérias primas e o controle da alta tecnologia tende a se agravar e a fortalecer a escalada militar. Eis por que as guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza vêm provocando alinhamentos do tipo Brics. Esse movimento das potências econômicas e militares expressam do desmoronamento da ordem mundial estruturada no pós-Segunda Guerra.

LANÇAMENTO!

GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Ganha enorme importância a lutar pelo direito da autodeterminação dos palestinos, pelo fim imediato da intervenção, pela expulsão dos Estados Unidos do Oriente Médio. Diante da guerra na Ucrânia, coloca-se a unidade da classe operária e dos demais explorados pelo fim da guerra, por uma paz sem anexação, pelo desmantelamento da OTAN e autodeterminação da nação oprimida sob um governo revolucionário que acabe com o poder da oligarquia restauracionista. É imprescindível combater a feudal-burguesia e os governos árabes que se sujeitaram aos Estados Unidos e que colaboram com o Estado sionista. A colaboração de países árabes com o genocídio é incrível. A Arábia Saudita, Emirados Árabes, Egito, Catar e Jordânia devem ser responsabilizados por suas populações de colaborarem com o genocídio na Faixa de Gaza. Devem ser desautorizados em negociar com os Estados Unidos o fim da guerra quanto o imperialismo continua apoiando e incentivando o Estado sionista a destruir o Hamas e a anexar o que resta do território palestino. É imperativo criar uma grande unidade anti-imperialista das nações oprimidas. Esse é o caminho para aproximar os povos árabes, persas e outras nacionalidades. Hoje, vivemos um momento de lutas anti-imperialistas, potenciadas pelos acontecimentos na Faixa de Gaza e na Ucrânia. A perspectiva da situação mundial é de agravamento dos confrontos econômicos e militares.

A particularidade da Ucrânia em relação à Palestina é que a guerra com a Rússia expressa o processo de restauração capitalista que destruiu a União das Repúblicas Soviéticas (URSS). Quando, em dezembro de 1991,

a União Soviética desabou, as 17 ex-repúblicas soviéticas ficaram à mercê das forças econômicas capitalistas, tanto internas como externas. As repúblicas do Báltico foram as primeiras a serem integradas à OTAN. Os Estados Unidos e a União Europeia imperialistas necessitam penetrar no terreno antes controlado pela URSS.

Na Segunda Guerra, em 1939, a Ucrânia chegou a ser colocada como moeda de troca entre Hitler e Stalin. Sobreviveu como república da URSS. Mas, quando a URSS se desintegrou em dezembro de 1991, a Ucrânia passou a ser um campo de disputa entre o imperialismo e a Rússia que se constituiu como uma federação.

As forças centrífugas desintegradora da URSS empurram as ex-repúblicas soviéticas para serem subordinadas à União Europeia e aos desígnios dos Estados Unidos. A Rússia restauracionista não deixou de exercer a opressão nacional. Essa é a contradição histórica que está na base da guerra na Ucrânia. A crise de 2014 e 2016 fortaleceu as posições da fração pró-imperialista de integrar a Ucrânia à União Europeia e se submeter à OTAN. A Rússia se viu premiada a ir à guerra, sem, contudo, deixar de exercer a opressão nacional. A tendência é de agravamento dos choques do imperialismo com a Rússia em torno às ex-repúblicas soviéticas. O que coloca a necessidade de a classe operária se mobilizar unitariamente sob um programa e política próprios.

União Europeia em decadência não é capaz de ter uma via distinta dos Estados Unidos. A União Europeia foi golpeada pelo Brexit, a União que perdeu o lugar na história como berço do capitalismo e se tornou um problema entre os próprios países que a compõem. O balanço que se faz, hoje, da União Europeia é que essa unidade, que teve como objetivo tirar a Europa do precipício da Segunda Guerra Mundial, fracassou. Mostrou-se incapaz de ter uma resposta independente à dos Estados Unidos, o principal beneficiário da guerra. Os Estados Unidos impuseram a política de apoio a Zelensky a qualquer custo. Sem um movimento revolucionário na Ucrânia e Rússia dirigido pela classe operária a via da guerra se impôs. E o problema está em encontrar uma solução que não seja imposta pelo imperialismo, que seria o pior caminho. E não se pode esperar uma solução que venha da Rússia que garanta o direito à autodeterminação não somente do povo ucraniano como dos povos de todas as ex-repúblicas soviéticas.

Sem um movimento que unisse a classe operária russa e a classe operária ucraniana, a classe operária polonesa, sem o movimento de união dos explorados a guerra se instalou. A mesma questão se apresenta depois de mais de dois anos de oito meses de guerra.

As duas guerras e a guerra comercial que estão em andamento dos Estados Unidos contra a China - vocês assistiram que o fracasso do G20 se deveu às profundas divergências em torno à guerra comercial e às duas guerras em curso - aplainam o caminho da escalada militar mundial. Esse clima de confrontação é que caracteriza a conjuntura internacional. Existe uma superposição das tendências bélicas sobre as relações econômicas. As vias diplomáticas não levam a acordos comerciais. O protecionismo das potências imperialista vem definindo as relações internacionais. É nessas condições que se encontra a importância da defesa do povo palestino, porque não se trata simplesmente do povo palestino, se trata do lugar do povo palestino na crise mundial do capitalismo, se trata da questão da Ucrânia na crise mundial do capitalismo.

A última ideia, meu tempo se encerrou, é que vivemos um grande retrocesso nas organizações operária: os sindicatos estão estatizados e controlados por uma burocracia corrupta, uma burocracia que não tem nenhum traço de classismo. A classe operária que construiu a Primeira Internacional, a Segunda Internacional e a Terceira Internacional - e que foi à procura da construção da Quarta Internacional, se acha hoje sem seus partidos revolucionários. As lutas em torno à organização internacional dos explorados levou à necessidade de construir o Partido Mundial da Revolução Socialista. Um dos problemas fundamentais desse período de prevalências das contrarrevoluções e guerras se encontra na crise de direção do proletariado. Em meio ao agravamento das contradições do capitalismo em declínio emerge objetivamente o programa da revolução social. Trata-se de assumi-lo plenamente e trabalhar pela construção dos partidos que levarão à revolução socialista.

Respostas às perguntas do plenário

Bom, Renan, a sua pergunta sobre possibilidade de uma conflagração nuclear é difícil de responder nas condições atuais. O que se pode refletir é como que as tendências militares, como que a escalada militar, vêm crescendo e junto à escalada militar vêm as ameaças da utilização de armas nucleares.

Se existe essa escalada militar, estão presentes as armas nucleares. Eu acho que esse é o fator fundamental da situação.

Qual vai ser o ritmo desse conflito? Não temos como dar uma resposta. Vemos que a guerra na Ucrânia chegou a um impasse. E esse impasse, nesse último período, está marcado pela autorização de Biden a Zelensky de atacar diretamente a Rússia com seus mísseis norte-americanos, franceses e britânicos. Essa decisão dos

Estados Unidos deu a impressão de que já estava transbordando a delimitação que foi estabelecida desde o início da guerra, para que não levasse a guerra a toda a Europa. Essa limitação indicou que os Estados Unidos não podiam correr o risco de empurrar nenhum dos países da Europa, a começar pela Polônia, que estava mais próxima do conflito, a entrar diretamente no conflito, considerando o perigo de se generalizar para o velho continente. Isso porque significaria dar um passo para uma terceira guerra mundial. Notamos que, se esse fato é comprovado, esta relação de forças é comprovada, se esses cuidados são comprovados, indicam que o perigo da utilização das armas nucleares é real. A Rússia alertou para o seu uso, caso a OTAN avançasse no terreno dos combates restritos ao território ucraniano.

Há que se considerar também que, uma vez que uma guerra desatada, as forças cegas do conflito podem se sobrepor à racionalidade dos governos.

Sobrepõem-se à racionalidade militar, às estratégias militares, se o conflito ganha uma dimensão que uma das partes considera que a ameaça à sua existência está colocada, em se tratando de potências nucleares. É diferente, por exemplo, no caso da Palestina, porque os palestinos não têm capacidade militar para enfrentar Israel. Aquilo ali é um massacre à luz do dia, é um dos massacres mais torpes, mais brutais. Depois da Segunda Guerra Mundial, é um dos massacres mais violentos, mais terríveis. O perigo que existiu nesse caso é se o Irã e Israel entrassem de fato numa guerra. Nesse caso, também estaria colocada a questão nuclear, porque Israel tem armamento nuclear. O Irã provavelmente não tenha alcançado o armamento nuclear. Provavelmente. Mas Israel tem e é armado pelos Estados Unidos. Então veja que, mesmo no caso do Oriente Médio, a questão nuclear foi colocada. Evidentemente, não tão claramente como no caso da guerra na Ucrânia.

As vezes se imagina e se analisa a partir da racionalidade. A racionalidade diz assim, se se inicia uma guerra em que entram as armas nucleares, a destruição desta vez é uma destruição inimaginável e que estaria pondo em risco a humanidade. O uso das armas nucleares é um perigo para a humanidade. Essa é a racionalidade. Mas a racionalidade não dita com absoluta segurança o curso de uma guerra. As forças reais que estão em um conflito para vencer podem obscurecer a sua racionalidade diante de uma possível irracionalidade do inimigo.

Quando os Estados Unidos decretaram o fim da Guerra Fria, foi considerando que a derrubada da URSS abria a possibilidade de desarmar a Rússia e arrefecer o perigo das armas nucleares. Vários acordos foram assinados no sentido de diminuição e limitação do arsenal nuclear (Start). A situação mudou completamente desde o momento em que os Estados Unidos chegaram à conclusão de que a Rússia não cederia o terreno que pertenceu a ex-URSS. Temos de volta o rompimento dos acordos.

Não se deve desconhecer ou desconsiderar que o fim da URSS foi uma interrupção no processo de transição do capitalismo ao socialismo que se iniciou com a Revolução Russa. E a URSS foi a grande transformação que se conheceu na história da autodeterminação de nacionalidade oprimida. Nenhuma revolução garantiu a autodeterminação de nação oprimida como foi a Rússia. A derrocada da URSS abriu caminho de profundos conflitos de nacionalidades. O imperialismo se vale dos nacionalismos reacionários para despertar os ódios nacionais e as próprias guerras. É para isso que devemos estar atentos e organizar a luta contra as guerras de dominação com o programa da revolução social.

Se Ualid permitir quero expressar uma discordância. Não vejo a possibilidade de dois Estados na Palestina. Não há essa possibilidade, porque seria constituir um quadro de pacificação em todo Oriente Médio. A guerra na Faixa de Gaza não é um problema só da Palestina. Envolve a questão do Irã, da Síria e do Iêmen, e do próprio Líbano. No Oriente Médio, a questão Palestina é um elemento determinante nessa relação.

Não vejo a possibilidade, nessa etapa do capitalismo em desintegração, de se chegar a um acordo com Israel para se constituir um verdadeiro Estado Palestino. Ainda mais improvável com as condições que você estabeleceu. O Estado de Israel jamais foi ameaçado pelos palestinos. Isto é uma farsa histórica. Jamais os palestinos tiveram condição de ameaçar o Estado de Israel.

Quando houve uma coligação dos árabes, você citou a guerra de 1967 e 1973. Essas duas guerras foram um momento de teste de relação de força. Naquele momento, se houvesse a possibilidade da aliança dos árabes ter vencido as duas guerras, provavelmente Israel teria saído enfraquecido.

Por que Israel venceu em 1967 e 1973? Porque estavam ali os Estados Unidos ancorando, empurrando e apoiando o Estado militarista de Israel. Vencer as guerras de 1967 e 1973 seria derrotar os Estados Unidos. Seria uma derrota do imperialismo, que tem o Estado de Israel como um enclave. Então, a possibilidade histórica, agora estou falando da possibilidade histórica, de partir o território palestino em dois Estados é quimera.

Mas qual vai ser a tendência histórica mais geral? Não sabemos de antemão quais e como vão ser as lutas dos povos árabes, e, inclusive, do povo persa. Tudo indica que as massas árabes oprimidas vão percorrer o caminho da luta anti-imperialista e das revoluções democráticas como parte das revoluções socialistas. A maioria oprimida terá de começar pela derrubar das oligarquias semifeudais. Essa vai ser a tendência histórica. E é onde a questão palestina vai ganhar outra dimensão. O povo palestino, pelos massacres sofridos e pelo seu desarme promovido pelos acordos de Oslo, recorrerá a essas experiências de ordem histórica para conquistar a sua autodeterminação, o que implicará o fim do Estado sionista.

Certamente, enquanto perdurarem as ilusões alimentadas por Arafat nos acordos de Oslo, não será possível superar a divisão dos palestinos e constituir-se como organização revolucionária. Foi uma ilusão acreditar que aquela via pacífica apresentada pelos Estados Unido em Oslo podia ser cumprida.

O exemplo de Oslo foi a comprovação da inviabilidade dos dois Estados. E quando os Estados Unidos falam que querem dois Estados é uma grande farsa. O que vai ocorrer certamente, isso em perspectiva histórica, é que os judeus, os palestinos, os árabes em geral vão percorrer um caminho de unidade para solucionar o problema. Aí sim se vai derrubar a burguesia sionista.

Ou se derruba a burguesia sionista ou não vai se encontrar uma solução para a questão da unidade e da autodeterminação do povo palestino.

Entendemos que somente uma República Socialista da Palestina poderá unir os judeus, os árabes, os beduínos e as demais nacionalidades. Essa luta será parte de uma grande convulsão no Oriente Médio. O Oriente Médio vai sofrer uma transformação no futuro. Nós não sabemos qual vai ser esse futuro. Essa é uma tese, é a nossa tese, porque constatamos que é uma ilusão solucionar a guerra permanente de Israel contra os palestinos por meio de dois Estados.

Desculpe-me por entrar nessa discussão aqui sobre este problema, porque essa é uma discussão que tem muita importância estratégica, o que vai acontecer com os palestinos daqui para frente. Essa é a grande pergunta. E isso tem a ver com todo o Oriente Médio. Não tem a ver só com os palestinos. E aí se encontra a questão de que as tendências bélicas não estão vinculadas a esta guerra ou aquela guerra. Ela é uma tendência internacional da atualidade que advém do esgotamento do sistema constituído após a Segunda Guerra Mundial.

A Primeira Guerra Mundial fez a partilha do Oriente Médio, mas não só do Oriente Médio, foi uma partilha do mundo. A Segunda Guerra Mundial veio exatamente porque essa partilha do mundo estava esgotada, e, agora, com o fim desse sistema criado

LANÇAMENTO!

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

Guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza

R\$ 40

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

GUERRAS NA UCRÂNIA E NA FAIXA DE GAZA POTENCIAM A CRISE MUNDIAL

RESOLUÇÃO, MANIFESTOS E DECLARAÇÕES

A Decomposição do capitalismo traz à tona o programa da Revolução Social. A Tarefa histórica consiste em superar a crise de direção.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.



em Yalta, dos acordos de Yalta, esse fim dos acordos de Yalta, essa partilha está esgotada e a emergência da China como potência econômica coloca na situação internacional um problema de choque aberto com os Estados Unidos. Essa é uma tendência que tudo indica vamos passar. E o grande problema aqui é a questão de classe. Talvez você não pense como eu a questão de classe.

Ou é luta de classes e a classe operária e os trabalhadores vão se organizar e vão tomar o curso dos acontecimentos em suas mãos, a barbárie avançará, se continuar nas mãos das frações burguesas em disputa, não tem como dar um resultado, uma solução que seja historicamente positiva.

Obrigado!

Para finalizar, peço, se for possível, ler uma moção. Eu já a li no debate de ontem, realizado no campus de Porto Velho, onde foi aprovada.

Moção

Os professores Reginaldo Nasser e Bruno Huberan, de Relações Internacionais da PUC, foram denunciados ao setor de Ética e Integridade da Fundação São Paulo como praticantes do antissemitismo. Trata-se de

uma calúnia. Os professores Nasser e Huberan não fizeram senão cumprir seu dever de condenar o sionismo do Estado de Israel, responsável pelo genocídio na Faixa de Gaza contra o povo palestino. Milhares de manifestantes no mundo todo saíram às ruas para exigir a retirada imediata das Forças de Segurança de Israel. Nasser e Huberan expressaram a posição de povos trabalhadores e juventude oprimida.

Aprovamos essa moção contra a repressão sionista como parte da luta pelo fim do genocídio e pelo direito dos palestinos à autodeterminação.

Pelo fim imediato da guerra contra os palestinos!

Pela retirada das Forças de ocupação sionistas da Faixa de Gaza!

Essa moção foi lida e aprovada na Palestra-Debate realizada no dia 27 de novembro, no auditório da Direção Campus de Porto Velho e no dia 28, no Auditório da Biblioteca Fernando Pessoa do Campus de Rolim de Moura. A Universidade Federal de Rondônia promoveu o “Projeto de Extensão Universitária”, tendo como um dos temas “Capitalismo em crise: movimentos sociais e as guerras na Ucrânia e Faixa de Gaza”.

A moção vem no sentido de solicitar à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo que rejeite a infundada acusação de prática antissemita contra os professores Reginaldo Nasser e Bruno Huberan.

Rondônia

Palestra sobre Educação, Marxismo e Movimentos Sociais

No dia 28 de novembro, como parte do Projeto de Extensão Universitária da Universidade Federal de Rondônia, organizado pelo departamento de Educação Campos de Rolim, discutiu-se o tema “Educação, Marxismo e Movimentos Sociais”. A palestra foi realizada por Erson Martins de Oliveira, convidado como professor e militante do Partido Operário Revolucionário.

Uma observação inicial foi necessária. O expositor fez a ressalva de que não tinha conhecimento e preparo suficientes para tratar da educação no campo. Certamente, as experiências realizadas por professores e estudantes em meio aos camponeses e ribeirinhos têm enorme importância para o tema sobre Educação, Marxismo e Movimentos Sociais.

Em qualquer estado do país, as particularidades do ensino devem ser reconhecidas e analisadas como parte do sistema nacional. As diferenças da educação em estados mais industrializados em relação aos caracterizados marcantemente pela economia agrária devem ser estudadas do ponto de vista das transformações necessárias do conjunto do país. Basta ver que se desenvolve um trabalho de educação no campo em Rondônia. O que não se observa em outros estados, como os do Sudeste. A educação inevitavelmente reflete o desenvolvimento desigual da economia e as diferenças de classe. Essa é uma questão que deve interessar os professores e estudantes envolvidos na educação no campo.

Feita essa restrição, iniciou a exposição do ponto de vista geral, tendo em vista a limitação do tempo. Colocamos em discussão a pergunta sobre se a educação no Brasil atravessa uma profunda crise ou não. De nosso ponto de vista, a crise não só existe como avança sem que o Estado burguês seja capaz de estancá-la. Para compreender a questão da crise, é bom lembrar que não se trata de um fenômeno novo. Desde que o Estado burguês se colocou a tarefa de incorporar as massas operárias e camponesas na educação, surgiu a questão da crise educacional. Essa preocupação se manifestou desde a década de 1930 e se manteve nas três décadas seguintes devido a uma mudança por que passava a economia do

país e as classes sociais. Lembremos que o educador Anísio Teixeira travou uma batalha em defesa da implantação do ensino público, laico e científico, levantando a questão da “Crise Educacional Brasileira”, que por sinal corresponde à primeira parte do livro “Educação no Brasil”. Anísio Teixeira considerava que “a crise educacional brasileira” dizia respeito à necessidade de uma “readaptação institucional”. Ou seja, era preciso constituir um sistema escolar que fosse “um único sistema de educação para todas as classes”. Essa seria a transformação democrática que superaria ao que denominou “crise educacional brasileira”.

A crise da educação, nesse momento, expressava a necessidade de superar a velha educação que vinha da colonização e que se mantinha até a chamada “República Velha”, em cuja base estava a economia extrativista e agrária movida por séculos à base do trabalho escravo. Nas duas décadas iniciais do século XX, as forças produtivas são impulsionadas pelas relações capitalistas de produção, que deixavam para trás o predomínio do pré-capitalismo. Eis por que a década de 1930 refletirá mais amplamente as mudanças marcadas pelo processo industrializante. A velha escola que excluía, em grande medida, a força de trabalho se encontrava em contradição com a necessidade técnica e tecnológica típica da indústria. A questão da formação profissionalizante foi posta pela própria fração burguesa que encarnava as forças produtivas capitalistas. Cabe ao Estado e aos governantes intervirem no sentido da criação de um sistema universal de ensino, que garantisse os fundamentos básicos da aprendizagem e seu direcionamento à qualificação das massas para o trabalho. Não cabe aqui expor as contradições dos protagonistas da escola pública que admitiram sua coexistência com a escola privada. O importante é entender que a crise da educação no período considerado indicava uma ruptura entre a velha educação colonial e o nascimento da nova educação capitalista.

A crise atual é bem distinta. Trata-se do esgotamento e desintegração do sistema escolar implantado, estruturado e desenvol-

vido desde a denominada “Revolução de 1930”. Inúmeras reformas foram realizadas, incluindo as do período da ditadura militar, cuja intervenção do Estado no processo educacional foi ampla e profunda. Não é possível aqui adentrar na natureza e significação das reformas. A coluna vertebral de todas elas foi a de aumento do intervencionismo do Estado burguês e de um empresariado da educação que se desenvolveu sob a guarda da coexistência do ensino público com o privado. Esgotou-se a experiência da dicotomia entre ensino geral e ensino voltado à formação técnico-profissional. Esgotou-se a estrutura e o processo educacional que pretendia não separar o ensino básico do ensino superior. E esgotou o objetivo de universalizar a aprendizagem fundamental de forma que se eliminasse a distinção de classe. As forças produtivas industriais deram um salto quantitativo e qualitativo em relação à incipiente industrialização da metade do século XX. No entanto, o sistema escolar e a elevação cultural das massas trabalhadoras sempre estiveram em atraso e marcados pela diferenciação de classe cada vez mais acentuada pela riqueza concentrada e pela manutenção da pobreza e miséria. O que aumenta a contradição entre a cidade e o campo, bem como entre os próprios estados da federação.

Na base da crise atual da educação, à diferença do passado, se encontram as tendências de estagnação e desintegração econômica. É o que explica a inexistência de progressos na educação e a emersão dos retrocessos. Dois traços gerais: 1) prevalência do ensino privado sobre o ensino público; 2) decomposição do ensino público. Nesse marco, destacam-se: 1) precarização do trabalho do professor nas escolas públicas (baixos salários, formação à distância, jornada estafante, regime de contratos temporários etc.); 2) avanço acelerado do ensino a distância; 3) privatização de escolas e gestão escolar públicas; 4) introdução da escola cívico-militar. Quanto à intervenção do Estado, ressaltam: 1) redução de verbas para a educação; 2) eliminação de antigas conquistas democráticas do magistério; 3) apoio ostensivo ao sistema privado; 4) imposição das Bases Nacionais Curriculares Comuns; 5) eliminação de qualquer traço de autonomia educacional; 6) maior influência do obscurantismo religioso. Em relação aos estudantes verificam-se: 1) milhões de crianças do ensino fundamental que dependem da educação pública não são plenamente alfabetizadas, de forma que a universalização real não se realiza plenamente; 2) altas taxas de evasão escolar no nível médio; 3) exclusão de milhões de jovens do trabalho e da escola; 4) seletividade de classe para alcançar a educação superior; 5) baixa aprendizagem geral da educação básica pública.

Dentre essas manifestações negativas e desintegradoras da educação, encontra-se a substituição do ensino presencial pelo ensino virtual. Chegou-se à aberração de formar professores inteiramente pelas plataformas do EaD. A proliferação da mercantilização do ensino vem condicionando, em grande medida, o processo educacional. É nesse terreno de decomposição do ensino que o Estado age como um poder policial sobre a escola pública e como um poder econômico de proteção da escola privada.

Essa realidade educacional adversa aos estudantes operários, camponeses e mesmo da classe média baixa reflete o regime capitalista em decadência. Adversa, inclusive, à formação e ao trabalho do professor. As leis econômicas, sociais e políticas do capitalismo foram cientificamente reveladas por Marx e Engels. Eis por que

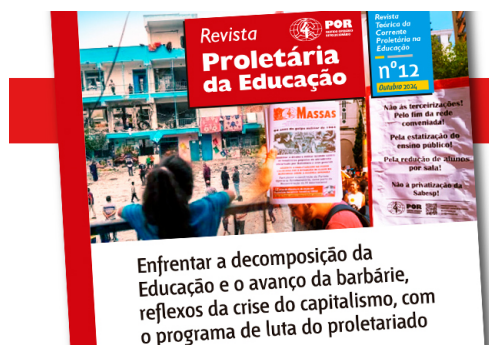
comparecem em suas formulações a questão da educação. Não elaboraram um sistema de ideias pedagógicas, mas evidenciaram as raízes de classe da escola e, portanto, da aprendizagem. Assinalamos alguns aspectos essenciais: 1) a divisão social do trabalho capitalista separa o pensar e o fazer, a teoria da prática; 2) a escola se constitui divorciada da produção social; 3) o sistema de exploração do trabalho impossibilita uma escola livre das discriminações; 4) criança apta ao trabalho somente pode realizar a aprendizagem plena desde que haja a compatibilidade dos estudos com o trabalho. Ou seja, uma parte do tempo é dedicada ao trabalho e outra aos estudos. Esses aspectos se diferenciam: 1) a relação intrínseca da unidade dialética entre a teoria e a prática; 2) as condições sociais para a realização dos estudos. No primeiro caso, a escola deve estar vinculada à produção social; no segundo, os estudantes necessitam de uma jornada de trabalho e estudo que lhes permita desenvolver suas potencialidades no interior da produção social e da escola.

Em particular, em uma Resolução da I Internacional, no Congresso de Genebra de setembro de 1866, estabelece-se critérios fisiológicos para que as crianças e os jovens de ambos os sexos sejam incorporados na produção social e que a jornada seja definida de acordo com os estudos. O ensino profissional necessariamente tem de realizar a interdependência entre a teoria e a prática. Incluía-se nessa formulação a redução da jornada de trabalho à medida que o aperfeiçoamento tecnológico levava às demissões. A concepção política da educação, como se vê, se assenta na unidade entre a teoria e a prática e na crítica à exploração capitalista do trabalho que a inviabiliza.

Procuramos mostrar que a educação no Brasil se encontra mergulhada em uma crise estrutural, que reflete o esgotamento do desenvolvimento do capitalismo e, portanto, sua decomposição. Na base dessa crise, se encontra a opressão de classe sobre a maioria oprimida e a impossibilidade de dar passos adiante na evolução educacional do país que supere a divisão entre a teoria e a prática e as condições sociais que impedem as crianças e jovens de alcançarem uma aprendizagem plena. Não há como ocultar o caráter de classe da escola como pretenderam os teóricos liberais e democráticos, a exemplo do próprio Anísio Teixeira. As inúmeras reformas educacionais feitas por distintos governos fracassaram no objetivo de elevar a escolarização e a cultura das massas trabalhadoras. Certamente, um estudo detalhado dessas reformas pode revelar os avanços do passado e os retrocessos do presente.

É preciso ter claro o imperativo de se criar um movimento pelo fim da escola de classe, que serve de dominação dos capitalistas sobre a classe operária, os camponeses e os demais trabalhadores. A opressão sofrida pelas crianças e pela juventude é parte do problema mais geral que se encontra na exploração do trabalho e na ditadura de classe exercida pela minoria exploradora sobre a maioria explorada.

A escola de classe não é reformável, porque o capitalismo da época imperialista não comporta reformas progressivas. Faz parte da defesa do sistema único de ensino, da estatização da rede privada e do ensino politécnico a luta pelo fim do capitalismo e pela construção da sociedade socialista. O programa da revolução social, que é proletário, resolverá a contradição entre a educação e a produção social.



NOVA PUBLICAÇÃO DO POR:

Revista Proletária na Educação



O décimo segundo número da Revista Proletária traz a Tese da Corrente Proletária na Educação ao 33º Congresso do Sinpeem/SP, aborda a militarização de escolas públicas como uma política de Estado oligárquico e trata da ampliação da privatização da Educação em SP sob o governo Tarcísio de Freitas.

Chile

A profunda crise do governo pró-imperialista de Gabriel Boric

Todas as instituições do Estado atacam especialmente a classe operária, os trabalhadores da saúde, da educação e à nação-classe mapuche. Esta nação pré-existente está encurralada pela ação da polícia e dos militares, sob um estado de exceção permanente, vivendo sob um estado de sítio, cujo pecado é pretender recuperar suas terras usurpadas e a liberdade. Uma liberdade que só pode ser recuperada pela classe operária emancipando todos os oprimidos

da nação. A bandeira mapuche é e será um símbolo de rebelião nas lutas urbanas.

Nesta crise do sistema capitalista, o imperialismo recorre às ações de guerra como continuação da guerra econômica. O genocídio da nação palestina evidencia as atitudes genocidas de Netanyahu, em nome do imperialismo norte-americano e europeu, ou seja, da burguesia imperialista. Os povos oprimidos do mundo se levantam

contra os opressores de cada país e especialmente contra o genocídio da população palestina. Expressamos apoio solidário à corajosa resistência deste povo, que estão tentando exterminar. Em 5 de outubro, em Santiago do Chile, mais de 500 mil pessoas se manifestaram a favor do povo palestino contra o imperialismo, o sionismo israelense e os governos pró-imperialistas como o de Boric e os vassalos europeus do imperialismo norte-americano.

Na situação internacional, predominam as ações bélicas e a produção encerrada nas fronteiras nacionais, subordinadas às relações de produção monopolistas estabelecidas pelo capital financeiro parasitário

A esquerda nacional votou em Gabriel Boric, pensando que pela sua juventude e ter sido parte da luta estudantil e apoiada pelo stalinismo crioulo seria um governo de esquerda. Boric soube aproveitar de forma oportunista as necessidades do povo, usando para isso as suas propostas na educação, saúde, minorias sexuais, feministas e na recuperação da produção mineira para atender às necessidades urgentes. Por isso, em 22 de abril de 2023 anunciou os cinco eixos de sua estratégia nacional para a nacionalização do lítio. E, o Banco Central do Chile declarou que em 2022 as exportações de lítio aumentaram sete vezes em relação ao ano anterior. Contudo, a maior produtora de lítio do país é a empresa norte-americana Albemarle, que tem como acionistas nove empresas, lideradas pela BLACK ROCK Inc., sendo o segundo maior item de receita do PIB chileno.

É claro que esqueceu todas as promessas, aquelas que historicamente, nas campanhas eleitorais, levantam a direita e a esquerda burguesas, ou seja, toda a politicagem burguesa que sustenta o capitalismo em estágio de decadência e putrefação. Expressa dessa forma, a política internacional do imperialismo norte-americano, suas relações econômicas, comerciais e militares, com o objetivo dos Estados Unidos manter seu papel hegemônico no mundo, nem que tenha que recorrer ao seu poder militar.

O governo de Gabriel Boric apoia o capital imperialista sem restrições, na exploração de cobre e lítio no país, com empresas tão poderosas quanto a já mencionada Albemarle.

Esta crise do capitalismo decadente continuará a destruir a miserável produção manufatureira chilena, a produção de eletricidade, gás e água.

A principal razão é que as forças produtivas estão bloqueadas e subordinadas pelas relações de produção monopolistas e pelo investimento transnacional imperialista, que subjuga e esmaga a produção nacional. Os números comprovam isso. O setor da mineração teve um aumento de 1,3% até setembro, aumentando a extração e o processamento de cobre.

O nefasto governo pró-imperialista de Boric, previu um crescimento econômico entre 2,5 e 4% para este ano, a realidade está longe disso como garante o ministro das Finanças. A imbecilidade governamental de mostrar números além de toda lógica, indica a submissão canina ao império norte-americano, que afeta a saúde, a educação, os salários e o pior, o desemprego e a falta moradias.

Dados fornecidos pelo Serviço de Saúde de Viña del Mar Quillota, somente na saúde na Comuna de Valparaíso existem mais de 145 mil pessoas na lista de espera do no GES. Esta lista corresponde à lista de pacientes que aguardam atendimento no Serviço Público e 17 mil aguardam cirurgias, chegando a demora até 365 dias. Nos últimos anos, mais de 40 mil pacientes morreram na lista de espera.

Na Educação, os Serviços Locais de Educação Pública, eliminados nas Prefeituras e transferidos para organizações privadas, constitui mais um engano burguês, que anula e empobrece intelectualmente toda a população, afetando principalmente os estudantes com recursos limitados, em contradição com as bandeiras defendidas pelos pais, responsáveis e estudantes que lutaram por uma educação estatal, única e gratuita a serviço da nação, o que ajudaria a população a elevar-se na escala humana. Um engano iniciado pelo governo social-democrata-stalinista chamado Nova Maioria, de Michel Bachelet.

A polarização política entre os políticos da burguesia se deve às posições que conseguem alcançar no aparelho de Estado, propiciando-lhes benefícios econômicos e sociais impossíveis de alcançar no ambiente de negócios, concedidos pelas multinacionais, reservadas a seus fiéis adeptos da direita e ultradireita pinochetista. Toda esta situação foi assimilada pela população empobrecida. Castigada pela profunda crise do sistema capitalista em nível mundial, escravizada pela força militar imperialista por encima das fronteiras nacionais, mantendo seu poder absoluto e subordinando os governos nacionais em benefício da economia imperialista que oprime toda a nação.

A última eleição no país indica que o próximo ano, na eleição para presidente e o parlamento, os eleitores aumentarão sua hostilidade contra toda politicagem burguesa, anulando, votando em branco até mesmo abstendo-se de votar. A política burguesa está pensando em voltar ao voto voluntário.

A politicagem burguesa enfrenta uma situação complexa que paralisa o atual regime político burguês. Há preocupação entre os políticos burgueses afirmando que: “o sistema político impede a governabilidade de qualquer projeto, que vá além da autoridade responsável”. A burguesia esgotou sua bateria de recursos: o nacionalismo pequeno-burguês de múltiplas variantes miristas, anarquistas, pseudo-trotskistas, neofascistas dos Kasts etc.

Todo esse processo é determinado pela luta de classes entre opressores e oprimidos, entre relações de produção burguesas e proletárias

A mudança desta situação foi proposta pela burguesia nacional parasitária, dando lugar ao capital parasitário financeiro, monopolista imperialista que esmaga toda a nação. A única classe que pode nos emancipar é o proletariado de todos os países, em unidade mundial, reconstruindo o Partido Mundial da Revolução Socialista, ou seja, a Quarta Internacional, que unifique todos os Partidos Operários de cada país, reunindo os operários dos países industrializados e os do capitalismo atrasado.

Na América Latina, devemos nos organizar na FRENTE REVOLUCIONÁRIA ANTI-IMPERIALISTA, que una toda a nação oprimida na luta anti-imperialista, unificando todas as nações pela bandeira dos ESTADOS UNIDOS SOCIALISTAS DA AMÉRICA LATINA, liderados e guiados pelo Partido Operário Revolucionário,

com os métodos e o programa revolucionários da classe operária, expulsando os burocratas que em situações anteriores restauraram o capitalismo e agiram como ditadores, que de forma alguma ameaçam a ditadura da burguesia. O Partido Operário Revolucionário deve ser formado por verdadeiros militantes profissionais, revolucionários que dedicam sua vida à emancipação do proletariado e de todos os oprimidos.

VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO! VIVA A REVOLUÇÃO PROLETÁRIA INTERNACIONAL!

VIVA O PARTIDO DA CLASSE OPERÁRIA! MORTE AO CAPITALISMO PUTREFATO E DECADENTE!

SOCIALISMO OU BARBÁRIE!



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No *Jornal Massas 705*, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No *Jornal Massas 706*, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No *Massas 707*, tratamos do Tomo 1, vol. 4.

No *Massas 708* expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No *Jornal Massas*, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”.

No *Jornal Massas 710*, usamos o Tomo IV, vol.1: “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. No *Jornal Massas 712*, tratamos do Tomo IV, vol. 2: “É necessário construir Partidos Comunistas e uma nova Internacional”.

No *Jornal Massas 713*, dedicamos ao Tomo V, vol.1: “A natureza de classe do Estado soviético”. No Tomo V, vol. 2, concluímos as formulações que se encontram no documento “A Guerra e a IV Internacional, de 10 de junho de 1934.

No *Massas 715*, expusemos as considerações de Trotsky que se encontram no Tomo VI, vol. 1, 1934-1935. O documento principal se denomina “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”. Fizemos referências a alguns artigos que o antecedem. No *Massas 716*, concluímos o Tomo VI, vol. 1, expondo o documento “O Estado Operário, Termidor e Bonapartismo”, de 1º de fevereiro de 1935. Observamos que no

Tomo VI, vol.2, 1934-1935, Trotsky retoma especificamente a questão da burocratização e do processo de restauração no texto “Outra vez sobre a questão do bonapartismo. O bonapartismo burguês e o bonapartismo soviético”.

No Tomo VII, vol.1, 1935-1936, Trotsky faz referência direta à questão da burocratização nos artigos: “Rússia e o Proletariado Mundial” (14 de setembro de 1935) e “Como Stalin venceu a oposição” (12 de novembro de 1935). No Tomo VII, vol. 2, destacamos os textos cujos títulos são: “O caráter de classe do Estado soviético”, 1 de janeiro de 1936; “A nova Constituição da URSS”, 16 de abril de 1936, e “A Quarta Internacional e a União Soviética”, 8 de julho de 1936. Ainda no Tomo VII, vol. 3, apresentamos o documento “No tribunal de portas fechadas”, de 11 de dezembro de 1936. Fizemos uma síntese de alguns escritos que se referem ao processo de expulsão de Trotsky da Noruega. Vimos no vol. 3, tomo VII, a concentração de Trotsky na tarefa de expor o significado dos Processos de Moscou, que assinalava a consolidação da ditadura burocrática estalinista, a liquidação dos fundamentos do Partido Bolchevique pelo revisionismo e o fortalecimento das tendências restauracionistas.

O Tomo VIII, 1936-1937, vol. 1, dá continuidade aos artigos, entrevistas, comunicados e documentos sobre os novos passos dos Processos de Moscou. Isso nas condições de expulsão de Trotsky da Noruega e início do seu novo exílio no México. A Oposição de Esquerda se achava debilitada devido ao brutal cerceamento de Trotsky e

à pouca formação da militância que foi se aglutinando contra a ditadura de Stalin. No vol. 2, Trotsky se dedica a combater os Processos de Moscou. Assim que concluir a exposição sobre a caracterização da URSS, da burocratização e os indicadores referentes à restauração, faremos uma apresentação das questões que envolvem os Processos de Moscou. Neste volume, são poucas as referências à questão da estalinização do regime soviético. Comparecem principalmente nos artigos “O Fim?” (1 de fevereiro de 1937), “Sobre a defesa da URSS” (26 de março de 1937) e “Respostas ao diário judeu Forward” (27 de abril de 1937). No vol. 3, consta o folheto “Estalinismo e Bolchevismo (Sobre as raízes históricas e teóricas da IV Internacional)”, de agosto de 1937. As principais formulações sobre a burocratização do Estado operário e o processo contrarrevolucionário da restauração se encontram neste documento. Há no entanto considerações sobre a mesma questão nos textos: “No Limiar de uma Guerra Mundial” (agosto de 1937); “Entrevista ao ‘México ao Dia’”, agosto de 1937; “Resposta ao Herald-Tribune de Nova York”, agosto de 1937.

No Tomo IX, 1937-1938, vol. 1, comparecem os seguintes documentos referentes à burocratização do Estado soviético e a necessidade de uma correta caracterização. São eles: “Uma vez mais: a União Soviética e sua defesa”, novembro de 1937; “Nem Estado operário, nem Estado burguês?”, novembro de 1937; “O governo soviético ainda segue os princípios adotados há vinte anos?”, janeiro de 1938. No tomo IX, vol.

2, Trotsky não dedica nenhum documento voltado especificamente para a questão da burocratização e do processo de restauração capitalista. Seleccionamos algumas passagens em que a questão é tratada.

Trotsky, no Tomo X, vol. 1, 1938-1939, igualmente, não trata diretamente da questão da burocratização e do processo de restauração capitalista. No Tomo X, vol. 2, também não trata diretamente do problema da burocratização e da restauração. Destaca, no entanto, "A Questão Ucraniana". Boa parte dos artigos se volta para a oscilação da política de Stalin diante da guerra

que se aproxima. Em meio a essa questão comparecem alguns aspectos sobre a natureza do regime soviético e o fenômeno da burocratização.

No Tomo XI, 1939-1940, vol. 1, Trotsky dirigirá sua luta contra o estalinismo nas condições de iminência da Segunda Guerra Mundial. Retoma insistentemente a questão ucraniana, que compareceu no Tomo anterior. Os sinais da ofensiva bélica de Hitler na parte Oriental da Europa envolvia a Ucrânia, portanto, a URSS. As formulações de Trotsky sobre a autodeter-

minação das nações oprimidas mantêm uma extraordinária atualidade. No Tomo XI, vol. 2, Trotsky retoma a questão da defesa da URSS diante da Segunda Guerra Mundial. Concentra toda a atenção no "Manifesto da IV Internacional sobre a guerra imperialista e a revolução proletária mundial", maio de 1940. Como um dos últimos escritos desse volume, se encontra o documento o "Comintern e a GPU", de 17 de agosto de 1940, portanto três dias de seu assassinato.

“Manifesto da IV Internacional sobre a guerra imperialista e a revolução proletária mundial”

Esse documento foi aprovado na Conferência de Emergência da IV Internacional, realizada de 19 a 26 de maio de 1940, em Nova York. Analisa as causas gerais, identifica as causas imediatas, critica as posições burguesas e pequeno-burguesas e fundamenta a linha do internacionalismo nas formulações de Lênin sobre o imperialismo. Em particular, explica e refuta as diretrizes da burocracia estalinista, justifica a estratégia de defesa da URSS diante das forças do imperialismo e formula a linha da "derrubada revolucionária da camarilha bonapartista de Stalin". Trata-se de um documento programático da IV Internacional que orientou suas seções na luta contra a guerra imperialista e por sua transformação em guerra revolucionária sob a estratégia da revolução socialista.

Antes de passar para o objetivo de nossa exposição, que se concentrou na demonstração dos passos dados por Trotsky na elaboração da linha de combate ao revisionismo estalinista e ao processo de restauração capitalista, transcreveremos uma passagem em que Trotsky evidencia a decisiva contribuição de Lênin para a compreensão da guerra imperialista e aplicação do programa internacionalista. Eis: "O nível atual da tecnologia e da capacidade dos operários permite criar condições adequadas para o desenvolvimento material e espiritual de toda a humanidade. Somente seria necessário organizar correta, científica e racionalmente a economia de cada país e de todo o planeta, seguindo um plano geral. No entanto, enquanto as principais forças produtivas da sociedade estiverem nas mãos dos trustes, isto é, das camarilhas capitalistas isoladas; enquanto o Estado nacional continuar sendo um instrumento manejado por essas camarilhas, a luta pelos mercados, pelas fontes de matérias-primas e pela dominação do mundo assumirá inevitavelmente um caráter cada vez mais destrutivo. Somente a classe operária revolucionária pode arrancar das mãos dessas camarilhas imperialistas o poder do Estado e o domínio da economia. Esse é o sentido da advertência de Lênin de que 'se não triunfam umas quantas revoluções', inevitavelmente, eclodirá uma nova guerra imperialista. Os distintos prognósticos e promessas que se fizeram então foram submetidos a provas dos fatos. Se comprovou que era uma mentira o conto de fada de 'a guerra para acabar com as guerras'. A previsão de Lênin se tornou uma trágica verdade".

Apoiado nessa base programática, Trotsky reafirmará a tese sobre a defesa da URSS contra qualquer uma das alianças imperialistas em confronto. Mostra os perigos da política de Stalin de subordinar a URSS a esta ou aquela fração, perdendo de vista o internacionalismo proletário como guia de todas as ações, incluindo alianças circunstanciais. Trotsky critica a aliança de Stalin com Hitler. Naquele momento, a sua consequência foi a "escravização do povo polaco".

Analisa a invasão da Finlândia pelo Exército Vermelho do ponto de vista da "existência da URSS", considerando os perigos da "liquidação das novas formas de propriedade, o colapso do primeiro experimento da economia planificada, da transformação de todo o país em uma colônia, isto é, da entrega ao imperialismo de recursos naturais colossais que dariam um respiro até a terceira guerra mundial. Nem os povos da URSS, nem a classe operária de todo o mundo têm interesse nessa saída". (...) "A resistência da Finlândia à URSS foi, apesar de seus heroísmo, nada mais do que uma ato de defesa da independência nacional similar à resistência com que, posteriormente, a Noruega se opôs

R\$5

Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo

Sobre o direito à autodeterminação das nações

Coletânea de Textos
Lênin e Trotsky

Adquira com o distribuidor do Massas:

POR
PARTIDO OBRERO REVOLUCIONARIO

MASSAS

à Alemanha. O mesmo governo de Helsinki compreendeu quando decidiu capitular diante da URSS antes de transformar a Finlândia em uma base militar da Inglaterra e França. Nosso sincero reconhecimento do direito de todas as nações a sua autodeterminação não altera o fato de que na guerra atual esse direito pesa como uma pena. Temos de determinar nossa linha política fundamental de acordo com os fatores básicos, não os de décima ordem". Trotsky conclui essa justificativa de que não "se pode determinar a estratégia proletária a respeito da defesa da URSS em base a episódios táticos como a invasão da Finlândia pelo Exército Vermelho". (...) "A IV Internacional somente pode defender a URSS com os métodos da luta revolucionária de classes. Ensinar os operários a compreender corretamente o caráter de classe do Estado – imperialista, colonial, operário – bem como suas contradições internas permitirá aos operários a extraírem as conclusões práticas corretas em cada situação determinada. Enquanto trava uma luta incansável contra a oligarquia de Moscou, a IV Internacional rechaça decididamente qualquer política que ajude o imperialismo contra a URSS". (...) "A defesa da URSS coincide, em princípio, com

a preparação da revolução proletária mundial. Reçamos plenamente a teoria do socialismo em um só país, esse engendo cerebral do estalinismo ignorante e reacionário. Somente a revolução mundial poderá salvar a URSS para o socialismo. Mas a revolução mundial implicará inevitavelmente o desaparecimento da oligarquia do Kremlin".

A Conferência da IV Internacional e a divulgação de seu o Manifesto ocorreram cerca oito meses após o início da Segunda Guerra Mundial. A burguesia e setores da pequena burguesia condenavam a URSS por ter ocupado militarmente a Finlândia. Trotsky mostrará que esse não era o método e o caminho da luta para vencer o imperialismo. No entanto, não poderia ser motivo de condenar a URSS e deixar de fazer a sua defesa. A questão fundamental estava em que a vitória do imperialismo levaria à destruição das conquistas da Revolução de Outubro, ainda conservada pela burocracia soviética e pelo regime ditatorial de Stalin. A defesa da URSS contra a guerra imperialista somente poderia ter caráter revolucionário se expressasse o programa e a estratégia da revolução mundial.

“O Comintern e a GPU”

Trata-se de um folheto, que tem como subtítulo “A tentativa de assassinato de 24 de maio e o Partido Comunista”. Trotsky diz em sua primeira linha que tem objetivo jurídico e não político. Indica, no entanto, que “os atos criminosos dos membros do chamado Partido ‘Comunista’ do México são consequência e motivos políticos”. Ou seja, “o atentado de 24 de maio foi um atentado de caráter político”. Refere-se a uma invasão de sua residência por sicários de Stalin e a tentativa fracassada de assassiná-lo a tiros. Anteriormente, em 5 de julho de 1940, portanto, quarenta e um dias depois do atentado, Trotsky publicou o documento “Explicações complementares e indispensáveis às minhas declarações de 2 de julho”. As publicações “O Popular”, “Futuro” e “A Voz do México” acusaram Trotsky de ter montado uma farsa e de ter difamado o Partido Comunista do México. Trotsky explica: “Não é de nenhuma maneira minha intenção de iniciar uma polêmica teórica ou política com o Conselho de Redação da Futuro, que me considera ‘contrarrevolucionário’. Suas opiniões e avaliações políticas não me interessam. Não acuso a Futuro – uma revista sem princípios – de não ter nada a ver com o marxismo, o comunismo proletário ou as tradições da Revolução de Outubro, mas sim de publicar nos três anos e meio de minha residência no México artigos difamatórios contra mim e ter circulado deliberadamente falsas acusações fabricadas nos laboratórios da GPU e traduzidas ao castelhano por, ou com a colaboração de, seus agentes”. (...) “Acuso a Futuro de ter participado na preparação moral do atentado contra minha vida por meio de sua maliciosa campanha, com a colaboração, em muitos casos, daqueles que chegaram a participar no próprio atentado. Acuso a Futuro de ter ajudado os agressores, com todos os meios a seu alcance, a obscurecer os rastros do delito depois de 24 de maio; de ter me atingido com as falsas e estúpidas acusações de ‘auto atentado’, dificultando assim uma investigação objetiva”.

No dia 27 de maio, portanto três dias após o atentado, Trotsky escreveu “Carta ao Procurador-Geral, ao Chefe de Polícia e ao Secretário do Interior” sobre o interrogatório feito pelo Procurador-Geral no próprio dia 24 de maio. Trotsky acusou Stalin de estar por detrás do atentado. Relata como parte de sua acusação os acontecimentos que marcaram sua vida pregressa e de muitos outros opositores. Um dos casos mais notórios de execução no estrangeiro foi a do Ignácio Reis, ex-dirigente da GPU, que tinha rompido com essa organização e se declarado publicamente partidário da Oposição de Esquerda.

Em 8 de junho de 1940, Trotsky escreve, na forma de uma declaração “Stalin quer a minha morte”. Descreve detalhadamente a invasão de sua casa de madrugada e a saravada de tiros que não o atingiu por ter se ocultado no quarto. Trotsky denuncia que “Stalin organiza um atentado para me assassinar com uma intenção clara: destruir seu inimigo número um. Não corre nenhum risco, atua a longa distância. Pelo contrário, se eu tivesse organizado um ‘auto assalto’ teria de assumir toda a responsabilidade, arriscando minha sorte e a de minha família, minha reputação política e a do movimento a que sirvo”. (...) “Para justificar a minha perseguição e ocultar os atentados da GPU, os agentes do Kremlin falam de minhas tendências ‘contrarrevolucionárias’. Tudo depende do que se entende por revolução e contrarrevolução. A força contrarrevolucionária mais poderosa de nossa época é o imperialismo, tanto em sua forma fascista como em sua cobertura semidemocrática. Nem um só dos países imperialistas me permitiram entrar em seu território. (...) O México me brindou hospitalidade porque não é um país imperialista; por essa razão seu governo, como rara exceção, demonstrou uma independência diante da pressão exterior que lhe permite guiar-se por seus próprios princípios. Por isso, quero deixar claro que vivo nesta terra por uma verdadeira exceção”.

Retomando o documento “O Comintern e a GPU”, destacamos a seguinte passagem da sua introdução “Premissas Políticas”: “Não há dúvida hoje na opinião pública de que o atentado foi organizado pela GPU, o principal órgão do regime de Stalin. A oligarquia do Kremlin é de caráter totalitário, isto é, todas as funções da vida social, política e ideológica do país se subordinam a ela, esmagando a mínima manifestação de crítica e opinião independente. A natureza totalitária da política do Kremlin não se origina no caráter pessoal de Stalin, mas sim na posição que ocupa diante do povo o novo estrato governante. A Revolução de Outubro se propôs duas tarefas intimamente relacionadas: primeiro, a socialização dos meios de produção e a elevação, por meio da economia planificada, do nível econômico do país; segundo, a construção das bases de uma sociedade sem distinções de classe e, conseqüentemente, sem uma burocracia profissional, uma sociedade socialista administrada pelo conjunto de seus membros”.

“A primeira tarefa, em seus alinhamentos básicos, tem sido realizada; apesar da influência do burocratismo, a superioridade da economia planificada demonstrou com for-

ça incontrastável. Não ocorre o mesmo com o regime social. Em vez de aproximar-se do socialismo se distancia cada vez mais. A causa de razões históricas, que não se podem tratar adequadamente aqui, se desenvolveu sobre a base da Revolução de Outubro uma nova casta privilegiada que concentra em suas mãos todo o poder e que devora uma porção cada vez maior do orçamento nacional. Essa casta se acha em uma situação profundamente contraditória. Em palavra, avança em nome do comunismo; de fato, luta por seu próprio poder ilimitado e seus colossais privilégios materiais. Rodeada pela desconfiança e ódio das massas enganadas, a nova aristocracia não pode tolerar a mais diminuta brecha no sistema. Pela necessidade de sua auto preservação, se vê obrigada a apagar a menor chama de crítica e oposição. Daí a sufocante tirania, o servilismo geral diante do ‘líder’ e da não menos geral hipocrisia; da mesma fonte surge o gigantesco papel da GPU como instrumento do regime totalitário. (...) Não é acidental que noventa por cento dos revolucionários que constituíram o Partido Bolchevique, criaram o Estado soviético e o Exército Vermelho e conduziram a guerra civil tem sido perseguidos como ‘traidores’ durante os últimos doze anos. Por outro lado, o aparato estalinista levou as suas fileiras durante este período uma enorme maioria daqueles que estiveram do outro lado das barricadas nos anos da Revolução”.

Essas foram suas últimas considerações sobre o caráter contrarrevolucionário do estalinismo. No dia 24 de maio, a GPU fracassou em sua tentativa de assassinar Trotsky. Havia no entanto preparado um agente para assassiná-lo em 20 de agosto de 1940.

Foi necessário fazer essa digressão a três documentos - “Explicações complementares e indispensáveis às minhas declarações de 2 de julho”, “Carta ao Procurador-Geral, ao Chefe de Polícia e ao Secretário do Interior” e “Stalin quer a minha morte”-, que antecederam o folheto “O Comintern e a GPU”, para se ter claro os momentos finais da vida de Trotsky e sua inabalável convicção de que a defesa da URSS contra o objetivo do imperialismo de destruí-la dependia da luta mundial do proletariado e, em particular, do proletariado soviético para derrubar a burocracia termidoriana e restabelecer as bases originais da Revolução de Outubro.

(As citações foram extraídas da obra “Escritos”, de Leon Trotsky, Tomo XI, vol. 2, Editorial Pluma)

PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL

R\$ 35

ADQUIRA COM NOSSO DISTRIBUIDOR DE MASSAS

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

